

PANDEMIA DA COVID-19

Impactos Socioadministrativos

FERNANDO LIMA MENDES
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

2022

PANDEMIA DA COVID-19

Impactos Socioadministrativos

PANDEMIA DA COVID-19

Impactos Socioadministrativos

Fernando Lima Mendes
Elói Martins Senhoras
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Me4 MENDES, Fernando Lima; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Pandemia da COVID-19: Impactos Sociadministrativos. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 175 p.

Série: Administração. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996309-9-6
https://doi.org/10.5281/zenodo.6954648

1 - Administração. 2 - Brasil. 3 - COVID-19. 4 - Pandemia.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Administração. IV - Série

CDD–650

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
A Crise do Capitalismo em
Tempos-Espaços de Pandemia 13

CAPÍTULO 2 |
Habilidades Sociais: Uma Reflexão sobre os
Efeitos do Isolamento Social na Pandemia da COVID-19 27

CAPÍTULO 3 |
O Trabalho Voluntário em
Tempos de Pandemia: As Vivências dos Trabalhadores 53

CAPÍTULO 4 |
Compliance na Administração Pública e Contratações
Emergenciais na Pandemia: Análise do Litoral Sul da Bahia 89

CAPÍTULO 5 |
Efeito da Pandemia Causada pela COVID-19 no *Market Share* Brasileiro:
Um Enfoque Segundo os Tipos de Modal de Transporte 129

CAPÍTULO 6 |
Perfil do Consumidor de Aplicativos de
Comida Delivery no Município de Marabá-PA 151

SOBRE OS AUTORES | 165

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A emergência de um novo coronavírus causador da Síndrome Respiratória Aguda Grave, SARS-CoV-2, responsável pela difusão da pandemia da Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19), trouxe significativos impactos na realidade humana à medida que o contágio multilateral trouxe consigo novos formatos de socialização diante de abruptas mudanças e do recrudescimento de tendências pré-existentes na digitalização de uma nova economia.

Partindo desta complexa temática de inflexões conjunturais e rupturas estruturais, o presente livro, "Pandemia da COVID-19: Impactos Socioadministrativos", tem o objetivo de analisar as céleres transformações na realidade socioeconômica por meio de um conjunto de pesquisas que valorizam de modo caleidoscópico, tanto, a empiria pontual dos estudos de casos, quanto, a pluralidade teórico-metodológica de fundamentação das análises e discussões.

Organizado em seis capítulos, esta obra é o fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um grupo de 19 pesquisadores, oriundos de instituições públicas e privadas de ensino superior e com diferentes formações acadêmicas e *expetises* profissionais, o que intencionalmente oportunizou um olhar multidisciplinar sobre as transformações engendradas pela pandemia da COVID-19 em diferentes realidades das macrorregiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil.

Por um lado, o recorte teórico é caracterizado por um paradigma eclético, com distintos marcos conceituais e teorias de fundamentação das análises, o que confere uma roupagem plural ao livro à medida que as diferentes abordagens, oriundas de diversificados campos epistemológicos, acabam por contribuir com discursos específicos sobre as transformações presentes na realidade neste complexo contexto pandêmico da COVID-19.

Por outro, o recorte metodológico desta obra é identificado como exploratório, descritivo e explicativo quanto aos fins e como qualitativo quantos aos meios, sendo o método teórico-dedutivo o ponto de convergência entre os distintos capítulos, a despeito de existir um processo de triangulação metodológica de pesquisa que é desenvolvido pelos autores por meio de distintos procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no mapeamento do estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento nos campos epistemológicos das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas, este livro traz significativos subsídios para um amplo público de leitores analisar e interpretar a complexa realidade contemporânea engendrada transversalmente pela difusão da pandemia da COVID-19.

Excelente leitura!

Fernando Lima Mendes

Elói Martins Senhoras

(organizadores)

CAPÍTULO 1

A Crise do Capitalismo em Tempos-Espaços de Pandemia

A CRISE DO CAPITALISMO EM TEMPOS-ESPAÇOS DE PANDEMIA

Nathan Pereira Dourado

O sistema capitalista vem demonstrando continuamente a incapacidade de lidar com suas contradições internas, oriundas da própria lógica de funcionamento baseada na acumulação e expansão incessante de capital, e na relação de superexploração, dominação e alienação que se estabelece com a natureza e a força de trabalho humana – fontes de produção de riqueza. A sua legitimidade/viabilidade tem sido fortemente questionada, devido ao fato deste modelo de sociedade se mover mais pelos interesses vinculados à acumulação de capital, do que pelas reais necessidades das pessoas, respeitando os limites da natureza. Na realidade, o capitalismo se mostra incapaz de assegurar as condições de vida digna para maior parte da população mundial (SANTOS, 2020; HARVEY, 2016; MÉSZAROS, 2011).

> Expansionista, destrutivo e, no limite, incontrolável, o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, como um *depressed continuum*, como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com a perspectiva de uma crise estrutural cada vez mais profunda (MÉSZÁROS, 2011, p. 18).

Acredita-se que o capitalismo enfrenta, desde a década de 1970, uma profunda crise estrutural global e sistêmica, que tende a se agravar consideravelmente até entrar em sua fase terminal (HARVEY, 2016; WALLERSTIEN, 2012; MÉSZÁROS, 2011).

Dito isso, prevê-se que estamos diante de um "caos sistêmico iminente" capaz de levar a um colapso completo na organização do sistema (ARRIGHI; SILVER, 2001); tais formulações teóricas revelam a perecibilidade do sistema capitalista e apontam para a necessidade de superação histórica[1]. As contradições do capital são obvias e insuperáveis, "qual momento seria melhor do que este para propor uma despedida do capital e começar a construir uma alternativa e um modo de produção mais saudável?" (HARVEY, 2016, p. 287). Por se tratar de uma crise estrutural permanente, e não conjuntural, esta crise não pode ser solucionada sem que haja uma mudança completa desta estrutura que a criou. Com efeito, "do ponto de vista cognitivo a superação do capitalismo deveria estar no horizonte de todo cientista e de todo cidadão" (PORTO-GONÇALVES, 2020, p. 4).

A PANDEMIA E O AGRAVAMENTO DA CRISE CAPITALISTA

A crise estrutural e sistêmica do capital se expressa na confluência de múltiplas crises: ecológica, social, política e econômica, engendradas inexoravelmente pela própria lógica de produção destrutiva imposta pelo desenvolvimento capitalista. Atualmente, soma-se a este quadro a crise de saúde pública causada pelo coronavírus, SARS-CoV-2, causador da pandemia da COVID-19 (SENHORAS, 2020). Para Davis (2020), "a crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo".

Como se sabe, a origem e disseminação de vírus são resultantes de mutações, diretamente ligadas às perturbações das

[1] Com base na dialética marxista, com o aprofundamento das contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista, cria-se a possibilidade do devir de uma sociedade pós-capitalista. Aqui entende-se superação como resultado da obsolescência do capitalismo.

condições ambientais, que são determinadas, dentre outros fatores, pelo modo de produção capitalista globalizado (HARVEY, 2020). Há pesquisas que associam a origem da pandemia ao sistema agroalimentar industrializado e intensivo (agronegócio) - modelo hegemônico de produção agropecuária amplamente difundido no mundo desde os anos 1970 – que se expandiu no mundo através da ofensiva neoliberal das chamadas "corporações-monstro" (MÉSZÁROS, 2007), patrocinadas pelo desenvolvimento destrutivo das forças produtivas do capital (FOSTER, 2005). Logo, pode-se afirmar que a pandemia era previsível, como consequência das relações de produção capitalista e do desequilíbrio ecológico (WALLACE, 2016).

Os cientistas agroecólogos, Altieri (2020) e Gliesman (2020), alertam para os impactos que esse modelo(destrutivo) de produção agropecuária causa na saúde humana, nos ecossistemas e no clima mundial. Para o epidemiologista, Rob Wallace (2016), a destruição dos ecossistemas naturais combinada com a homogeneização e simplificação genética[2] associadas à agropecuária intensiva criam condições determinantes à disseminação maciça de vírus e doenças. De acordo com Wallace (2020), o surto da gripe aviária (H5N1) em 2003, a gripe suina (H1N1) em 2009, o Ebola em 2013 e a atual pandemia da COVID-19, têm em comum o fato de terem surgido em nas fronteiras de expansão do agronégocio.

Neste ensaio, partimos do entendimento da pandemia de coronavírus como um efeito colateral da chamada "ruptura ou falha metabólica"[3] na relação dos seres humanos com a natureza

[2] Hoje, cerca de cinco empresas de melhoramento genético controlam aproximadamente 80% da produção de aves no mundo, a partir de um banco genético unificado. Isso faz com que os animais percam a capacidade de desenvolver resistência imunológica a vírus e bactérias (WALLACE, 2016).

[3] Conceito originalmente cunhado por Karl Marx, em O Capital, e retomado por John Bellamy Foster, para se referir às perturbações e desequilíbrios que o modo de produção capitalista causa no meio ambiente.

(MÉSZÁROS, 2011; FOSTER, 2005), e, portanto, como parte de uma profunda crise estrutural do capital (ACOSTA, 2020; HARVEY, 2020; SANTOS, 2020; ZIZEK, 2020; DAVIS, 2020). A atual crise nos convida a refletir sobre as relações que mantemos com a natureza.

> A pandemia do coronavírus é uma manifestação entre muitas do modelo de sociedade que se começou a impor globalmente a partir do século XVII e que está hoje a chegar à sua etapa final. É este o modelo que está hoje a conduzir a humanidade a uma situação de catástrofe ecológica (SANTOS, 2020, p. 23).

A pandemia causada pelo coronavírus agrava a crise estrutural do capital, e escancara os limites e contradições da dinâmica de acumulação capital, sobretudo na atual fase de hegemonia neoliberal. Haja visto que, em plena pandemia, os Estados capitalistas demonstram, em maior ou menor grau, estar mais dispostos a concentrar seus esforços na salvação do mercado financeiro e na manutenção das taxas de lucro das grandes corporações privadas em detrimento de salvar vidas humanas (HARVEY, 2020; DAVIS, 2020; SANTOS, 2020). Diante deste cenário, torna-se urgente problematizar a questão do desenvolvimento capitalista a fundo, e questionar a racionalidade economicista. Afinal, "dizer que a economia é mais importante é como dizer que o navio importa mais que a tripulação" (KRENAK, 2020, p. 10).

De acordo com Furtado (1996, p. 89), graças à noção de desenvolvimento econômico:

> tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da

> coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento

Citando Milton Santos (2013, p. 31):

> Nesses espaços da racionalidade, o mercado é tornado tirânico e o Estado tende a ser impotente. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Também por isso o Estado deve ser enfraquecido, para deixar o campo livre (e desimpedido) à ação soberana do mercado.

Tomando o Brasil como exemplo desse processo, durante os últimos anos assistimos a profundos cortes e limitações de gastos na área de saúde pública, advindos da ofensiva neoliberal, sob o pretexto de austeridade fiscal.[4] Agora, com a chegada do coronavírus e o aumento exponencial do número de infecções, o Sistema Público de Saúde (SUS) se encontra profundamente fragilizado e despreparado para atender a este tipo de demanda. Assim como no Brasil, em várias partes do mundo, os quarenta anos de hegemonia neoliberalista deixaram o sistema público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública deste tipo (HARVEY, 2020; DAVIS, 2020). Tal despreparo está ligado à lógica de mercantilização capitalista:

> A indústria farmacêutica tem pouco ou nenhum interesse na pesquisa sem fins lucrativos sobre doenças infecciosas. A indústria farmacêutica

[4] Medida coroada com a promulgação da Emenda Constitucional 95 de 2016, que limitou por 20 anos os gastos públicos.

> raramente investe em prevenção. Tem pouco interesse em investir na preparação para uma crise de saúde pública. Quanto mais doentes nós estamos, mais eles ganham. A prevenção não contribui para uma valorização dos acionistas (HARVEY, 2020, p. 18).

Para Davis (2020) a pandemia de coronavírus traz à tona a luta de classes, ao revelar o profundo abismo social, no qual os do lado mais pobre são os que mais sofrem com a pandemia. É verdade que o vírus não escolhe classe social, porém nem todos têm as mesmas oportunidades de acesso a recursos hospitalares, isolamento social e acesso a renda. Os privilégios de classe, gênero e raça se reafirmam e se reproduzem (HARVEY, 2020). O fato é que alguns podem ficar confortavelmente isolados em casa (trabalhando ou não), enquanto milhões de trabalhadores mais pobres têm que fazer a difícil escolha entre renda ou proteção, de acordo com os dados: "Atualmente, 45% da força de trabalho não tem esse direito e é praticamente obrigada a transmitir a infecção ou ficar com o prato vazio" (DAVIS, 2020, p. 9). Está cada vez mais evidente o fato que "estamos enfrentando uma injustiça pandêmica" (SATO; SANTOS; SÁNCHEZ, 2020, p. 11).

David Harvey, corrobora com este raciocínio ao afirmar:

> As forças de trabalho na maioria das partes do mundo há muito que foram socializadas para se comportarem como bons sujeitos neoliberais (o que significa culpar a si mesmos ou a Deus se algo de ruim acontecer, mas nunca ousar sugerir que o capitalismo pode ser o problema). Mas mesmo os bons sujeitos neoliberais podem ver que há algo errado com a forma como está pandemia está sendo enfrentada (HARVEY, 2020, p. 22).

RUPTURAS E ALTERNATIVAS

O filósofo Slavoj Zizek (2020), em seu recente artigo sobre a crise do coronavírus, compara, metaforicamente, a pandemia com a "técnica de cinco pontos para explodir o coração"[5] – golpe mais fatal das artes marciais -, "destinada ao sistema capitalista global". "É um sinal de que não podemos continuar no caminho em que temos estado até agora, de que é necessária uma mudança radical" (ZIZEK, 2020, p. 44).

De acordo com Harvey (2020, p. 20), as economias capitalistas contemporâneas são 70-80% impulsionadas pelo consumismo, em especial as formas de "consumismo experiencial"[6] que praticamente está morto: "grande parte do modelo de vanguarda do consumismo capitalista é inoperante nas condições atuais [...] a forma espiral de acumulação interminável de capital está implodindo". Temos visto a pandemia criar obstáculos intransponíveis a reprodução do capital.

A crise da pandemia já fornece sinais de que precisaremos rever o modo de produção capitalista e o seu sistema de valores. É o momento de disputar outros futuros possíveis, reinventando a maneira de organizar a sociedade e de se relacionar com a natureza (HARVEY, 2020; SANTOS, 2020; KRENAK, 2020; ACOSTA, 2020). Para isso, evidentemente, será necessário confrontar os interesses do capital e forçar os Estados a irem contra à política econômica nefasta do neoliberalismo, em prol do bem comum. Acosta (2020), Krenak (2020) e Santos (2020) alertam sobre o risco de voltarmos à normalidade, posto que a normalidade produzida pelo capitalismo é a causa do problema.

[5] Cena final do filme Kill Bill: volume 2, do diretor Quentin Tarantino.
[6] Como por exemplo: companhias aéreas, hotéis, restaurantes, parques temáticos e eventos.

Para autores como Acosta (2020), Santos (2010; 2020) e Mignolo (2008), é necessário centrar-se na análise das contradições do paradigma da universalização colonizadora do sistema capitalista, baseado numa visão de mundo moderna, eurocêntrica, antropocêntrica, mecanicista e patriarcal, para empreender a busca de alternativas fora da racionalidade dominante. Processo que Santos (2020, p. 32) denomina de "viragem epistemológica, cultural e ideológica", a partir de outros valores, paradigmas e racionalidades presentes, por exemplo, na cosmovisão indígena (KRENAK, 2020; ACOSTA, 2020); sem necessariamente significar um retorno ao passado, nem o abandono das tecnologias atuais, "podendo a mesma materialidade que torna o mundo tão desigual vir a ser uma condição na construção de um mundo melhor" (SANTOS, 2003, p. 84).

Posto isso, acreditamos que, a partir da experiência das comunidades e movimentos sociais em resistência, emergem novas formas de pensamento/ação, tal como "janelas de oportunidade" (SANTOS, 2010) abrindo novos horizontes para construção de uma sociedade pós-capitalista (ACOSTA, 2020; SANTOS, 2020). "Esta situação torna-se propícia a que se pense em alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver" (SANTOS, 2020, p. 29). Lembrando Milton Santos (2013, p. 45): "cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas". Concluímos este artigo, propondo uma agenda de investigação mais atenta e próxima às experiências dos movimentos populares, de modo a potencializar o diálogo de saberes e a busca por alternativas fora da racionalidade capitalista, para construir novas formas de reproduzir a existência.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. “La Agroecología en tiempos del COVID-19”. **Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas (CELIA)**, vol. 35 n. 5, 2020.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. **Caos e governabilidade no sistema mundial moderno**. São Paulo: Contraponto, 2001.

DAVIS, M. “A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo”. *In*: DAVIS, M. *et al*. (orgs.). **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

FOSTER, B. J. **A ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

GLIESMANN, S. “Transforming food and agriculture systems with agroecology”. **Agriculture and Human Values**, n. 37, May, 2020.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **“**Política anticapitalista em tempos de COVID-19”. *In*: DAVIS, M. *et al*. (orgs.). **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2020.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no séc. XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MIGNOLO, W. "Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de Identidade em política". **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. "Escassez, economia e meio ambiente: o desserviço de Paulo Guedes". **Espaço e Economia**, vol. 18, 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Editora Almedina, 2020.

SANTOS, B. S. "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes". *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez. 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. São Paulo: EdUSP, 2013.

SATO, M.; SANTOS, D.; SÁNCHEZ, C. **Vírus**: simulacro da vida? Rio de Janeiro: GEA-SUR, UNIRIO, 2020.

SENHORAS, E. M. "Coronavírus e Educação: Análise dos Impactos Assimétricos". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020.

WALLACE, R. G. **Big Farms Make Big Flu**: Dispatches on Infectious Disease, Agribusiness, and the Nature of Science. New York: Monthly Review Press, 2016.

WALLACE, R. G. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

WALLERTIEN, I. "A crise estrutural no sistema-mundo: para onde vamos a partir daqui?" **Via Atlântica**, n. 21, 2012.

ZIZEK, S. "Um golpe como 'Kill Bill' no capitalismo". *In*: DAVIS, M. *et al*. (orgs.). **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

CAPÍTULO 2

Habilidades Sociais: Uma Reflexão sobre os Efeitos do Isolamento Social na Pandemia da COVID-19

HABILIDADES SOCIAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE OS EFEITOS DO ISOLAMENTO SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19

Rubenita da Silva

As habilidades sociais são um conjunto de processos de comportamentos e as competências para aplicar esses comportamentos. Refere-se ao que vai auxiliar a estabelecer uma condição social de forma que o sujeito possa interagir e se comunicar com os outros, dentro de um contexto social em que esteja inserido, sem causar nenhuma espécie de mal-estar.

Segundo a OMS Internacional "COVID-19 é a doença infecciosa causada pelo coronavírus. Este novo vírus e doença eram desconhecidos antes do início do surto em Wuhan, China, em dezembro de 2019. COVID-19 é agora uma pandemia que afeta todos os países em todo o mundo" (WHO, 2021).

A pandemia da COVID-19 causou grandes mudanças nas vidas das pessoas, assim como os efeitos do isolamento social e as medidas preventivas que foram tomadas para se amenizar os problemas que apareceram (SENHORAS, 2020). A pandemia surgiu de forma impactante nas vidas de todos os seres humanos. Não lhes foi permitido escolher como fazer a quarentena, ela foi quase uma obrigação que para muitos não lhes foi concedido fazer. Famílias foram separadas pelo isolamento social, o trabalho e os estudos se tornaram virtuais. É preciso compreender, portanto, os efeitos causados pelo isolamento e como as pessoas foram afetadas econômica e psicologicamente por causa da pandemia da COVID-19.

O coronavírus vem deixando o mundo em alerta há mais de um ano, pois são muitos mistérios que os cientistas ainda não são capazes de comprovar ou explicar para a população. Esse assunto vem despertando interesse de profissionais de diversas áreas, uma vez que atinge pessoas de diferentes faixas etárias de diversas formas.

O isolamento social, para alguns, pode ocasionar consequências psíquicas e físicas como, por exemplo, a depressão. Por isso, é essencial compreender como e por que o isolamento social causa diferentes sentimentos e emoções entre as pessoas. Alguns criaram habilidades novas para lidar com o isolamento, tanto na vida social como na profissional. Portanto, a escolha do tema se deu a fim de contribuir para uma melhor análise e discussão sobre a pandemia e as habilidades sociais que as pessoas conseguiram adquirir diante dessa adversidade, assim como mostrar a importância e a participação preventiva de novas tecnologias na ciência para uma maior compreensão de futuras pandemias, a fim de que haja a promoção de novas ações de políticas públicas específicas de prevenção. Contudo, o interesse pelo tema, foi que pude perceber como a pesquisa pode ajudar a compreender a necessidade das pessoas. Sem pesquisa não poderemos lidar com as adversidades que possam ocorrer. Para a ciência compreender como o ser humano pode se adaptar sob os efeitos do isolamento social causado por uma pandemia e suas habilidades sociais. Dessa forma surgiu o tema "Habilidades Sociais: uma reflexão sobre os efeitos do isolamento social na pandemia da COVID-19".

Mediante o problema de como compreender as habilidades sociais sobre os impactados, o objetivo geral desse trabalho é fazer um breve estudo sobre a importância da discussão a respeito dos efeitos do isolamento social e não sobre a COVID-19, assim como apresentar formas de se pensar e de como se lidar com o fenômeno, até pouco tempo improvável. Cada vez mais, surgem novas

pesquisas que vêm apresentando trabalhos bastante significativos nessa área, fazendo esclarecimentos sobre o assunto até então muito novo para todos, dessa maneira, buscando compreender algo desconhecido, suas formas de prevenção e a importância da atuação da Psicologia. A escolha do tema surge do interesse em contribuir para uma maior análise crítica e discussão do mesmo. Para delimitar a investigação foram criados objetivos específicos, tais como: verificar as habilidades sociais diante das mudanças na vida das pessoas. Compreender o comportamento das pessoas durante o longo período da quarentena ou que possa ter impactado suas vidas como um todo. Discutir as consequências do efeito da pandemia na vida das pessoas.

Assim, este artigo caracteriza-se como uma pesquisa de caráter quantitativo sobre o assunto, para que se possa ter uma base sobre o impacto da pandemia da COVID-19 e suas implicações na vida dos participantes sobre o efeito do isolamento social.

HABILIDADES SOCIAIS E SUAS PRÁTICAS

As habilidades sociais são práticas que auxiliam as pessoas a expor seus desejos, emoções e comportamentos de forma adequada no grupo social, familiar e profissional. Os indivíduos que compreender detêm um comportamento apropriado e atencioso em relação a ações, sentimentos, convicções e crenças. As habilidades sociais englobam como as pessoas interagem de forma social e como consegue se adaptar ao meio. "O comportamento social pode ser definido como o comportamento de duas ou mais pessoas em relação a uma outra ou em conjunto em relação ao ambiente comum" (SKINNER, 2003, p. 325).

Os estudos na área do Treinamento das habilidades sociais nos mostram que indivíduos que são experientes tendem a demostrar um bom relacionamento pessoal e são profissionais, mas produtivos, aceitável e permanente. As pessoas que têm a capacidade de se relacionar de forma social também tem uma condição física e mental muito mais saudável e um bom desenvolvimento psicológico (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001). Mas em contrapartida, a ausência de habilidades sócias fica em geral relacionada a problemas e confusões no convívio com outros indivíduos," à pior qualidade de vida e a diversos tipos de transtornos psicológico" (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001, p. 31).

Dentro da base conceitual das Habilidades Social e Competência Social o indivíduo segue regras de convivência, as pessoas socialmente convivem e interagem umas com as outras. Uma boa interação social gera boas relações interpessoais entre os pares. As pessoas seguem normas, regras para que achem um equilíbrio entre os grupos sociais, ter uma boa comunicação social faz surgir nas pessoas a empatia com seus semelhantes, saber pensar-sentir-agir é um ensaio comportamental fundamental na vida das pessoas, ser assertivo. Praticar a assertividade ao expressar seus sentimentos de forma passiva. O método vivencial compreender como formação de uma situação empírica de aprendizado, de consentir a utilização de procedimentos e técnicas comuns à maioria das programações de Treinamento de Habilidades Sociais, dessa forma, estabelece situações positivas para desenvolvimento da Competência Social. A convivência em sociedades é achar o equilíbrio entre os grupos e subculturas de poder, essa interação social, valores de convivência praticando pelos papéis sociais, a HS no trabalho, HS conjugais, HS educativas, e HS profissionais (DEL PRETTE, 2017). Sendo assim O "termo habilidades sociais refere-se `a existência de diferentes classes de comportamentos sociais no repertório do indivíduo para lidar de maneira adequada com as

demandas das situações interpessoais" (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001, p. 31).

Conforme Del Prette e Del Prette (2017) embora as diversidades "entre os grupos e subculturas, é importante reconhecer valores de convivência em associação com noções de direitos humanos, justiça, equidade, liberdade, dignidade, compaixão etc" (p. 63). São valores de convivência que estão contidos no âmbito da ética de Competência Social, por esse motivo está inserido em programas de Treinamento de Habilidades Sociais (DEL PRETTE, 2017).

Visto que as medidas de comportamento na habilidade social permitem entender por intermédio de respostas manifestas, a análise comportamental seria o plano de investigação mais coerente (CABALLO, 2003). "A avaliação comportamental tem sido empregada em uma grande parte dos trabalhos sobre HS, tanto de pesquisa como clínicos" (CABALLO, 2003, p. 158).

COMPORTAMENTO DURANTE O LONGO PERÍODO DA QUARENTENA E SEUS IMPACTOS NO COTIDIANO

Compreender as Relações Interpessoais no ambiente de trabalho, depois da pandemia é obter um equilíbrio no meio profissional e pessoal. Para muitos isso foi uma solução, já para outros foi gerador de ansiedade, pois muitos não conseguiram adaptar-se com fator estressor familiar. Trabalhar em casa envolver um conjunto de fatores, filhos estudando em casa, marido ou esposa também fazendo seu serviço laboral, no caso esposa as tarefas se multiplicaram. "Ansiedade é um estado psicossomático que envolve inquietação e distúrbios da respiração e do sono, podendo ser difusa ou situacional. A ansiedade social pode perturbar criticamente a

emissão e a qualidade do desempenho interpessoal" (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999, p. 99).

Saber falar no momento certo, saber ouvir, saber se comunicar, saber perguntar, isso se faz necessário para se ter boas relações interpessoais. É fundamental ter inteligência emocional no seu campo de trabalho, saber como se colocar, ter uma percepção desse ambiente. No quadro atual em que o mundo se encontra, um novo momento que ainda não havia sido experimentado pelas pessoas provoca sentimentos e emoções foram afloradas pelo desconhecido e com isso novas habilidades foram postas em prática. Ter uma relação de empatia, pensar no outro em vários momentos de forma grupal, seja social ou familiar em ter que ficar em casa para o vírus não chegar aos outros e não se espalhar. Ainda foi preciso incorporar o uso de máscara de forma quase que integral para proteger as outras pessoas no trabalho na rua. Esse e um novo momento bem complexo e novo para todos os indivíduos.

É preciso entender que as relações interpessoais no seu campo de trabalho mudaram de várias formas, seja para os que estão indo para o trabalho com vários protocolos ou para os que trabalham em *home office.* Compreender as diferenças dos que estão em casa devido à pandemia, ao mesmo tempo você tem que resolver seus problemas de trabalho e saber gerenciar os conflitos em casa." Os maridos têm dificuldade em compreender que não têm mais a atenção exclusiva de suas esposas, e as mulheres estão sobrecarregadas com o aprendizado de como ser mãe e esposa" (BARROS; SOARES; HERNANDEZ, 2019, p. 7).

De acordo com os estudos de Bronfenbrenner (1996) o desenvolvimento humano em especial é a interação desenvolvida entre as pessoas e o ambiente onde viver. Para o autor seria" uma mudança duradoura na maneira pela qual uma pessoa percebe e lida com o seu ambiente" (BRONFENBRENNER, 1996, p. 5). O indivíduo que consegue compreender as mudanças que ocorrem ao

seu redor será capaz de realizar suas atividades em sociedades sem que haja prejuízo. Seja, ele físico ou psicológico. Quanto à concepção de desenvolvimento humano, Bronfenbrenner (1996) "Afirmar que o desenvolvimento humano é um produto da interação entre o organismo humano em crescimento e seu meio ambiente e afirmar o que é quase um lugar-comum na ciência comportamental" (p. 14).

> Os diferentes contextos dos quais participamos contribuem, de algum modo, para a aprendizagem de desempenhos sociais que, em seu conjunto, dependem de um repertório de habilidades sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001, p. 46).

O isolamento fez com que as pessoas pensassem mais na família e no coletivo, assim praticaram mais as habilidades sociais. O trabalho e o convívio familiar tiveram grandes mudanças, sendo assim, mesmo trabalhando em casa com as tarefas multiplicadas, as pessoas conseguiram dar mais atenção à família, criar brincadeiras para deixar os pequenos ocupados, ou mesmo trazer brincadeira de suas infâncias que com a tecnologia as crianças de hoje não conheciam. Usaram seu tempo para se distrair durante o isolamento social, coisas simples como ler um livro, que por causa da correria do dia a dia, não conseguiam ter tempo para fazer, ou ter mais tempo com os seus. Importante salientar que os indivíduos de baixa renda foram os mais impactados pelos efeitos do isolamento social. Isso ocorreu de várias formas, seja pela falta de emprego para poder sustentar sua família, seja pela falta de tecnologia para poder usar os sistemas que poderiam ajudá-los de alguma forma com uma pequena renda financeira fornecida pelo governo. Sejam os estudantes que não conseguiram utilizar as plataformas online, pois não tinham como pagar a internet e mesmo os que conseguiam fazer não estavam

conseguindo dar andamento as aulas no sistema online pela qualidade do sistema fornecidos pelos órgãos públicos.

O trabalho online foi adotado por muitas empresas e com isso mudando de forma significativa a vida dos trabalhadores. Como afirma Lizote *et al.* (2021) os estudos comprovam os desafios e vantagens para o teletrabalho organizado. Desta forma, o teletrabalho obrigatório, da forma como foi aplicado em várias firmas brasileiras é indispensável um cuidado para que trabalhadores e gestores sejam capazes valorizar o seu trabalho e ter um cuidado com sua saúde de modo equilibrado." Ou seja, gostar das atividades não se relaciona com o bem-estar neste público, neste momento de adaptação compulsória ao trabalho remoto" (LIZOTE *et al*., 2021, p. 261).

A formação dos novos médicos também foi prejudicada pela pandemia da COVID-*19*. Uma das aprendizagens na formação médica é "a aquisição de habilidades de comunicação efetiva é um dos pilares da formação médica, sendo necessária para a interação com colegas de trabalho, usuários e familiares" (GOMES *et al*., 2020, p. 2). Com o distanciamento social, fez-se necessário adotar o sistema remoto, para dar continuidade aos ensinos, mas são muitos pontos a se pensar, como as habilidades de comunicação. Gomes *et al*. relara que (2020, p. 2).

> A efetiva comunicação está na base da formação de médicos, não apenas para a realização da anamnese, mas também para a construção de uma relação de parceria médico-paciente (GOMES *et al*. 2020, p. 2).

REFLEXOS DA PANDEMIA NA VIDA DAS PESSOAS

Entender os efeitos da pandemia é um assunto muito recente para os cientistas e para a população de modo em geral, com

resultados que podem mudar consideravelmente. Em pesquisas realizadas num prazo de dois anos, os resultados ainda podem sofrer uma mudança significativas. A pandemia para as pessoas do nosso século é algo novo, desconhecido pela maioria, pois só quem tem mais de cem anos passou pela última. Para nossa geração em geral é o desconhecido, o estranho. Os termos pandemia, isolamento social, *lockdown*, causaram alguns transtornos como: ansiedade, depressão, entre outros.

De acordo com Barros *et al*. (2020) as emoções constantes de tristeza e depressão nos brasileiros adultos resultou em 40% no período da pandemia, e a recorrente sensação de nervosismo e ansiedade foi relatado por mais de 50% deles. Os que não tinham nenhum problema com o sono, mais de 40% passaram a ter os sintomas e 50% dos apresentavam problemas com o sono foi agravado. "Os sentimentos de tristeza e de ansiedade e os problemas do sono revelaram prevalências mais elevadas em adultos jovens, mulheres e pessoas com diagnóstico prévio de depressão" (BARROS *et al*, 2020, p. 5). A pandemia despertou nas pessoas reações dos fenômenos emocionais, uma delas é o medo, foi um dos sentimentos gerado por elas. O medo é um dos sentimentos que nos possibilita enfrentar um fato ilusório ou real que sentimos como uma ameaça, seja num grau físico como psicológico ou mesmo socioeconômico. Desde modo, o medo assegura nossa sobrevivência (RODRÍGUEZ; SÁNCHEZ, 2020).

> Como outras emoções, o medo ativa os três níveis de resposta em nosso corpo: cognitivo, fisiológico e motor (RODRÍGUEZ; SÁNCHEZ, 2020, p. 195).

Conforme o Boletim do Observatório Fiocruz COVID-19 (2020-2021):

> O Brasil é um país continental e heterogêneo. É também um dos países com maiores desigualdades sociais, colocando alguns grupos sociais em grande desvantagem para cumprir as medidas de higienização, distanciamento físico e social, isolamento e quarentena, bem como no acesso aos serviços de saúde, incluindo exames diagnósticos, tratamento e reabilitação. Ao considerar que as desigualdades sociais e iniquidades em saúde constituem um obstáculo adicional ao enfrentamento da pandemia e no período pós-pandemia, destacamos a importância da equidade em saúde como um princípio fundamental do SUS (BOLETIM OBSERVATÓRIO COVID-19, 2021, p. 1).

As diferenças grupais geram mal-estar à saúde, "colocando alguns grupos em grande desvantagem para cumprir as medidas de higienização, distanciamento físico e social, isolamento e quarentena, bem como no acesso aos serviços de saúde, incluindo exames diagnósticos, tratamento e reabilitação" (BOLETIM OBSERVATÓRIO COVID-19, 2021, p. 2). Ainda que a pandemia atinja a população do país em sua totalidade, os efeitos não impactam todos os grupos da mesma forma. Pois as desigualdades sociais têm uma fatia maior nas pessoas menos favorecidas no país, que colocam elas numa péssima posição (BOLETIM OBSERVATÓRIO COVID-19, 2021).

Os funcionários da saúde são os primeiros a serem afetados pela pandemia. Assim como toda a população, "eles estão enfrentando o distanciamento social, o fechamento de escolas e creches, a crise econômica, as preocupações com a saúde de seus entes queridos e a incerteza geral sobre o futuro" (FUKUTI *et al*, 2020, p. 1). Os trabalhadores da saúde sofrem de várias formas, pois o medo de contrair a doença e passar para os seus familiares têm causado um fator estressor a mais para que eles possam enfrentar a COVID-19. Alguns ficam em hotéis para não ter que ir para casa,

com isso eles entram no isolamento de duas formas, a que causa prejuízo para eles, seja físico ou psicológico (FUKUTI *et al*., 2020). Já é difícil enfrentar essa doença cheio de incerteza, mas ter que ficar isolados da família, causa um impacto maior. Os tratamentos de saúde de outras patologias foram afetados no mundo todo devido a COVID-19, vários tratamentos foram paralisados ou interrompidos. Segundo Graetz *et al*. (2021, p. 332). "A pandemia de COVID-19 afetou consideravelmente os serviços de oncologia pediátrica em todo o mundo, causando interrupções substanciais no diagnóstico e tratamento do câncer, especialmente em países de baixa e média renda." O trabalho realizado ressalta a necessidade de uma solução global forte e igualmente partilhado que possam segurar "os cuidados oncológicos pediátricos durante esta pandemia e futuras emergências de saúde pública" (GRAETZ *et al*., 2021, p. 332).

Amarante (2020) ressalta que o longo período de privação e distanciamento as instituições de ensino trarão prejuízos, assim como as habilidades das crianças em desenvolver os momentos de socialização e aprendizado, mesmo que alguns estejam se reunindo on-line. Mais a relação com os mais velhos e uma troca única entre as gerações, em que ocorre troca de conhecimento que é muito benéfico para a criança.

De acordo com Gusso *et al*. (2020, p.3) declarou que as, "Universidades, departamentos acadêmicos e cursos universitários precisarão se adequar para reduzir danos pedagógicos e riscos à saúde pública, garantindo a manutenção de uma educação em nível superior de qualidade e segura".

Diante desse cenário, são muitas as incertezas que estudantes universitários menos favorecidos possuem, elas podem ser observadas como, por exemplo, no Nordeste brasileiro, que têm impacto considerável devido à COVID-19. Com a falta de emprego, as rendas reduzidas, se as instituições não fizerem um planejamento com incentivos, acarretará numa diminuição nos números de

estudantes. É essencial para o entendimento de que maneira as faculdades de ensino do Nordeste brasileiro podem se reorganizar e promover projetos de continuação e desenvolvimento fundamentáveis que descrevam o contexto da vivência dos indivíduos de ensino do nordestino brasileiro (CARVALHO; PEREIRA, 2021). “As incertezas produzidas nesse momento de pandemia convergem para que os estados emocionais de ansiedade e angústia sejam despertados com muita frequência, dadas as ameaças em diferentes níveis que a COVID-19 e suas consequências representam” (CARVALHO; PEREIRA, 2021, p. 16). O afastamento social e os efeitos produzidos por ele botam as pessoas em um cenário de incerteza com as informações e as situações do dia a dia que os abalam de modo indiretamente ou diretamente. (CARVALHO; PEREIRA, 2021).

Os povos indígenas também foram um dos mais afetados pelos efeitos do isolamento social e pela falta de um sistema de saúde pública adequado. No caso dos índios, o distanciamento dos centros já é um fator preocupante que dificulta muito mais o acesso aos postos de saúde e o acesso à internet (MELO, 2020):

> Destacamos o fato de não haver políticas públicas nas aldeias indígenas com as mínimas condições estruturais e de suporte técnico para o desenvolvimento de atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais ou outros meios convencionais (...) (MELO *et al.*, 2020, p. 217).

METODOLOGIA

Instrumento e Amostra

A pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética do Hospital Federal de Ipanema com número de Parecer 4.614.213 de

26/03/2021. A pesquisa teve período de 17/04/2021 a 02/07/2021. A amostra foi composta por 134 participantes, sendo N114 (85,1 %) participantes do gênero feminino e N20 (14,9 %) do gênero masculino, maiores de dezoito anos, com faixa etária de 18 a 75 anos, provenientes dos estados brasileiros de forma aleatória, sendo a maioria do Rio de Janeiro, cerca de N81(60,4%). Os participantes foram contactados a partir das redes sociais, independentes de cor/raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, classes e grupos sociais pertencentes, por entendermos que essas características não influenciam diretamente no resultado da pesquisa. Os participantes da pesquisa assinaram de forma eletrônica o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O critério para participação da pesquisa foi que eles tivessem idade acima de 18 anos.

A metodologia de caráter quantitativo buscou análise de itens relacionados ao impacto do isolamento social na vida dos brasileiros. Foi realizado um levantamento por meio da aplicação de questionários, respondido via eletrônica, pelo sistema *Google Docs.®,* com questões fechadas de múltipla escolha ou com opções de resposta no formato em escala *Likert.* Este estudo se propõe verificar as habilidades sociais diante das mudanças nas vidas dos participantes, seja ela comportamental durante o longo período da quarentena ou que possa ter impactado suas vidas como um todo.

Os instrumentos utilizados foram dois questionários elaborados para a pesquisa apresentando questões fechadas de múltipla escolha ou com opções de resposta em escala tipo *Likert.* Um questionário sociodemográfico e um com trinta e quatro questões buscando avaliar aspectos da vida e das atividades cotidianas dos participantes e suas próprias percepções e avaliações de seu bem-estar, descrito em várias dimensões, tais como: se o mundo em volta mudou, suas percepções em relação ao isolamento social impactou nas suas vidas, se seus trabalhos mudaram para

home office ou continuaram no mesmo padrão, se a convivência com a família melhorou ou não, conseguiram fazer atividades que não conseguiam antes pelo dia corrido, atividades e uso do tempo livre, questões gerais de satisfação, em relação a si mesmos e pensar no próximo, se suas vidas mudaram ou o mundo a sua volta mudou, planos para o futuro, o isolamento foi bom, necessário ou não.

ANÁLISE DOS DADOS

Coleta de Dados

O material coletado e os resultados da pesquisa ficaram armazenados no *Drive do Google* documentos da pesquisadora responsável e será descartado após o período de 5 anos. Para alcançar os objetivos propostos no estudo quantitativo, os dados foram submetidos a análise estatística através do programa *The jamovi project (2021). jamovi. (Version 1.6) e R Core Team (2020). R: A Language and environment for statistical computing (Version 4.0) [Computer software].* Foram desenvolvidas as seguintes análises estatísticas: análises descritivas a fim de descrever a amostra em relação aos aspectos sociodemográficos e aos escores referentes à análise de itens relacionados ao impacto do isolamento social na vida dos brasileiros. Foram avaliadas as escalas com os descritores (frequências e porcentagens, médias).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foi realizada uma pesquisa com N134 participantes maiores de 18 anos no território brasileiro, entre 18 e 75 anos, sendo em sua

maioria 134N (88,7 %) dos participantes são do Rio de Janeiro. Os gêneros da amostra foram: maioria do sexo feminino114N (85,1%) e masculino 20 (14,9%) A amostra foi composta por indivíduos com idade variando entre 18 e 75 anos, com um desvio padrão de 3,7 e sua maioria com idades entre 26-30 (26N 19,4% da amostragem), 18-25 (22N 16,4% da amostragem), 31-35 (21N 15,7% da amostragem), 21N 15,7% da amostragem), 41-45 (15N 11,2% da amostragem), 36-40 (10N 9,7% da amostragem), 46-50(10N 7,5% da amostragem), 56-60(10N 7,5% da amostragem),51-55(7N 5,2% da amostragem, 66-70 (4N3,7% da amostragem), 61-65 (4N3,0% da amostragem) e 71-75(1N 0,7% da amostragem).Quanto ao estado civil dos entrevistados, eram casados 50(37,3%),75 (56,0%) solteiros, 5 (3,7%) divorciados, 4(3,0%) viúvos. Além disso, 134 indivíduos da amostra são autônomos 37(27.6%), desempregados 12 (9,0%), funcionários públicos 17(12,7%) e empregados em empresa privada 33 (24,6%). A renda maior fica 1 a 3 salários-mínimos, cerca de 55 (41,0%) da amostra. A escolaridade Fundamental incompleto 3 (2,2%), Fundamental completo 3 (2,2), Nível médio completo 6 (4,5%), Pós-graduação 57 (42,5%), Superior completo 43 (32,1%) e Superior incompleto 22 (16,4%). A religião predominante na amostra foi a católica 43 (32,1%), evangélico 24 (17,9%), cristão 20 (14,9%), agnóstico 14 (10,4%) e espírita 9 (6,7%). Os estados que tiveram maior número de amostra foram Rio de Janeiro 81 (60,4%), São Paulo 23 (17,2%), Minas Gerais 8 (6,0%), Paraíba 5 (3,7%) e Paraná 4 (3,0%).

Na segunda parte da pesquisa são feitas perguntas relacionadas aos impactos da pandemia. Os indivíduos ficaram em média 229,76 dias em isolamento social.

Os participantes, na sua grande maioria, não saíram de casa para trabalhar. Todos os dias durante a quarentena 86 (64,2%), desses 25 (18,7%) saíram de casa, 10 (7,5%) saíram três vezes na semana, 8 (6,0%) mantiveram as atividades normais no local de

trabalho e 5 (3,7%) foram trabalhar meio período durante a quarentena. Trabalhando em casa "*Home Office*", que seria uma nova realidade ficou bem dividido. 65 (48,5%) estão trabalhando em "*Home Office*", 60 (44,5%) disseram que não estão trabalhando em "*Home Office*", 7 (5,2%) trabalham em "*Home Office*" três vezes na semana e apenas 2 (1,5%) estão trabalhando meio período em casa.

Cerca de 66 (49,3%) responderam que sim, que as condições de trabalham foram alteradas devido à quarentena, 41 (30,6%) responderam não, 45 (33,6%) o trabalho se transformou em "*Home Office*", 11 (8,2%) trabalho em dias alternados, 8 (6%) demissão, 6 (4,5%) usou férias acumuladas e 5 (3,7%) solicitou subsídio de desemprego.

Considerada a pesquisa de Lizote *et al*. (2021) os estudos comprovam os desafios e vantagens para o teletrabalho organizado.

Os entrevistados responderam que as tarefas da casa aumentaram com o isolamento social 78 (58,2%), 38 (28,4%) não, 11 (8,2%) pouco e 7 (5,2%) responderam que aumentou muito as tarefas de casa. Quando perguntados se estavam conseguindo conciliar suas tarefas com os serviços de "*Home Office*" 50 (37,3%) responderam que "às vezes "estão conseguindo conciliar suas tarefas de casa com os serviços de "*Home Office*" 27 (20,1%) frequentemente, 22 (16,4%) nunca, 21 (15,7%) sempre e 14 (10,4%) totalmente.

No que diz respeito a perguntam se saíram de casa durante a pandemia 30 (22,30%) responderam nunca, 65 (48,5%) sempre e 39 (29,1%) responderam às vezes. Quando questionados ao que levaram a sair durante a quarentena 116 (86,6%) responderam que saíram para ir ao mercado, 96 (71,6%) médico, 86 (64,2%) farmácia, 77 (57,5%) trabalho, 76 (56,7%) fazer exames médicos, 61 (45,5%) visitar um familiar, 57 (42,5%) exercícios físicos (caminhada), 55

(41%) banco,16 (11,9%) lotérica,15 (11,2%) levar o cão à rua e 9 (6,7%) levar as crianças à rua.

Os participantes da amostra relataram que o isolamento social causou em 84 (62,7%) ansiedade, também demonstraram sentir-se: 34 (25,4%) aborrecido, 93 (69,4%) preocupado, 71 (53%) estressado, 33 (24,6%) deprimido, 27 (20,1%) medroso, 20 (14,9%) raiva, 63 (47%) entediado, 19 (14,2%) feliz, triste e frustrado ambos com 47 (35,1%). Considerando as pesquisas de Barros *et al*. (2020), em 40% dos entrevistados apresentam sintomas de tristeza e 50% sintomas de ansiedade.

O convívio com os familiares no isolamento ficou normal para 32 (23,0%) dos entrevistados,19 (14,2%) perceberam ter mais tempo de convívio com os filhos, 27 (20,1%) não têm certeza da mudança,18 (13,4%) não houve mudança,21 (15,7%) a convivência não está melhor e para 17 (12,7%) dos entrevistados a convivência está melhor. Os sujeitos da amostra responderam que tiveram que mudar suas rotinas diárias devido à pandemia. Dos entrevistados 82 (61,2%) tiveram que se adaptar a uma nova rotina, 25 (18,7%) adaptaram-se a uma nova rotina, 18 (13,4%) mantiveram a rotina, 6 (4,5%) não mantiveram a mesma rotina e 3 (2,2%) responderam não ter certeza disso. Dos entrevistados, quando perguntados se estavam conseguindo dar continuidade aos seus estudos durante a quarentena da COVID-19, 23 (17,1%) não conseguiram dar continuidade aos seus estudos durante a quarentena, mais 111 (82,8%) estão conseguindo dar continuidade aos estudos pelas plataformas digitais.

Conforme a pesquisa de Gomes et al.,2020 com o distanciamento social, fez-se necessário adotar o sistema remoto para dar continuidade aos ensinos, mas são muitos pontos a se pensar, como as habilidades de comunicação. Distrair-se durante o isolamento social ficou bem diversificado. Ler um livro 75 (56%), ouvir música 94 (70,1%), usar as redes sociais 103 (76,9%), assistir a um filme 100 (74,6%), exercícios de relaxamento, meditação 36

(26,9%), conversar com amigos 67 (50%), conversar com os familiares 63 (47%) e atividades realizadas 19 (13,4%).

Um ano após o início da pandemia, sobre a necessidade do isolamento social, os participantes da pesquisa responderam que 109 (81,3%) concordaram se necessário, 11 (8,2%) discordaram e 14 (10,4%) não estão de concordo e nem em desacordo com o isolamento social.

Foi perguntado se eles faziam algum tratamento de saúde e deixaram de fazer por causa da pandemia, assim eles responderam: sim 26 (19,4%) e 108 (80,6%) não faziam tratamento e não deixaram de fazer. O isolamento social causou algum prejuízo a sua saúde, seja físico ou mental, os candidatos responderam mais de um sintoma. Ansiedade 83 (61,9%), depressão 21 (15,7%), incerteza 60 (44,8%), medo de contágio 64 (47,8%), insônia 38 (28,4%), dores de cabeça 35(26,1%), dores musculares 35 (26,1%), angústia e pânico 25 (18,7%), falta de apetite 6 (4,5%), excesso de apetite 36 (26,9%), nenhum prejuízo 15 (11,2%) e outros prejuízos 6 (4,9%). A maior parte dos candidatos nunca tomou medicamentos no período da quarentena 90 (67,2%), 36 (26,9%) tomou alguns dias medicamentos e 7 (5,2%) todos os dias. As unidades de saúde de sua cidade estão preparadas para lidar com a COVID-19 63 (47,0%) responderam que não, sim 17 (12,7%) e não tenho certeza disso 54 (40,3%).

Quando perguntados se o isolamento social fez mudar seus planos, 125 (93,3%) responderam sim e 9 (6,7%) responderam que não mudaram seus planos por causa do isolamento social. Os indivíduos da amostra, cerca de 71 (53,0%) não têm certeza de que sua vida voltará ao normal após a pandemia, 33 (24,6%) responderam não e 30 (22,4%) responderam sim que sua vida retornará ao normal após a pandemia.

Os sujeitos da amostra, responderam sim 125 (93,3%) que o isolamento social os fez repensar nos seus planos para o futuro e não 9 (6,7%). Após um ano do início da pandemia, 68 (50,7%) responderam que não estão conseguindo retornar a sua rotina e 66 (49,3%) responderam que sim, estão retornando a sua rotina.

Os sujeitos da amostra responderam que após um ano da pandemia da COVID-19, 52 (38,8%) o trabalho continua em *home office*, 46 (34,3%) presencial, 30 (21%) outras opções de trabalho, 6 (4,5%) teletrabalho e 2 (1,4%) presencial e *home office*.

Sobre os efeitos do isolamento social em "sua vida" e possíveis impactos significativos, os participantes da pesquisa destacaram: sua vida social 95 (70,9%) foi o mais impactado seguido pela vida profissional 85 (63,4%), seu psicológico 74 (55,2%), sua vida familiar 72 (53,7%), sua vida econômica 62 (46,3%), sua vida afetiva 59 (44%), outros impactos 4 (2,8%).

O isolamento fez com que as pessoas pensassem mais na família e no coletivo, elas criaram habilidades sociais. O trabalho e o convívio familiar tiveram grandes mudanças, mesmo trabalhando em casa com as tarefas multiplicada, elas conseguiram dar mais atenção à família, criar brincadeiras para deixar os pequenos ocupados, ou mesmo trazer brincadeira de suas infâncias que com a tecnologia as crianças de hoje não as conheciam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram que o isolamento social impactou de forma significativa a vida dos indivíduos. De maneira geral, aos que fizeram de forma total o isolamento houve relatos de mudança significativa no convívio familiar, mas também houve uma adaptação. O trabalho e os estudos em *home office* para uma boa

parte foram alterados de forma geral, havendo uma adaptação necessária. O ponto estressor para todos foi a ansiedade seguida de depressão e medo, pois o luto e o desemprego eram eminentes, pelas incertezas dos pós pandemia. O estudo tinha como foco averiguar as habilidades sociais adquiridas durante a pandemia.

Os indivíduos criaram habilidade de convívio, talvez não seja nova, mas esquecida pela correria do dia a dia. A tecnologia foi uma das principais ferramentas utilizadas, seja no trabalho, na escola e para poder haver a comunicação com quem está longe. As habilidades sociais observadas na convivência social foram realizadas por muitos profissionais de saúde, valorizando a vida do outro.

Uma parte da população conseguiu se unir para pode fazer corrente de apoio para os menos favorecidos, como as redes de solidariedade das comunidades, igrejas empresas e uma grande rede de psicólogos que se juntaram para dar apoio psicológico, seja para a população em geral e para os profissionais de saúde na linha de frente da COVID-19. A pandemia criou muitos problemas mentais, crise de ansiedade, síndrome do pânico, estresse seja para os que ficaram em casa, seja ou para os que estão na linha de frente da COVID-19.

A pandemia trouxe mudanças e habilidades novas para população, mas também trouxe muitas incertezas, como o medo da perda. Perda é a palavra mais sentida por muitos nessa pandemia. Há também outros fatores que foram impactantes, como o isolamento social, a quarentena e o desemprego, o que foi um grande causador de depressão e ansiedade na população. Também os funcionários da saúde foram um dos mais afetados com a pandemia da COVID-19, os que estão na linha sofrem muito com prejuízos físicos e mentais.

Conclui-se com esse estudo que é fundamental a continuidade de pesquisas e novos projetos que possam ser

utilizados por psicólogos, pois o Coronavírus ainda se encontra em estudo e em circulação. Há a necessidade de se fazer um planejamento de novos projetos de intervenção e de prevenção aos sintomas causadores dos prejuízos mentais, a fim de reduzir os impactos da pandemia na população.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, S. "Covid-19: como o isolamento social influencia a saúde mental infantil". **Portal Eletrônico Fiocruz** [23/06/2020]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em: 11/03/2021.

ANTONIETA LIZOTE, S. et al. "Tempos de Pandemia: bem-estar subjetivo e autonomia em home office". **Revista Gestão Organizacional (RGO)**, vol. 14, n. 1, 2021.

BARROS, M. B. A. *et al*. "Relato de tristeza / depressão, nervosismo / ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante uma pandemia de COVID-19". **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, vol. 29, n. 4, 2020.

BARROS, R. S. N.; SOARES, A. B.; HERNANDEZ, J. A. E. "Habilidades sociais, empatia, amor e satisfação no ciclo de vida familiar". **Estudos de Psicologia**, vol. 36, e180032, 2019.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1996.

CABALLO, V. E. **Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais**. São Paulo: Editora Santos, 2003.

CORE TEAM, R. “A Language and environment for statistical computing”. (Version 4.0) [Computer software]. **Portal Eletrônico Cran Project** [2020]. Disponível em: <https://cran.r-project.org>. Acesso em: 02/07/2021.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Competência Social e Habilidades Sociais**: manual teóricoprático. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das Relações Interpessoais**: vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

DEL PRETTE, Z. A.P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais**: terapia e educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FIOCRUZ - Fundação Osvaldo Cruz. “Uma instituição a serviço da vida”. **Boletim do Observatório Covid-19**, 2021.

FUKUTI, P. *et al.* “How Institutions Can Protect the Mental Health and Psychosocial Well-Being of Their Healthcare Workers in the Current COVID-19”. **Pandemic Clinics**, vol. 75, e1963, 2020.

GOMES, V. T. S. et al. “A Pandemia da Covid-19: Repercussões do Ensino Remoto na Formação Médica”. **Revista Brasileira de Educação Médica**, vol. 44, n. 4, 2020.

GRAETZ, D. *et al*. “Global effect of the COVID-19 pandemic on paediatric cancer care: a cross-sectional study”. **Lancet Child Adolescent Health**, vol. 5, n. 5, 2021.

GUSSO, H. L. *et al.* "Ensino Superior em Tempos de Pandemia: diretrizes à gestão universitária". **Educação & Sociedade**, vol. 41, e238957, 2020.

LIMA SOUSA DE CARVALHO, A. G.; PEREIRA DE SOUZA, A. C. "Como a pandemia da Covid-19 vem afetando o cotidiano das comunidades universitárias do nordeste brasileiro?" **Mundo Amazônico**, vol. 12, n. 1, 2021.

PEREIRA DE MELO, E. A. *et al.* "Os desafios da formação inicial de estudantes indígenas brasileiros em tempos de pandemia". **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, vol. 13, n. 1, 2020.

RODRIGUEZ, B. O.; SANCHEZ, T. L. "O impacto psicossocial do COVID-19 nos profissionais de saúde". **International Brazilian Journal of Urology**, vol. 46, n. 1, 2020.

SENHORAS, E. M. "Coronavírus e o papel das pandemias na história humana". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020.

SKINNER, B. F, **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

THE JAMOVI PROJECT. **Jamovi** (Version 1.6) [Software de Computador]. Disponível em: <https://www.jamovi.org>. Acesso em: 02/07/2021.

WHO - World Health Organization. "Coronavirus disease (COVID-19): Q&A". **Portal Eletrônico da Organização Mundial da Saúde** [12/10/2020]. Disponível em: <https://www.who.int> Acesso em: 07/09/2020.

CAPÍTULO 3

O Trabalho Voluntário em Tempos de Pandemia: As Vivências dos Trabalhadores

O TRABALHO VOLUNTÁRIO EM TEMPOS DE PANDEMIA: AS VIVÊNCIAS DOS TRABALHADORES

Rafael Domenciano Silva

Kátia Barbosa Macêdo

As relações de trabalho voluntário foram normatizadas pela Lei 9.608/98, a Lei do Voluntariado — que passou não apenas a normatizar as relações deste tipo de trabalho, mas também viabilizou a quantificação das instituições que atuam em território brasileiro com atividades inseridas no Terceiro Setor. Desta forma foi possível ao IBGE, em 2019; apurar que o voluntariado vem sendo praticado por 7,2 milhões de pessoas no Brasil. Neste levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de geografia e estatística foram consideradas as instituições classificadas como instituições sem fins lucrativos, conforme versa a lei e sedimentado como trabalho voluntário por De Oliveira Costa e Matteus (2018) como sendo uma atividade não remunerada prestada à instituição pública ou privada que tenha por objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos, ou de assistência à pessoas sem fins lucrativos.

Com o patrocínio de fidalgos tais como Brás Cubas que, segundo Oliveira e Pimentel (2020), iniciou em 1542 a construção da Santa Casa da Misericórdia de Santos, inaugurado em 1543 recebendo o alvará real de privilégios em 2 de abril de 1551 por D. Joao III, inicia-se o que denominar-se-á filantropia no voluntariado. O conceito de filantropia é então o ato de ajudar o próximo por meio de atividades altruístas e solidárias, ou seja, sem a retribuição financeira que geralmente ocorre no trabalho remunerado. Este conceito de ajuda ao próximo permanece ainda como fator motivador para ser alcançado principalmente pelas instituições de

caridade. Desta forma não há como desprezar o papel da caridade e filantropia aliado à religião em nosso país, visto que as religiões — de modo geral — são incentivadoras da prática voluntária, tanto individual quanto institucionalmente.

Percebe-se então que o fator motivador explicitado no parágrafo anterior dialoga com o conceito de filantropia que se pauta no objetivo de propagar questões humanitárias e de interesse público. Entretanto Dejours (2004), afirma que em situações de trabalho o ser humano espera por retribuição. Esta retribuição pode ocorrer então de várias formas, sendo elas quantitativas (retribuição monetária, de troca etc.) ou qualitativas (reconhecimento social, validação etc.).

Entende-se que o indivíduo espera ser retribuído e antes mesmo de qualquer retribuição, espera, às vezes, apenas que suas iniciativas e vontades não sejam frustradas, em termos mais claros: que ele não seja considerado apenas como um "simples executante" condenado à obediência e à passividade. Portanto em Hernandes e Macêdo (2008), há a afirmação de que a psicodinâmica do trabalho contempla uma abordagem teórico – metodológica que tem como base os princípios da psicanálise e das ciências sociais. Apresenta então foco metodológico nas questões coletivas dos trabalhadores, considerando seus aspectos subjetivos mediante análise das suas vivências de prazer e sofrimento, das estratégias de enfrentamento do sofrimento e dos sentidos e significados implícitos na relação indivíduo –trabalho. Dito isso, o objetivo deste estudo é analisar as vivências dos trabalhadores voluntários em relação ao seu trabalho, em uma instituição religiosa.

É importante ressaltar que em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo "pandemia" se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade (OPAS – Organização Pan-americana da Saúde).

O distanciamento social alterou os padrões de comportamento da sociedade, com o fechamento de escolas, a mudança dos métodos e da logística de trabalho e de diversão, minando o contato próximo com as pessoas, algo tão importante para a saúde mental (Guia de saúde mental pós-pandemia no Brasil).

A disseminação do novo coronavírus – avaliada por António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), como a pior crise global desde a Segunda Guerra Mundial – é tão rápida quanto a propagação das informações a ela associadas. Os números de casos confirmados e de óbitos, bem como os problemas socioeconômicos ligados ao distanciamento social, são massivamente compartilhados pela mídia e consumidos pela população mundial em tempo real, situação sem qualquer precedente na história.

TRABALHO VOLUNTÁRIO

O trabalho voluntário, muito embora seja realizado há vários anos no Brasil, apenas passou a ser regulamentado no âmbito jurídico determinado pela legislação no ano de 1998 com a Lei 9.608 que determinou a prestação do serviço voluntário apenas para a pessoa física, ficando a pessoa jurídica autorizada apenas a realizar a doação em pecúnia que consiste em: qualquer doação financeira feita por pessoas físicas ou jurídicas em nome de uma pessoa jurídica; conforme a Instrução DGA nº 04 de 11 de julho de 2001.

A normatização do trabalho voluntário trouxe a possibilidade de — uma vez necessário o registro legal das Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições prestadoras do trabalho voluntário — quantificar as atividades do Terceiro Setor. Desta forma as ações voluntárias passaram a ter mais recorrência o que

levou o país a ser considerado destaque no Terceiro Setor entre os 123 países participantes do Ano Internacional do Voluntariado proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2001. Neste contexto destacou-se a Pastoral da Criança com sua atuação não apenas no Brasil, mas em mais de 12 países e contando com uma enorme equipe de voluntários que já contou com um número significativo de mais de 150 mil voluntários.

A legitimação legal do trabalho voluntariado no Brasil destacada por Oliveira e Pimentel (2020) foi fortalecida com a estruturação e normatização do Terceiro Setor no país que se caracterizou por organizações privadas em finalidades lucrativas, cujas atividades incluem o voluntariado em prol da sociedade. Desta forma o trabalho voluntário, assim como outras formas de trabalho; é necessário à sociedade e tem em sua estrutura os preceitos do trabalho em geral.

Escrevendo sobre o conceito de trabalho, Areosa (2013) ao comentar o texto: "A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho" – Christophe Dejours e a Psicodinâmica do Trabalho (PDT); avaliando que o trabalho (seja ele qual for) tem em si um caráter polissêmico e multifacetado que tem papel fundamental na construção de identidades tanto individuais quanto sociais. Neste comentário tecido por Aerosa (2013) acerca do texto de Dejours (2013); há a elaboração de que o trabalho é passível de ser constituído de resistências e conflitos que estão intimamente ligados às relações de afetividades e emoções, além de diferentes formas de poder e dominação.

Neste aspecto é importante a fala de Areosa (2013, p. 36) na qual:

> a construção e reconstrução de regras consomem uma parte significativa do nosso tempo e energia; esta

> condição é apelidada de atividade deôntica. As regras no trabalho nunca são apenas técnicas, são também sociais, pois implicam uma convivência comum. Normalmente o trabalho envolve uma relação com o outro, não é apenas produzir, é, sobretudo, um jogo de experiências em conjunto com o outro. Os trabalhadores que se recusam a fazer greve de zelo, aqueles que são proativos na cooperação com a organização do trabalho, esperam que esta atitude possa ser compensada. Anseiam que o seu contributo tenha uma retribuição; não somente uma recompensa material – indiscutivelmente importante, mas não a mais importante segundo as palavras de Dejours – acima de tudo esperam uma retribuição simbólica, cujo expoente máximo é o reconhecimento.

Nesse contexto a mobilização subjetiva dos trabalhadores voluntários pauta-se em relações de trabalho do Terceiro Setor que consistem em relações que possuem tanto as vivências de prazer quanto as vivências de sofrimento e, desta forma, devem ser avaliadas cotidianamente na organização do trabalho a fim de identificar as necessidades do voluntário dentro do contexto do voluntariado, suas ações e a instituição na qual ele está inserido. Retomando a interpretação daquilo que foi colocado na fala de Aerosa (2013), o trabalho anseia por uma retribuição, mas no caso da mobilização subjetiva dos trabalhadores do Terceiro Setor, esta retribuição adota aspectos subjetivos, não quantitativos, conforme finaliza a citação das palavras de Dejours acima mencionadas: "acima de tudo esperam uma retribuição simbólica, cujo expoente máximo é o reconhecimento".

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

O trabalho voluntário regulamentado no Brasil é recente, data do século XX; contudo a ideia do Terceiro Setor como um setor voltado para a filantropia é mais antiga. O Terceiro Setor se origina no século XVI e em suas organizações filantrópicas mantidas pela igreja católica e o estado, especialmente nas áreas da saúde e educação que eram — e ainda hoje são; um campo que demanda cuidados por parte de todos os setores mencionados: Primeiro, Segundo e Terceiro Setores. Para que seja compreendido o Terceiro Setor é necessário que se tenha em mente que existem três setores na sociedade: o Primeiro Setor — que é de competência do Estado — o Segundo Setor: que correspondem às sociedades privadas ou de mercado e o Terceiro Setor; constituído das Organizações sem Fins Lucrativos.

Neste contexto de distribuição das competências de cada setor, Campos, Moreira e Scalzer (2014), ponderam que o Terceiro Setor surge de uma necessidade de diminuir a lacuna existente entre o setor público e o privado; ofertando acesso à saúde, educação e trabalho através de ações que visam diminuir a pobreza, a violência e a corrupção (TONDOLO, 2014).

As particularidades das práticas voluntárias voltam-se para a busca da promoção do bem-estar social, tanto para o cidadão voluntário quanto para a comunidade na qual os voluntários estão inseridos e, desta forma as práticas voluntárias são então caracterizadas pelo seu caráter público e finalidade social (OLAK; NASCIMENTO, 2010). Assim, o voluntariado caracteriza-se então por ser um misto de relações tanto externas quanto internas que englobam e multiplicam valores e crenças de forma contextualizada com o objetivo do bem-estar social voltado para a instituição e para o voluntário que dela participa. Nesta troca constante entre o

voluntário, a instituição e a sociedade, Jones (2010, p. 7) enfatiza que as práticas voluntárias nas instituições são:

> [...] Uma ferramenta que as pessoas usam para coordenar suas ações e obter alguma coisa que desejam ou valorizam", desta forma a característica de troca acaba por enfatizar a importância do voluntariado na transformação da vida das pessoas como um todo (JONES, p. 7, 2010).

Essas práticas estão voltadas para a autoafirmação, ganho de experiência, prospecção de carreira, aprovação social, desejo de diminuir o impacto social negativo e busca pela autoestima segundo Finkelstien (2009). Tais buscas efetuadas pelo voluntário quando esse se propõe a executar a ação voluntária, são características inerentes às práticas voluntárias, pois refletem as características gerais das organizações do Terceiro Setor que se voltam para a afirmação social na sociedade na qual ela atua e — principalmente: diminuir o impacto social negativo especialmente sobre os menos afortunados.

A execução do voluntariado é então elaborada sobre o perfil da interação social voltada para a superação das dificuldades sociais vividas por uma parcela da população que se vê desassistida pelos Primeiros e Segundo Setores e tem no Terceiro Setor uma possibilidade de sanar este problema. Suas características vão de encontro à fatores tais como a interação social, o pertencimento a um grupo, a aprovação social e a elaboração de estratégias que possibilitem ao voluntário se sentir acolhido e valorizado.

Essas práticas têm foco na criação de ligações emocionais que envolvam o voluntário, equilibrar a causa central que ela desenvolve com os interesses e valores dos colaboradores,

impulsionar ações significativas e resultados mensuráveis, disponibilizar apoio material para a execução dos projetos e inspirar para um compromisso de longo prazo; conforme aponta Donlan (2017). Neste aspecto as características das práticas refletem o aspecto multifacetado do trabalho; mesmo em sua propositura de trabalho voluntário que, por mais que não tenha o caráter pecuniário dos Primeiro e Segundo Setores; consiste em uma prática que necessita de organização e desencadeia vivências de prazer e sofrimento ao trabalhador voluntário.

A MOBILIZAÇÃO SUBJETIVA DO TRABALHADOR EM RELAÇÃO AO SEU TRABALHO

Os estudos de Cristophe Dejours afirmam que um ambiente de trabalho consiste em um ambiente que possua um contexto necessário para um bom desenvolvimento profissional, além de promover a convivência entre níveis hierárquicos distintos. Com avaliações acerca de como o trabalho e as relações por este trabalho produzidas impactam o trabalhador, se constituiu a PDT, disciplina segundo a qual o ambiente de trabalho é também um espaço de interações sociais que para Dejours (1992), quando desprovido de sentido para o trabalhador o ambiente de trabalho se esvazia de significado e leva a frustração ou ao que ele denomina sofrimento do trabalhador. Conforme o autor também salienta que é próprio do trabalhador, segundo sua avaliação no contexto da Psicodinâmica do Trabalho; desenvolver a vivência de prazer a fim de contrabalancear esta equação entre prazer e sofrimento.

A mobilização subjetiva é então fundamental para que o trabalhador consiga resistir àquilo que o constrange no trabalho; para Dejours (2011) é nesta mobilização subjetiva que reside a possibilidade — para o trabalhador — de reconstituir o sentido do

trabalho resgatando este sentido a partir do momento em que o sujeito constrói uma relação entre o trabalho a ser efetuado e os conteúdos subjetivos que este trabalho proporciona ao trabalhador. Assim a mobilização subjetiva do trabalhador consiste — ao separarmos duas categorias de análise da PDT: Organização do Trabalho e Mobilização Subjetiva — nas vivências de prazer e sofrimento e nas estratégias defensivas e espaço de discussão coletiva. Neste aspecto, para Dejours (2004), os modos de engajamento do trabalhador no trabalho são preceitos oriundos da mobilização subjetiva que possibilita a cada trabalhador, em particular; sua vivência de forma subjetiva e não prescrita. Desta forma, mesmo nos contextos precários é possível relacionar o prazer ao trabalho, desde que a organização possibilite condições para que o trabalhador elabore esta mobilização subjetiva.

Nas vivências de prazer se tem a transformação empreendida pelo trabalhador dos agentes que causam sofrimento em algo que lhe seja benéfico, mas esta transformação somente ocorre quando o trabalhador encontra espaço de liberdade na organização do trabalho para negociar seus desejos. Quando isto acontece, mesmo o ambiente que contenha o sofrimento criativo e patogênico, pode ser encarado de forma a despertar estas vivências de prazer. Contudo; há situações nas quais isso não acontece e, sem a flexibilidade necessária para desenvolver está vivência de prazer; o trabalhador passa a criar estratégias defensivas para suportar o contexto de trabalho. Neste caso o que surgiu para o trabalhador não foi o sofrimento criativo, mas sim o sofrimento patogênico.

Para a psicodinâmica do trabalho existem dois tipos possíveis ao sofrimento no trabalho: o criativo e o patógeno. O sofrimento criativo está vinculado ao conceito de trabalho, todos os constrangimentos e o sofrimento que seriam ponto de chegada frente ao real (tudo que resiste ao domínio do sujeito) são evitados, esconjurados pelo sujeito, passam por uma exigência de

transformação, tornando-se início de superação do real via mobilização da inteligência inventiva, tendo como objetivo a entrega do trabalho efetivo (DEJOURS; ABDOUCHELLI, 1994; DEJOURS, 2012b; MOLINIER, 2013; FLEURY; MACEDO, 2015).

O sofrimento patógeno no trabalho aparece quando o reconhecimento falta e o sujeito depara-se com a rigidez da organização do trabalho. A falta de reconhecimento cessa o processo de transformação do sofrimento em prazer, o trabalho não encontra o seu sentido. O sofrimento se estabelece, gerando um acúmulo da energia pulsional, onde a dinâmica trabalho-sofrimento se retroalimenta, podendo levar o sujeito a uma descompensação somática ou psíquica. Restará ao sujeito o engajamento das estratégias defensivas para evitar o adoecimento mental, seja individualmente ou coletivamente. Quando estas estratégias findam, as consequências podem ser irreversíveis tanto para o sujeito quanto para a própria organização. O trabalhador experimenta estados de frustração, desgosto, medo e impotência que podem levar à destruição do aparelho mental e a descompensação (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994; DEJOURS, 2012b; FLEURY; MACEDO, 2015).

O trabalhador, frente ao desafio de transformar o prescrito em trabalho real, sofre, e diante do sentimento advindo do trabalho mobiliza tudo que tem e é para sobreviver. O sujeito mobiliza toda a sua subjetividade para o enfrentamento do real do trabalho, de forma que o real se faz conhecer pelo sofrimento decorrente da lacuna entre o prescrito e o real. As adversidades não são passivamente aceitas pelo sujeito, ele deseja esconjurar o sofrimento, transformando a realidade ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo. A mobilização subjetiva dá mostras de como as situações de trabalho, por mais desgastantes que sejam, podem ser superadas pela

inteligência prática e escolhas construídas pelos trabalhadores a partir de um espaço de deliberação (DEJOURS, 2004; 2012c).

Dejours aborda as estratégias defensivas de espaço e discussão coletiva, as quais se desenvolvem a partir de uma situação externa. Estas estratégias buscam adaptar o trabalhador às diversas pressões que o trabalho lhe impinge com o objetivo de repelir o sofrimento que este trabalhador desencadeia devido às pressões do trabalho. Nestes espaços de discussão coletiva a fala e a escuta são livres e o trabalhador pode expressá-las mesmo que estas sejam contraditórias à organização, uma vez que este espaço de discussão é isento de interferências. Neste momento são externadas, ou não — de acordo com a vontade do trabalhador — opiniões que podem ser baseadas em crenças, valores e posicionamentos ideológicos do participante de acordo com sua necessidade ou vontades pessoais. Nestas estratégias as condições externas ao sujeito são estabelecidas através de acordos e compartilhamentos constituídos pelo grupo para resistir às contradições decorrentes do trabalho racionalizado, ao individualismo e a negação (DEJOURS, 1992; DEJOURS, ABDOUCHELI; JAYET, 1994).

Assim, as estratégias de defesa individuais desenvolvem-se a partir da luta do trabalhador contra o aborrecimento, o desgosto, para, logo em seguida, ganharem corpo contra a angústia do fazer repetitivo e robotizante, uma tentativa, em última instancia, de manter-se produtivo. Essas estratégias de defesa acabam por invadir o espaço privado do sujeito, já que seria demasiadamente penosa a sua retomada a cada volta ao trabalho após o tempo de descanso. O lazer, as relações amorosas e eróticas passam pelo prejuízo da falta de flexibilidade psíquica e afetiva, pela irritação e intolerância, o melhor lazer torna-se o dormir. Para Dejours (2012c), a estratégia de defesa via autoaceleração funciona como uma "repressão" pulsional, ou seja, uma paralisia do pensamento.

Nas estratégias coletivas de defesa os trabalhadores organizam um conjunto de proposições e ações específicas ao seu fazer, estabelecendo um consenso, que, em princípio, exige uma renúncia individual de cada um dos componentes do coletivo estabelecido, já que terão que abrir mão de suas intenções e desejos (inconscientes) em prol de um bem comum. Trata-se de uma construção que o coletivo estabelece via estratégias de defesa fazendo frente ao sofrimento e dando sentido ao trabalho. Quanto mais arriscada é a tarefa comum, maior a necessidade da indisciplina em relação às normas de segurança e do pacto de não manifestação do medo frente ao sofrimento. Os trabalhadores devem aderir a manifestações de desprezo e ostentação do enfrentamento ao risco e exibição de sua resistência e virilidade (DEJOURS, 2004, 2012a).

Identificam-se desta forma o quão complexas são as estratégias coletivas de defesa em termos de sua configuração e coerência interna. O que reúne os trabalhadores nesse esforço é o desejo de reversão simbólica da vivência do risco. Deseja-se esconjurar a impotência pela posição subjetiva da provocação, de afirmação, de controle total da situação. O que Dejours (2012c) denominará de eufemização coletiva da manifestação do risco indica o esforço coletivo para manter a saúde psíquica, apesar do medo frente ao risco iminente.

MÉTODO

Esta pesquisa teve como objetivo, analisar as vivências dos trabalhadores voluntários em relação ao seu trabalho, em uma instituição religiosa. Teve caráter descritivo e exploratório baseado na abordagem da psicodinâmica do trabalho enfocando na mobilização subjetiva.

Utilizou-se, então, para a coleta de dados a análise documental e entrevistas individuais com base em um roteiro construído a partir da PDT, enfocando as dimensões da organização do trabalho. Para análise dos dados utilizou-se a análise clínica do trabalho.

Campo de pesquisa e participantes

A pesquisa foi realizada em uma instituição religiosa localizado na região centro-oeste do Brasil. Esta instituição atende a comunidade local da região oferecendo alimentação, evangelização, cursos doutrinários, atividades mediúnicas, atendimento espiritual, atividades assistenciais além de projetos de oficinas no campo da arte e da literatura realizando como resultado destas oficinas bazares e vendas permanentes além de eventos de arte.

Todos os trabalhadores voluntários da instituição foram convidados a participar do estudo, e deles, 12 voluntários disponibilizaram-se a participar da pesquisa, com idade variando entre 32 e 72 anos, sendo de ambos os sexos. Para a inclusão do participante foi utilizado o critério de estes estarem atuando semanalmente na unidade há mais de dois anos e terem acima de 18 anos.

Procedimentos para coleta de dados

Para a coleta de dados foi realizada análise documental para levantamento do histórico da organização e suas rotinas de trabalho. Após aceite do convite e acordados os termos, iniciou-se a pesquisa.

Do total de trabalhadores voluntários atuando na instituição à época da coleta de dados, doze aceitaram participar da pesquisa cientes de que suas entrevistas seriam gravadas e, posteriormente transcritas. Tais entrevistas se deram no âmbito da instituição — duas entrevistas; e, posteriormente via online devido à Pandemia da COVID-19.

Para a realização das entrevistas, posterior segundo Bauer e Gaskell (2013), e posterior transcrição das mesmas a técnica de análise dos dados foi realizada primeiramente organizando e preparando o corpus para análise. As entrevistas presenciais foram transcritas logo após o encerramento a fim de, após transcritas, ser possível realizar uma conferência para manter a fidedignidade; para tanto foi necessário ouvir as entrevistas com a transcrição em mãos para conferir pausas, interjeições, interrupções, hesitações etc.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A psicodinâmica é uma espécie de clínica que tem como objetivo a compreensão de aspectos psíquicos e subjetivos, os quais são mobilizados a partir das relações e da organização do trabalho, conforme Heloani e Lancman (2004). É um processo produtivo que envolve cooperação, reconhecimento, sofrimento, mobilização da inteligência, vontade e motivação e estratégias defensivas, tendo como elemento central a construção da identidade e da saúde do sujeito. Segundo Dejours (2012a), homens e mulheres criam defesas contra o sofrimento sofrido no trabalho. As estratégias de defesa são sutis, cheias de engenhosidade, diversidade e inventividade, mas também encerram uma armadilha que pode se fechar sobre os que, graças a elas, conseguem suportar o sofrimento sem se abater.

Assim, os resultados e discussão do presente estudo considerarão a abordagem da PDT no que se refere à mobilização subjetiva do trabalhador em relação ao seu trabalho, e para isso enfocará as vivências de prazer, contemplando os indicadores de autonomia, liberdade, reconhecimento e cooperação; as vivências de sofrimento, contempladas pela sobrecarga, falta de reconhecimento e as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para lidar como sofrimento advindo do trabalho, contemplando tanto as individuais quanto as coletivas.

Vivências de Prazer

As vivências de prazer do trabalhador voluntário estão ligadas a satisfação e ao engajamento no qual o sujeito realiza uma atividade por apreciar estar no local, e ter liberdade e autonomia de assumir ou não a responsabilidade de um voluntário dentro da instituição. Desta forma o amor e a dedicação ao próximo são fatores a serem considerados quando do trabalho voluntário. Neste contexto as vivências de prazer são balizadas por experiências de autonomia, liberdade e reconhecimento. Neste aspecto as vivências de prazer são construídas na expressão desta liberdade que deixa a cargo do trabalhador a tomada de decisões garantindo-lhe autonomia no agir e pensar. A vivência da liberdade leva o trabalhador à autonomia e sua possibilidade de criar dentro do contexto do trabalho é uma forma de consolidar na ação o reconhecimento por seus esforços.

Dejours (2012a, 2012b, 2015) identifica que as vivências de prazer-sofrimento no trabalho estão relacionadas às diferentes formas de organização do trabalho. As vivências de prazer relacionam-se à garantia de autonomia e liberdade, que tornam possível o engajamento do sujeito no trabalho, de forma a desafiá-lo em aplicar sua inteligência, garantindo-lhe toda sorte de satisfação

pulsional (psíquica, visceral e motora). O prazer no trabalho pode ser tomado como uma vivência individual proveniente da satisfação dos desejos e necessidades do corpo-mente (ASSIS; MACÊDO, 2010)

As vivências de prazer são vivenciadas quando se experimentam sentimentos de valorização e reconhecimento, ou seja, de que o trabalho tem sentido e valor (por si mesmo, para a organização e para a sociedade) e o sentimento de ser aceito e ter liberdade para se expressar. As vivências de prazer se inscrevem na relação subjetiva do trabalhador com sua atividade profissional. Isso implica intersubjetividade no momento em que esse sujeito passa a relacionar-se com outros (MACÊDO, 2010).

Desta forma a realização é notada na vivência de prazer quando pontuada pelos voluntários como momentos nos quais o sofrimento converte-se em realização. Ou seja, o sofrimento se torna o motor que impulsiona a buscar mais realizações no processo de voluntariado conforme a fala:

> Bom, ser voluntária na instituição nesse momento da minha vida, é diferente de quando eu cheguei lá aos 15 né, é um nível de consciência maior de engajamento, é... então ser voluntária lá hoje, é fortalecer a egrégora (força espiritual criada a partir da soma coletiva das energias) da instituição, é entender que a instituição tem vários braços de trabalho, várias linhas de trabalho, antes eu me via vinculada a uma dessas áreas, hoje eu tendo me vincular a todas elas um pouquinho né, entendo as várias facetas, então sobretudo é uma forma de eu entender a instituição como um todo, algo que a décadas a traz era um entendimento parcial, entendimento unilateral né, ah... ser voluntária lá é também contribuir pra essa... pra essa sinergia de grupo enquanto instituição, estar presente e fazer presente entendendo cada processo que tá

> acontecendo ali, um entendimento tanto consciência, racional, mas um entendimento emocional que nutre que abastece cada atividade daquelas, porque a gente percebe quanto instituição que uns tem amor, uma dedicação para algumas áreas de trabalho enquanto que outros estão setores muitos diferente e aí eu perpassando por várias dessas... dessas atividades eu também vou percebendo é... ter uma leitura de todo mundo, uma leitura institucional, é então pra mim hoje ser voluntária na instituição tem um olhar institucional de contemplar toda a instituição, mas sobretudo me agrega na. Consciência desse fazer, que é individual também. P1.

Nestes casos a organização sustenta a cooperação e a criatividade a partir do momento em que permite aos trabalhadores estas vivências de prazer distribuindo as atividades de acordo com a afinidade dos voluntários, ou propiciando a possibilidade de alternância de atividades entre os voluntários a fim de que os mesmos se coloquem em setores com os quais mais e identifiquem.

Considerando a exigência de que no trabalho há uma renúncia ao prazer instintual em nome da construção de algo que tenha significação para a coletividade e o sujeito possa experimentar o reconhecimento e autorrealização na perlaboração (DEJOURS, 2012c). Desta forma o trabalho voluntário tem em sua estruturação o foco nas vivências de prazer que aqui são mencionadas; assim quando estas vivências construídas no trabalho voluntário conseguem preencher as motivações do indivíduo no contexto da organização a tendência é de que a pessoa permaneça na instituição por vários anos, atuando, por vezes em duas ou mais instituições ou projetos individuais simultaneamente. No caso da instituição pesquisada 50% dos voluntários atuam no voluntariado há mais de 20 anos, às vezes oscilando entre outros projetos como pontua:

> Por exemplo a minha mãe hoje é vinculada a outra instituição, ela voltou novamente pra cá, mas ela faz o trabalho dela individual com a comunidade do antigo lixão de Aparecida, […] o meu cunhado por exemplo, na da época que veio o frio mesmo ele comprou muitos cobertores, então eu fui com ele lá na comunidade, mas não é ligada a instituição essa ações, se eu tenho algum amigo que doam por exemplo escova de dente, essas coisas não são ligadas às vezes não é ligado a instituição, que às vezes a pessoa quer ir e ela não é ligada a nenhum grupo, então ela fala você pode me acompanhar? Então a gente vai algumas entidades a parte do grupo que eu frequento. P8.

Neste aspecto é possível observar que quando o trabalho voluntário se consolida com uma vivência de prazer sua prática torna-se inerente ao voluntário que busca diversos meios para dar continuidade a essas vivências em atividades que se perpetuam não apenas na instituição à qual ele está formalmente vinculado, outrossim leva-o a realizar outras práticas voluntárias de maneira paralela àquela na qual ele está inserido formalmente.

Segundo Dejours (1987), o prazer está ligado ao atendimento de necessidades manifestadas fortemente pelo indivíduo, convertendo-se, assim, um surgimento episódico, dado as dificuldades colocadas pela civilização.

O sentimento de valorização e reconhecimento produz, junto ao trabalhador, o prazer com seu trabalho, possibilitando a construção de arranjos criativos na organização de suas atividades cotidianas, nas quais se sentem aceitos e valorizados pelo que fazem e produzem individual e coletivamente (MACÊDO, 2015). Assim, análise da Psicodinâmica, conforme esclarecem Assis e Macedo (2010), indica que a retribuição esperada pelo indivíduo deve ser fundamentalmente de natureza simbólica, ou seja, o reconhecimento

da realidade que representa a contribuição individual, no sentido de gratidão.

Vivencias de sofrimento

Da mesma forma que existem as vivências de prazer, há no contexto do estudo da PDT, as vivências de sofrimento que foram divididas nas acepções de desgaste e falta de reconhecimento no texto de Dejours no qual as observações acerca das vivências de sofrimento ponderam que, na maioria dos casos, a maioria dos voluntários se queixam se adaptar as novas tecnologias, flexibilidade e à tensão emocional pela falta das vivencias presenciais do trabalho voluntario.

Portanto o sofrimento, que existe em qualquer situação de trabalho, quando se torna fonte de criatividade prazer acaba por se desconstruir enquanto elemento patogênico; mas para isso a organização do trabalho deve abrir ao trabalhador a possibilidade de contribuir para a elaboração de estruturas— regras, estratégias, etc. — de forma coletiva a fim de que seja construído um espaço de crescimento no qual as discussões livres possibilitem o crescimento do voluntário e a transformação de suas ideias em projetos que levem a resultados concretos para o trabalhador, resultados estes nos quais ele se sinta valorizado, inserido e protagonista.

Este crescimento é percebido em:

> Atualmente minha maior dificuldade é não poder estar com as pessoas pessoalmente, eu tenho muita dificuldade com equipamentos digitais né, com equipamentos eletrônicos e eu não consegui gravar aulas pra estar postando no grupo, até mesmo porque minha rotina de trabalho mudou né, depois da

> pandemia, mas eu não consegui é fazer isso funcionar de uma forma digital, realmente eu tenho bastante dificuldade nisso. P6.

Neste contexto os voluntários ao se deparar com as vivencias de sofrimento buscam assimilar que as mesmas são elementos constituintes do planejamento da organização e devem ser trabalhadas e assimiladas por eles como uma forma de realizar o trabalho que precisa ser aceita, caso contrário está vivência torna-se em uma patologia, um sofrimento instransponível que leva o indivíduo a um sofrimento absurdo.

> Agora com essa pandemia a gente fica sentindo assim meio que perdido porque a gente não está podendo e fazer aquele trabalho. Eu não falo caridade não, é beneficência, é diferente para mim sabe, é por quê, está impossível? Não, mas está mais difícil você poder ajudar o outro e quando você já se habituou a essa rotina você sente falta sabe, de estar lá contribuindo, e quando eu digo ajudar o outro, não é só angariar cestas básicas e doar para o pessoal lá da comunidade, não é só isso [...] P11.

Para os trabalhadores da instituição fatores como a ausência de comprometimento são cruciais para estas vivências de sofrimento. O que é perceptível na fala de:

> Eu acho que o mais difícil é como eu comentei, essa gestão de pessoas que às vezes assumir um trabalho e não tem um compromisso com atividade, com o trabalho voluntário né. P5.

Fatores como a intolerância são levantados porque, nitidamente se busca a resolução desta vivência de sofrimento:

> A intolerância é a coisa mais difícil de se tolerar, sabe, isso é terrível. A teimosia, a intolerância, a sabe o julgamento, isso para mim é difícil, porque onde tem um grupo de trabalho sempre tem essas coisas né, então isso é complicado, mas você sempre contorna. P9.

Agrega-se a estas eventuais vivências de sofrimento o choque de gerações levantado por:

> A instituição tem uma dificuldade que é trabalhadores muito antigos de muito tempo e às vezes é mudar algumas opiniões assim né, atualizar vamos dizer assim às vezes é um pouco difícil, mas sim, não tem grandes coisas. Mas vezes que a gente precisa ter uma ação mais rápida, como eles são mais lentos né. P10

Outro fator levantado na pesquisa no que se refere às vivências de sofrimento é a falta de adaptação, levantada por:

> É do trabalho voluntário na minha vida não pensei em desistir, mas do trabalho voluntário na instituição já, e já desisti algumas vezes e desisti não porque, mas foi por mim mesma, por achar que eu não cabia ali ou ali não me cabia. P12.

Tais vivências, na instituição pesquisada, vem de encontro à elaboração de Dejours (2012a), que alerta sobre a necessidade de

permitir o elaborar do processo de construção da confiança no espaço coletivo. Por esta forma de ação as vivências de sofrimento tornar-se-ão impulsionadoras de estratégias eficientes do enfrentamento do sofrimento.

Segundo Dejours (1990), os indivíduos possuem capacidade de viabilizar proteção, de achar uma solução, têm a possibilidade de emancipação, de reapropriação, de mudança e reconfiguração da realidade. Assim, a psicodinâmica julga que o trabalho não está situado em um local periférico dentro da concepção da identidade do homem, e que precisa ser concedido destaque a investigação da sublimação, e não de processos patológicos, dado que a energia sublimada é fundamental para o desenvolvimento e a perpetuação da psicossomática de cada sujeito.

Para Dejours (2004), a conceituação de sublimação está ligada à dessexualização da pulsão e de sua troca por uma atribuição proveitosa do ponto de vista social, que assume o local da meta elementar da pulsão.

No ponto de vista ideológico, a sublimação no trabalho pode provocar hesitação quanto a sua função no processo de alienação. A vista disso, cabe ressaltar que a sublimação não quer dizer obrigatoriamente resistência às transformações, assim como demanda criatividade e atuação do trabalhador, não sendo um processo apático e resignado mediante as exigências que permeiam as situações de trabalho, e sim, uma consequência de uma conciliação bem firmada entre vontades inconscientes do indivíduo e a realidade.

O sofrimento no trabalho tem causado o silenciamento e distanciamento de muitas pessoas, visto que não se tem a abertura para o diálogo e, consequentemente, para a escuta. Com um ambiente difícil de construir laços, o conflito entre indivíduos passa a ser relativizado. As pessoas se sentem socialmente esgotadas, uma

vez que não há espaço de compartilhamento com o outro (NARDI *et al*., 2006).

O autor supramencionado, comenta que o trabalhador, enquanto sujeito ativo, perde progressivamente seu espaço de fala.

Quando escutados, os trabalhadores frequentemente são julgados como desleixados, preguiçosos ou malandros. Dessa forma, quando surgem os problemas, os trabalhadores preferem lidar com a doença de alguma outra forma. Assim, Dejours (1992) desenvolveu o conceito de "ideologia defensiva", como meio de atenuar o sofrimento vivenciado.

O ambiente público é formado a partir da movimentação dos próprios trabalhadores, estabelecendo um espaço de troca de informações e de credibilidade. Simboliza um local de fala, de confiança e da procura por estratégias de transformação. Cabe salientar que ele é imprescindível no processo de gestão coletiva do trabalho, ao passo que inviabiliza o emprego de mecanismos defensivos ou de descompensação psicopatológica.

Contudo, surge a inquirição a respeito do modelo prescrito e de sua atuação no processo produtivo, corroborando que a gestão coletiva do trabalho possibilita a conversão do sofrimento ou do prazer, além de viabilizar o envolvimento do trabalhador na tarefa sem qualquer dano à saúde psíquica.

Estratégias de enfrentamento ao sofrimento advindo do trabalho

Na PDT a elaboração das estratégias de enfrentamento ao sofrimento advindo do trabalho, são elementos voltados para enfrentar e lidar com o sofrimento, e, desta forma, proteger a saúde mental do trabalhador conforme evidencia Dejours (2015).

Estruturado na concepção de que sua prática abarca benefícios intangíveis, o voluntariado tem aberto a discussão acerca de seus efeitos interdisciplinares responsáveis pela elaboração de conceitos individuais e coletivos que, uma vez instaurados pelo indivíduo e o grupo ao qual ele pertence, são responsáveis por situações de elaboração de estratégias de defesas, tanto individuais quanto coletivas — responsáveis pela melhor interação do indivíduo com os demais setores nos quais ele transita em suas relações sociais e de trabalho.

Tais estratégias são formas que são elaboradas dependendo de situações externas e, desta forma, acabam por tornarem fatores de adaptação às situações que existem de forma inerente ao trabalhador. Tais situações o levam a continuar o trabalho quando ele reconhece uma forma, ou a elabora, para continuar amparando suas realizações dentro da instituição.

Os aborrecimentos e desgostos pelo enfrentamento solitário do real do trabalho desperta estratégias individuais de defesa que impelem o sujeito a um isolamento como forma de economizar sua energia e seus esforços (DEJOURS, 2006). O trabalho individualizado apresenta-se como forma de conjurar a angústia, quando indagados acerca dos principais desafios quando da prática voluntária, os elementos levantados se voltam para a impulsividade do primeiro momento como voluntário que gera esse sofrimento, mas que, ao longo do tempo acaba por ser moldado através das estratégias de enfrentamento do sofrimento no trabalho, conforme ilustra a fala:

> [...] hoje não é tanto, mas já foi muito de aceitar a regra do outro, já foi muito, eu era muito difícil, hoje eu já aprendi, está a regra é assim então eu vou fazer, a gente ficar velhinho não faz tanta arte, tem muita

> vantagem, esses cabelinhos brancos são muito úteis. Então a gente vai aprendendo. P2

Portanto a visão dos voluntários entrevistados é que a pessoa deve ter flexibilidade para se adaptar e dedicação, caso contrário sua atuação não conseguirá ultrapassar o contexto da vivência de sofrimento patológica, conforme pontua:

> [...] ter uma dedicação, uma devoção, pra não deixar ninguém na mão, pra entender as necessidades do trabalho e corresponder a elas, então são características importantes, é flexibilidade pra se adaptar, pra... realmente é ter nível de adaptabilidade é eu considero muito importante, em toda em toda atividade, motivação, ser uma pessoa motivada, alegre, há momentos em que o trabalho ele é curador para o indivíduo que está adoecido né, então nem sempre ele vai chegar com as características é, às vezes ele tem muita boa vontade, mas não tem disciplina, às vezes ele tem muita disciplina, mas tem mau humor, é uma pessoa mais rígida, uma pessoa é pouco flexível, então é eu considero que mesmo disciplinado ou de boa vontade, ele precisa ter é um amor muito grande pelo fazer, um amor pela instituição, pela casa, pelas as pessoas né, e um respeito, um respeito diante daquilo que ele ainda não compreende, não consegue executar, é não consegue se adaptar. P1

Dejours (2011), afirma que quando as pessoas se mobilizam de forma coletiva, ou mesmo quando buscam o crescimento de forma individual; há um despertar da inteligência e desta forma é preciso que as vivências de sofrimento sejam tratadas pelo trabalhador como um meio de despertar essa inteligência individual

e coletivamente de forma a reconhecer e encarar as vivências de sofrimento como motores de criação de estratégias para o enfrentamento deste sofrimento.

Todos estes posicionamentos são elaborados para que o trabalhador voluntário consiga se manter no exercício do voluntariado, resinificando as vivencias de sofrimento através de estratégias tanto individuais quanto coletivas.

Estas últimas, as coletivas — são para Dejours (2015a), um consenso que exige uma renúncia individual do trabalhador em nome de estabelecer uma ação que se volte para o bem de todo o grupo.

Estratégias coletivas de enfrentamento ao sofrimento advindo do trabalho

É o coletivo que busca dar sentido ao trabalho elaborando as estratégias como elementos estruturados com a finalidade de dar ao trabalhador um amparo do grupo para superar a vivência de sofrimento com uma estratégia aplicável àqueles que recorreram ao grupo como elemento de construção desta estratégia de enfrentamento. Neste contexto o voluntário passa a se ver como pertencente a um grupo que tem relevância social e este é um fator coletivo nas estratégias de enfrentamento ao sofrimento no trabalho conforme registra:

> [...] é, as pessoas que se envolvem no trabalho voluntário, elas estão ali porque elas gostam desse trabalho, elas percebem que esse trabalho é relevante, que esse trabalho é importante não só para ele né, pra sua evolução espiritual, mas pra aquelas pessoas no qual esse trabalho acaba atingindo. P3

Considerando que o trabalhador pode ter um mínimo de controle sobre o seu trabalho ou, pelo menos, verbalizar seu incômodo, utilizando-se de um "espaço público de palavra".

Também é possível ter vivência de liberdade para pensar, organizar e falar sobre o seu trabalho, e isso gera liberdade para usar o estilo pessoal e para falar sobre ele com os colegas, solidariedade com os colegas, confiança nos colegas e liberdade para dizer o que pensa, Heloani (2016). Assim, o coletivo é então uma forma de descobrir novas formas de enfrentamento das dificuldades que surgem conforme:

> [...] o que eu quero dizer é a dificuldade veio, a casa e os trabalhadores aí enfrentaram, se reinventaram e descobriram uma nova forma de levar esse trabalho adiante, não foi porque a dificuldade veio que eu trabalho parou, alguns trabalhos de atendimento ao público de forma direta do contato realmente eles tiveram que ser paralisados, mas a casa continua em pé, continua firme e forte através de outros trabalhos. P7

Nas estratégias coletivas de defesa, os trabalhadores organizam um conjunto de proposições e ações específicas ao seu fazer, estabelecendo um consenso que, a princípio, exige uma renúncia individual de cada um dos componentes do coletivo estabelecido, já que terão que abrir mão de suas intenções e desejos (inconscientes) em prol de um bem comum. Trata-se de uma construção que o coletivo estabelece via estratégias de defesa, fazendo frente ao sofrimento e dando sentido ao trabalho. Quanto mais arriscada é a tarefa comum, maior a necessidade da indisciplina em relação às normas de segurança e do pacto de não manifestação do medo frente ao sofrimento. Os trabalhadores devem aderir às

manifestações de desprezo e ostentação do enfrentamento ao risco e exibição de sua resistência e virilidade (DEJOURS, 2004, 2012c).

Sobre as características apresentadas acima pelo autor, para um trabalhador voluntário, nota-se que são de caráter subjetivo, e sinalizam um perfil de uma pessoa resiliente, ou seja, capaz de suportar as adversidades e improvisar, se for o caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo o objetivo analisar as vivências dos trabalhadores voluntários em relação ao seu trabalho, em uma instituição religiosa, foi alcançado a partir do momento em que foi possível compreender a prática voluntária como uma atividade desenvolvida com satisfação, realização pessoal e engajamento. Desta forma foi alcançada a compreensão acerca das práticas de prazer e sofrimento dos trabalhadores em uma instituição religiosa que aqui foi proposto.

Quanto a abordagem teórico-metodológica, a PDT constituiu-se como uma abordagem pertinente a análise tanto das perspectivas individuais quanto das perspectivas coletivas para a avaliação das estratégias elaboradas dentro da instituição no intuito de preservar o trabalho voluntário e a saúde mental dos envolvidos neste propósito.

Pelo cenário mundial da pandemia da COVID-19 e das constantes transformações no mundo do trabalho geradas pelo isolamento social, trouxe novos desafios para a prática do voluntariado. Pois sendo um processo de trabalho pautada justamente na doação ao outro, na interação, na entrega, teve que se reformular em atividades virtuais o que em sua totalidade eram atividades presenciais.

Desta forma a pesquisa constatou que as vivências de prazer e sofrimento estão presentes na construção do fazer voluntariado que se viu impelido a uma estruturação mais organizada pela normatização, contudo não deixou de ser uma ação que contempla a elaboração de estratégias de enfrentamento do sofrimento no trabalho.

Esta percepção vem de encontro à mobilização subjetiva dos trabalhadores voluntários que, apesar de pautarem sua ação voluntária nestes preceitos da mobilização subjetiva, não estão isentos das vivências de sofrimento que são inerentes a qualquer trabalho.

No trabalho voluntário também estão presentes tanto as vivências de prazer, quanto as vivências de sofrimento e o trabalhador voluntário elabora, cotidianamente, estratégias para lidar com ambas que ocorrem não em situações isoladas, mas também de forma conjunta — ou seja, há vivências de prazer e sofrimento em todos os setores e momentos da prática voluntária; o que desperta nos trabalhadores a necessidade da elaboração das estratégias de enfrentamento ao sofrimento no trabalho

Estas estratégias defensivas buscam resolver para o voluntário os problemas advindos da prática dentro da instituição elaborando estratégias tanto individuais quanto coletivas. No estudo foi possível identificar que as práticas coletivas são o resultado da abertura da instituição em recebê-las para a discussão e dos voluntários em elaborá-las para que a discussão ocorra para o coletivo. Desta forma ficou clara que a elaboração das estratégias de enfrentamento do sofrimento, quando buscadas de forma coletiva acabam por influenciar todo o grupo e que elas dependem de fatores internos aos voluntários e fatores externos aos voluntários. Apesar do resultado, concerne que este estudo ainda seja incipiente e demande pesquisas aprofundadas a respeito da temática.

No que se refere aos fatores internos estes se voltam para a predisposição do voluntário, sua capacidade de elaborar estratégias individuais que possibilitem esta diminuição das vivencias de sofrimento ou a transformação destas vivências em outras possibilidades de execução do voluntariado, ou seja, a vivência de sofrimento é transformada pelo indivíduo como uma forma de elaborar estratégias de enfrentamento.

Quanto aos fatores externos a organização propicia o diálogo para a elaboração de regras ou normativas que tentem contemplar ao máximo as necessidades da organização e as necessidades dos voluntários, a fim de proporcionar um ambiente frutífero para a prática do voluntariado.

A mobilização subjetiva dos trabalhadores voluntários em seus amplos aspectos deve ser continuamente estudada no intuito de desenvolver mais estratégias para o enfrentamento do sofrimento e mais que isso, estratégias ainda mais efetivas para tal.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. G.; SANTOS, A. C. B. “Conflitos nas relações sociais de trabalho no contexto da nova gestão pública à luz da psicodinâmica do trabalho”. **RACE : Revista de Administração, Contabilidade e Economia** [2017]. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race>. Acesso em: 26/09/2021.

AREOSA, J. “O trabalho como palco do sofrimento”. **International Journal on Work Condition**, vol. 15, June, 2013.

BAUER, M. W. G.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2013.

CAMPOS, G. M. *et al*. "Financial reporting: reflection on transparency in the third sector". **Sociedade, contabilidade e gestão**, vol. 9, n. 3, 2014.

COSTA, M. O.; MATTEUS, E. D. "O Trabalho Voluntário no Programa mais Educação e a Organização Escolar em duas Escolas da Rede Pública Estadual em Juína (MT)". **Revista da Faculdade de Educação**, vol. 29, n. 1, 2018.

DEJOURS, C. "A carga psíquica do trabalho". *In*: BETIOL, M. I. S. (org.). **Psicodinâmica do trabalho**: Contribuição da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

DEJOURS, C. "Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho". *In*: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2004.

DEJOURS, C. "Da Psicopatologia à psicodinâmica do trabalho". *In*: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2004.

DEJOURS, C. "Psicopatologia do trabalho - psicodinâmica do trabalho". **Laboreal**, vol. 7, n. 1, 2011.

DEJOURS, C. "Subjetividade, trabalho e ação". **Revista Produção**, vol. 14, n. 3, 2004.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

DEJOURS, C. **Conferências brasileiras**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: Fundap, 1999.

DEJOURS, C. *et al*. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

DEJOURS, C. **Trabalho, tecnologia e organização**: avaliação do trabalho submetida a prova do real. São Paulo: Blucher, 2008.

DEJOURS, C. **Travail vivant**: Travail et émancipation. Paris: Payot, 2009.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. "Desejo ou Motivação? A Interrogação Psicanalítica sobre o Trabalho". *In*: BETIOL, M. I. S. (org.). **Psicodinâmica do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2005.

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. **Suicídio e trabalho**: o que fazer? Brasília, Paralelo 15, 2010.

DONLAN, A. "As características do Programa de Voluntariado ideal na visão dos colaboradores". **Portal Eletrônico Voluntariado Empresarial** [24/04/2017]. Disponível em: <https://voluntariadoempresarial.com.br>. Acesso em: 05/09/2021.

FINKELSTIEN, M. A. “Intrinsic vs. Extrinsic motivational orientations and the volunteer process”. **Personality And Individual Differences**, vol. 46, n. 5 / 6, 2009.

HERNANDES, J. C.; MACÊDO, K. B. “Prazer e sofrimento no trabalho numa empresa familiar: o caso de um hotel”. **Revista Gestão Organizacional**, vol. 1, n. 1, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua”. **IBGE** [10/01/2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/09/2021.

JONES, G. R. **Teoria das organizações**. São Paulo: Editora Pearson, 2010.

NARDI, H. C. *et al*. “Subjetividade e solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na economia solidária”. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 19, n. 2, 2006.

OLAK P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)**. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, A. F. C. **Indicadores de prazer e sofrimento em trabalhadores de enfermagem oncológica** (Tese de Doutorado em Ciências do Cuidado da Saúde). Niterói: UFF, 2020.

OLIVEIRA, L. C.; PIMENTEL B. “Contexto histórico do voluntariado e a sua relevância para o terceiro setor no Brasil”. **Portal Eletrônico Migalhas** [28/08/2020]. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br>. Acesso em: 10/01/2022.

SCALZER, R. S. “Financial Reporting: Reflection on Transparency in the Third Sector”. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, vol. 9, n. 3, 2014.

TONDOLO, R. R. P. **Desenvolvimento de Capital Social Organizacional em um Projeto Interorganizacional no Terceiro Setor** (Tese de Doutorado em Administração). São Leopoldo: Unisinos, 2014.

CAPÍTULO 4

Compliance na Administração Pública e Contratações Emergenciais na Pandemia: Análise do Litoral Sul da Bahia

COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS NA PANDEMIA: ANÁLISE DO LITORAL SUL DA BAHIA[7]

Catrine Cadja Indio do Brasil da Mata

Drielle Santos Oliveira Fernandes

Érica Almeida Leal

Ferlanda Luna

Givaldo Correa dos Santos Neto

Andrea da Silva Gomes

Em dezembro de 2019, o mundo ouviu relatos de uma doença respiratória grave, surgida em Wuhan, província de Hubei, na China. Pouco mais de um mês após a hospitalização do primeiro paciente em 12 de dezembro de 2019, registrou-se 1.975 casos confirmados da doença em Wuhan, revelando um verdadeiro surto causado por um novo vírus da família *Coronaviridae*, denominado inicialmente como 2019-nCoV e posteriormente popularizado como SARS-CoV-2 (WU *et al*., 2020; SENHORAS, 2021).

No final de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a infecção pelo vírus que se espalhou rapidamente na China deveria ser tratada como uma situação de

[7] Uma versão prévia do presente capítulo foi publicada em: MATA, C. C. I. B et al. "*Compliance* na Administração Pública e Contratações Emergenciais na pandemia: análise do litoral sul da Bahia". Revista *Research, Society and Development*, vol. 11, n. 6, 2022. O trabalho de coleta de dados e elaboração do ranking de transparência dos Municípios que compõem o Território Litoral Sul da Bahia, foi desenvolvido pela atuação conjunta de Pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz e do Instituto Nossa Ilhéus (INI), instituição da sociedade civil organizada que atua desde 2012 no Município de Ilhéus, Bahia e região, na promoção da cidadania e democracia através do monitoramento social. Deste modo, registra-se o agradecimento pelos relevantes serviços prestados a toda população baiana.

"emergência em saúde pública de interesse internacional" (OLIVEIRA, 2020, p. 3). A OMS nomeou temporariamente o vírus de novo coronavírus de 2019 (2019-nCov), e, em 11 de fevereiro de 2020 nomeou formalmente a doença como COVID-19 (SUN *et al.*, 2020). A capacidade do vírus em se multiplicar exponencialmente entre a população desencadeou uma alta taxa de contaminação em Wuhan. A globalização e o desconhecimento de medidas de prevenção, por sua vez, propiciaram o espraiamento dos casos para outras áreas geográficas. Como consequência, em 20 de março de 2020, a OMS declarou que a infecção pela COVID-19 se tratava de uma pandemia (OLIVEIRA, 2020).

A partir da advertência da OMS para que todos os países adotassem medidas de contenção da disseminação da COVID-19, no Brasil foi promulgada em 06 de fevereiro de 2020 a Lei Federal nº 13.979/2020, que vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional, dispondo sobre "as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19". Das providências adotadas, esta lei estabeleceu flexibilidade nas normas para a contratação de bens, insumos e serviços a serem utilizados no enfrentamento da pandemia, aplicáveis a todas as instituições dos entes federativos da Administração Pública Direta e Indireta.

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi noticiado pelo Ministério da Saúde em 26 de fevereiro de 2020, sendo declarada a ocorrência do estado de calamidade pública através do Decreto Legislativo nº 6/2020 em 20 de março de 2020, quando já havia 904 casos de infecção pela doença e 11 mortes no país de acordo com o boletim diário divulgado pelo Ministério da Saúde. Diante do cenário de calamidade, o governo federal editou as Medidas Provisórias nº 926 e 951/2020, em que se estabeleceram regras excepcionais para contratações emergenciais por dispensa de licitação e ou pregões abreviados, cujos procedimentos foram

seguidos por estados e municípios, ao simplificar os processos de aquisição de bens e serviços voltados para ações públicas de combate à COVID-19.

A pandemia causada pela COVID-19 está sendo considerada como a maior crise de saúde da história mundial recente, desencadeando impactos significativos na saúde e na economia das nações. A complexa situação de ambiguidades e incertezas provocada pela pandemia demandam respostas imediatas dos governos para atender demandas emergenciais, exigindo que os gestores da Administração Pública atuem com medidas eficazes para que os principais serviços de enfrentamento aos efeitos da doença sejam aprimorados e funcionem ininterruptamente.

Além das medidas preventivas e orientadoras de enfrentamento à doença, o governo brasileiro adotou uma série de medidas de ajuda financeira para Estados e Municípios. Diante deste cenário, órgãos de controle como Ministério Público Federal, Tribunais de Contas e organizações da sociedade civil, foram desafiados a lançar um novo olhar sobre a atuação da Administração Pública nesse momento repleto de excepcionalidades, em que é preciso somar esforços para que as medidas, ações e verbas destinadas ao combate à pandemia no país não sejam desviadas do seu objetivo fim. Nesse sentido, é importante destacar que o modo como os recursos públicos extraordinários são usados têm importância fundamental sobre o acesso das pessoas ao exercício oportuno dos seus direitos.

Dentre as medidas que as instituições estão tomando para a fiscalização da administração do dinheiro público destinados ao combate à crise, a Transparência Internacional, um movimento global de combate à corrupção presente em mais de 100 países, fez uma análise dos riscos de corrupção iminentes na implementação de medidas emergenciais, levando-se em consideração que além da regulamentação dos tramites de contratação, a legislação federal

brasileira determina obrigações específicas de transparência para contratações emergenciais realizadas neste cenário de excepcionalidade. A partir deste cenário, a Transparência Internacional Brasil juntamente com o Tribunal de Contas da União (TCU), sistematizou recomendações para promoção da transparência de contratações emergenciais, entendendo que a legislação federal determinou exigências mínimas para orientação dos entes públicos.

A sistematização das orientações formuladas pela Transparência Internacional Brasil e o TCU resultou no documento intitulado "As recomendações para transparência de contratações emergenciais em resposta à COVID-19" desenvolvido a partir de uma ampla revisão das experiências e esforços dos governos municipais e estaduais no atendimento às demandas decorrentes da pandemia no quesito transparência, considerando também a adoção de medidas pelos entes a partir da regulamentação imposta pelo governo federal com a edição da Lei Federal 13.979/2020, que estabelece obrigação específica de transparência para as informações advindas das contratações emergenciais.

Aliadas à análise de boas práticas oriundas da legislação brasileira, as recomendações se baseiam também em propostas desenvolvidas por organizações da sociedade civil e entidades internacionais com experiência de atuação na promoção de integridade e transparência. As recomendações sistematizadas foram destinadas a todos os estados e municípios de Brasil, bem como seus órgãos federais, levando-se em consideração suas particularidades para atender aos elementos mínimos para redução de riscos de corrupção em contratações de emergência, que foram elaborados e sistematizados nos capítulos da Transparência Internacional da América Latina.

Além das recomendações, a Transparência Internacional elaborou um ranking de transparência no combate à COVID-19,

objetivando, a partir de uma metodologia própria e tecnicamente discriminada, avaliar a transparência das compras públicas na pandemia, ajudando a sociedade a acompanhar a integridade das respostas do poder público e o uso adequado dos recursos, avaliando se os governos dos municípios, estados e do Distrito Federal, promovem acesso pleno, ágil e fácil aos dados sobre contratações emergenciais nos portais governamentais. Além de aplicar a metodologia individualmente, a Transparência Internacional possibilita a cooperação com jornalistas investigativos e Organizações Não Governamentais (ONGs) locais, que realizam o controle social da administração pública em suas cidades.

De acordo com o ranking nacional que avaliou o nível de transparência em todos os estados brasileiros, o estado da Bahia ocupa a 26ª posição com 45,5 pontos, alçando o status "regular" dentro do sistema de avaliação da metodologia aplicada. Importa destacar que na data da coleta dos dados da avaliação (18 de junho), a Bahia registrava 41.577 casos confirmados de COVID-19 conforme o boletim diário divulgado pela Secretaria de Saúde da Bahia (SESAB, 2020). Como um dos estados mais afetados pela pandemia, registrando seu primeiro caso confirmado em 06 de março de 2020, a Bahia e os municípios afetados seguem recebendo recursos financeiros do Ministério da Saúde e governo federal para serem aplicados no enfrentamento à COVID-19.

Diante da importância de se compreender a transparência nas contratações públicas como um meio de combate à corrupção, a partir do acesso simplificado da população aos dados referente às compras do setor público, o presente trabalho teve por objetivo avaliar e promover a transparência das contratações emergenciais realizadas em resposta à COVID-19 dos Municípios do Território Litoral Sul da Bahia; identificar as melhores práticas e iniciativas de transparência e abertura de dados relacionados às contratações emergenciais entre os entes públicos municipais; e difundir as

Recomendações para a Transparência de Contratações Emergenciais.

É importante destacar que todos os Municípios da região avaliada receberam do Ministério da Saúde, além dos recursos financeiros tradicionais para atender os serviços de saúde, um valor adicional equivalente ao que já recebem pelo Piso de Atenção Básica (PAB) e Média e Alta complexidade (MAC) autorizado pela Portaria nº 774 de 09 de abril de 2020, para custeio de ações e serviços de combate à COVID-19. Os anexos I e II da referida portaria apresentam a fração que cada Município recebeu a título de recurso, e o somatório dos valores destinados aos Municípios do Litoral Sul da Bahia equivalem a R$16.162.215,36 (dezesseis milhões cento e sessenta e dois mil duzentos e quinze reais e trinta e seis centavos).

Além disso, foi aprovado pelo Senado em 02 de maio de 2020, o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que consiste na prestação de um auxílio financeiro no valor de R$119,8 bilhão concedido aos estados, Distrito Federal e municípios para o combate à pandemia no exercício de 2020. Serão repassados R$ 60 bilhões, divididos em quatro parcelas mensais, sendo R$10 bilhões exclusivamente para ações de saúde e assistência social (R$7 bilhões para os estados e R$3 bilhões para os municípios) e R$50 bilhões para uso livre (R$30 bilhões para os estados e R$20 bilhões para os municípios). A divisão por estado será feita em função de uma cesta de índices, que abarcam desde a arrecadação do ICMS até a sua população. Já o rateio entre os municípios será calculado dividindo os recursos por estado (excluindo o DF), com base nos mesmos critérios. O valor estadual será, então, dividido entre os municípios, de acordo com a população de cada um.

De acordo com a lista de distribuição por estados disponibilizada pelo site do Senado Federal, o Estado da Bahia receberá R$346 milhões para aplicação na saúde pública e R$1.668 milhões para livre aplicação. Já na distribuição por unidades da

federação a parcela que caberá aos municípios do estado da Bahia equivale a R$212 milhões para a saúde pública e R$1.130 milhões para livre aplicação. O somatório dos valores destinados aos municípios do Litoral Sul da Bahia equivale a R$65.050.118,67 (sessenta e cinco milhões, cinquenta mil, cento e dezoito reais e sessenta e sete centavos).

As ações coordenadas entre os entes da federação e os ministérios governamentais testam a capacidade da máquina pública em promover a aplicação eficiente desses recursos, bem como o comportamento dos agentes públicos para o cumprimento dos princípios constitucionais orientadores da sua atuação, de modo a atender um nível de governança pública transparente utilizando dentre outros mecanismos a "liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão" (MENDONÇA, 2019, p. 2) na condução de políticas públicas e na aplicação do dinheiro público com o máximo de transparência.

METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se, quanto a sua natureza, como pesquisa básica, com abordagem qualitativa e quantitativa e natureza descritiva. Métodos qualitativos são aqueles nos quais é importante a interpretação do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno analisado. Neste tipo de pesquisa, a coleta dos dados se dá, geralmente, por meio de entrevistas abertas. O método quantitativo coleta dados numéricos, gerando conjuntos de dados por que ser analisados por meio de técnicas matemáticas, como porcentagens, estatísticas e probabilidades (PEREIRA, 2018). Em geral, os métodos qualitativos e quantitativos podem ser complementares de modo a oferecer um maior entendimento sobre o fenômeno em estudo (YIN, 2015).

De acordo com Gil (2002), a pesquisa de natureza descritiva apresenta como particularidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. No que se refere ao seu formato, apresenta-se como um estudo de caso. Para Gil (2002) esse formato de pesquisa consiste no estudo aprofundado de determinados objetos, de maneira que possibilite seu amplo e detalhado conhecimento.

No mais, trata-se de pesquisa pautada em levantamento bibliográfico, que, segundo Lakatos e Marconi (2003), possibilita ao pesquisador contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Outras informações foram coletadas em artigos e de forma telematizada, por meio de informações disponíveis via internet.

COMPLIANCE E OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Lei Anticorrupção, Lei n. 12.846/2013, e o Decreto n. 8.420, de 18 de março de 2015 estruturou um novo cenário na fiscalização das atividades dentro da Administração Pública. Neste contexto, é válido contextualizar que antes da mencionada Lei Anticorrupção, a Constituição Federal de 1988 já estabelecia alguns princípios que devem reger a atividade pública administrativa, tendo em vista que a consecução prática das decisões administrativas deve, em primeira instância, atender aos interesses coletivos.

Sobre a temática, Di Pietro infere que:

> A administração pública pode ser definida como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público,

> para a consecução dos interesses coletivos" (DI PIETRO, 2002, p. 61).

No que tange aos princípios administrativos estampados no artigo 37 do texto constitucional, tanto as atividades a nível federal, estadual e municipal devem estar pautadas na legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O Princípio da Legalidade traz a taxatividade que a atividade estatal deve estar prevista em lei, não cabendo, pois, o cotejamento de atribuições pessoais na execução dos atos ligados à gestão pública. Sendo assim, os gestores, na personificação do Estado, devem parear suas ações ao restrito dizer da lei.

Rosa (2003), sobre tal digressão afirma que:

> Ao particular é dado fazer tudo quanto não estiver proibido; ao administrador somente o que estiver permitido pela lei (em sentido amplo). Não há liberdade desmedida ou que não esteja expressamente concedida. Toda a atuação administrativa vincula-se a tal princípio, sendo ilegal o ato praticado sem lei anterior que o preveja […]. Do princípio da legalidade decorre a proibição de, sem lei ou ato normativo que permita a Administração vir a, por mera manifestação unilateral de vontade, declarar, conceder, restringir direitos ou impor obrigações. (ROSA, 2003, p. 11).

No que corresponde ao princípio da impessoalidade, Paulo e Alexandrino trazem a seguinte explanação:

> A impessoalidade da atuação administrativa impede, portanto, que o ato administrativo seja praticado visando a interesses do agente ou de terceiros, devendo ater-se à vontade da lei, comando geral e abstrato em essência (PAULO; ALEXANDRINO, 2009, p. 200).

Sendo assim, consignado à vontade da lei, o agente público deve pautar sua atuação em gerenciar a atividade pública de forma a atender aos interesses coletivos, ao passo que qualquer conduta vinculada a atender anseios e interesses pessoais, destituem a real função estatal.

Deste mesmo lado, Di Pietro (2002) propõe ao princípio da moralidade:

> Em resumo, sempre que em matéria administrativa se verificar que o comportamento da Administração ou do administrado que com ela se relaciona juridicamente, embora em consonância com a lei, ofende a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e de equidade, a ideia comum de honestidade, estará havendo ofensa ao princípio da moralidade administrativa. (DI PIETRO, 2002, p. 79).

Resta evidente, dessa forma, que os princípios constitucionais comungam de uma mesma fonte, qual seja, de que a atuação pública esteja pautada em condutas íntegras, considerando o respeito aos demais princípios externados no corpo da Constituição, como Equidade e Não Discriminação.

Já o Princípio da Publicidade, que permite aos cidadãos fiscalizarem a atuação estatal, surge como um princípio que

aproxima a atividade governamental da população, uma vez que a clareza das informações permite que o cidadão tenha uma posição ativa frente às condutas governamentais. Sobre este princípio, Rosa (2003) define que:

> A atuação transparente do Poder Público exige a publicação, ainda que meramente interna, de toda forma de manifestação administrativa, constituindo esse princípio requisito de eficácia dos atos administrativos. A publicidade está intimamente relacionada ao controle da Administração, visto que, conhecendo seus atos, contratos, negócios, pode o particular cogitar de impugná-los interna ou externamente (ROSA, 2003, p. 14).

Por fim, o princípio da eficiência tem o condão de nortear a atividade governamental a atingir os seus fins de forma exitosa, maximizando os resultados e minimizando o desperdício e a morosidades. Gasparini (2003) elucida da seguinte forma:

> Conhecido entre os italianos como "dever de boa administração", o princípio da eficiência impõe à Administração Pública direta e indireta a obrigação de realizar suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, além, por certo, de observar outras regras, a exemplo do princípio da legalidade. Pela EC n. 19/98, que o acrescentou ao rol dos consignados no art. 37, esse princípio ganhou status constitucional (GASPARINI, 2003, p. 20).

Todos estes princípios respaldam a legislação infraconstitucionais, voltadas para a definição de regras para a atuação da administração pública, e que regulamentam

procedimentos a serem aplicado na seara pública, a exemplo da Lei de Licitações e Contrato 8.666/93. Dessa forma, compreende-se que os princípios constitucionais adentram a outros institutos normativos a fim de nortear quaisquer atividades que objetivam o pleito público, a estarem em consonância com a legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

O *Compliance* público consiste em adoção de medidas Anticorrupção e Integridade dentro do setor governamental. O comprometimento do Brasil ao *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), em 2002, anunciou os primeiros passos na caminhada para o combate à corrupção e à estruturação de um controle interno para tal, no entanto, a Lei 12.846 apenas fora promulgada 11 anos depois da conferência.

Nos estudos empreendidos por Anderson Pomini, o conceito de *Compliance* Público surge muito antes da Lei Anticorrupção de 2013, encontrando respaldo na Convenção das Nações Unidas de 2006:

> O berço das definições sobre o alcance do *compliance* no setor público pode ser localizado no ano de 2006, na Convenção das Nações Unidas (ONU) contra a Corrupção. Em tal oportunidade, o Brasil foi signatário do documento e, na sequência, publicou o Decreto n° 5.687/2006. A citada Convenção foi regulamentada com as seguintes finalidades:
>
> i) promover e fortalecer as medidas para prevenir e combater mais eficaz e eficientemente a corrupção;
>
> ii) promover, facilitar e apoiar a cooperação internacional e a assistência técnica na prevenção e na luta contra a corrupção, incluída a recuperação de ativos;

> iii) promover a integridade, a obrigação de render contas e a devida gestão dos assuntos e dos bens públicos;
>
> Ante tal cenário, a Assembleia-Geral da ONU definiu que cada Estado-Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, formularia políticas coordenadas e eficazes contra a corrupção, promovendo a participação da sociedade e refletindo os princípios do Estado de Direito, a devida gestão de assuntos e bens públicos, a integridade, transparência e a prestação de contas.
>
> Em seu art. 5°, a normativa em comento estabeleceu que compete ao Estado-Parte estabelecer e fomentar práticas eficazes encaminhadas a prevenir a corrupção e avalizar periodicamente os instrumentos jurídicos e as medidas pertinentes a fim de determinar se são adequadas para combater a corrupção.
>
> Cabe mencionar que a ONU, desde aquela época, já indicava que cada Estado-Parte procuraria aplicar, em seus próprios ordenamentos institucionais e jurídicos, códigos ou normas de conduta para o correto, honroso e devido cumprimento das funções públicas (POMINI, 2018, p. 156-157).

Neste segmento, as práticas relacionadas ao c*ompliance* tem o condão de estruturar um programa normativo aliando as entidades da administração pública e mecanismo setoriais a fim de fortalecer a atuação do poder público de modo a oferecer maior transparência, principalmente no que tange a implementação de políticas públicas (MESQUITA, 2019).

A Portaria n° 1.089 de 25 de abril de 2018, traz em seu cerne medidas a serem adotadas para oferecer transparência nos procedimentos estatais, desde a fase de formulação, estruturação e

execução, na seara dos órgãos públicos das entidades federal direta, autárquica e fundacional.

> Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:
>
> I - Programa de Integridade: conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, em apoio à boa governança; e
>
> II - Riscos para a integridade: riscos que configurem ações ou omissões que possam favorecer a ocorrência de fraudes ou atos de corrupção.
>
> Parágrafo único. Os riscos para a integridade podem ser causa, evento ou consequência de outros riscos, tais como financeiros, operacionais ou de imagem.

A mencionada Portaria comporta 3 fases de implementação, destrinchando desde a instituição dos Programas de Integridade (Art.4); aprovação dos Planos de Integridade formulados pelas entidades (Art.5), prezando por canais de comunicação, como denúncias, auditorias e posterior responsabilização nos casos de comprovado o dano; e na terceira fase a execução dos Programas de Integridade e a extensão destes aos órgãos e a setores de relevante atuação pública.

O binômio configura a partir da necessidade de regulamentação e adaptação a atividade estatal aos novos arranjos tecnológicos e informacionais, neste ponto, a intervenção estatal por meio das políticas públicas, instrumento esse para a concretização de direitos fundamentais (MESQUISA, 2019), não poderiam ser excluídas das implementações dos Programas de Integridade e Transparência, para que dessa forma, as políticas públicas alcancem

o eficiente desempenhado almejado no momento da sua formulação (ARANHA, 2014).

Dentro desse contexto, e das novas necessidades e perspectivas que o Estado também deve atender, algumas teorias foram ventiladas para explicar a nova formatação da atuação da governança pública, que também deve se ater a responder e prestar conta com a devida transparência de seus atos, bem como impedir que atividades que se afastem dos princípios elencados no tópico anterior, sejam repelidas. Dentro dessas estratégias, o *Management-Based Regulation* constrói um novo caminho a ser traçado para a concretização dos projetos públicos com base na Teoria Gerencial da Regulação (COGLIANESE, 2003).

No atual contexto de crise mundial instaurado pela COVID-19, os entes federativos, enquanto personificação do Estado Democrático de Direito, devem privilegiar a adoção de medidas estratégicas voltadas para a garantia da ordem econômica e dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela ordem constitucional, tais como, a saúde, a educação e o trabalho. Diante do papel fundamental exercido pelo poder público no contexto de crise, mais do que nunca, as ações destinadas a minimizar os danos decorrentes da calamidade pública devem estar acompanhadas de práticas de integridade, que reflitam o respeito aos princípios do Direito Administrativo, de modo a demonstrar a máxima eficiência da atuação estatal.

No que se refere às contratações emergenciais para ações de combate à COVID-19 à luz da Lei 13.979/2020, que autoriza a contratação por dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública, reforça-se a necessidade de atribuir ampla publicidade aos procedimentos realizados, de modo a atender ao princípio da publicidade esculpido no artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, e às diretrizes estabelecidas pela Lei

de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), segundo a qual, o poder público deve observar a publicidade como preceito geral, e o sigilo como exceção; promover ampla divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; utilizar os meios de comunicação disponibilizados pela tecnologia da informação; fomentar o desenvolvimento da cultura da transparência e o desenvolvimento do controle social na Administração Pública.

A Lei 13.979/2020 também define a obrigatoriedade de que todas as contratações ou aquisições realizadas por dispensa de licitação, para as ações de combate à COVID-19, devem ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das exigências previstas na Lei de Acesso à Informação, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição (art. 4º, §2º). Com isso, oportuniza-se o acompanhamento e fiscalização da atuação estatal pelos órgãos de controle institucionalizados (Tribunais de Contas, Ministério Público, legislativo etc.), além de propiciar o acesso democrático destas informações à sociedade civil, organizada (sindicatos, associações, organização da sociedade civil, partidos políticos etc.) e não organizada, que possuem potencial para verificar e denunciar a ocorrência de atos de corrupção, além propor melhorias e contribuir para a ampliação da eficiência da atuação administrativa, seja no âmbito nacional, regional ou local.

RANKINGS DA TRANSPARÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS EM RESPOSTA À COVID-19 DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO LITORAL SUL DA BAHIA

O Território Litoral Sul, localizado na região Nordeste da Bahia, possui um extenso território partilhado em 26 municípios:

Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca (Brasil, 2015b; 2010). Em todos os 26 municípios há casos confirmados de COVID-19. As cidades médias Ilhéus e Itabuna contém maior número de casos da doença em todo o Estado da Bahia, registrando até 27 de junho de 2020, 1.198 casos em Ilhéus e 2.255 casos em Itabuna de acordo com o boletim diário divulgado pela Secretaria de Saúde do estado da Bahia (SESAB).

Para elaboração do *ranking* da transparência nas contratações emergenciais em resposta à COVID-19 dos municípios do território litoral sul da Bahia, utilizou-se a metodologia desenvolvida pela Transparência Internacional Brasil, na qual, a coleta de dados é realizada através do acesso aos portais oficiais do governo, tais como, portal dedicado às contratações emergenciais (se houver), portal oficial do governo, portal da transparência, portal de compras, portal de dados abertos (se houver), portal dedicado à COVID-19 (se houver), e redes sociais (Facebook e Twitter).

As informações sobre as contratações emergências em resposta à COVID-19 disponibilizadas nos portais oficiais dos municípios avaliados foram categorizadas em quatro dimensões de análise, que são, informações disponíveis, formato das informações, legislação e controle social. O Quadro 1 sintetiza os itens analisados e a pontuação atribuída para cada item nos Municípios do Território Litoral Sul da Bahia.

Para extração dos resultados, utilizou-se a seguinte equação, conforme cartilha de orientação metodológica da Transparência Internacional Brasil (2020):

$$\left[\frac{(controle\ social) + 2\,(legislação) + 4\,(formato\ das\ informações) + 2\,(informações\ desejáveis) + 4\,(informações\ essenciais)}{79*}\right] x\ 100$$

$$\left[\frac{(controle\ social) + 2\,(legislação) + 4\,(formato\ das\ informações) + 2\,(informações\ desejáveis) + 4\,(informações\ essenciais)}{79*}\right] x\ 100$$

$$\Sigma \quad máximo$$

Quadro 1 – Critérios de avaliação adotados pela Transparência Internacional Brasil para avaliar o nível de Transparência das Contratações Emergenciais no combate à COVID-19

Dimensão de análise: informações disponíveis (peso 4)		
Categoria	**Item**	**Pontuação**
Informações essenciais[8]	Site oficial específico para as informações sobre contratações emergenciais	1 (existe um portal específico)
		0,5 (existe um destaque, aba ou botão em portal já existente)
		0 (não há site específico)
	Nome do/a contratado/a	1 (existe)
		0 (não existe)
	Número do CPF ou CNPJ	1 (existe)
		0 (não existe)
	Valor total e unitário	1 (valor unitário e total)
		0,5 (apenas valor total)
		0 (não existe)
	Prazo contratual	1 (existe)
		0 (não existe)
	Processo de contratação ou aquisição (número e íntegra do processo)	1 (nº e íntegra do processo)
		0.5 (apenas nº do processo)
		0 (não existe)

[8] Informações exigidas pela Lei nº 13.979 de 2020, art. 4, §2º.

Dimensão de análise: informações disponíveis (peso 2)		
Categoria	**Item**	**Pontuação**
Informações desejáveis	Data de celebração do contrato	1 (existe)
		0 (não existe)
	Órgão contratante	1 (existe)
		0 (não existe)
	Quantidade	1 (existe)
		0 (não existe)
	Descrição do bem ou serviço	1 (existe)
		0 (não existe)
	Local da execução	1 (existe)
		0 (não existe)
	Publicação do edital e demais fases públicas das licitações realizadas na modalidade pregão no mesmo portal das contratações emergenciais	1 (existe)
		0 (não existe)
	Forma / modalidade da contratação	1 (existe)
		0 (não existe)
Dimensão de análise: formato das informações (peso 4)		
Categoria	**Item**	**Pontuação**
Dados abertos	Formato aberto dos dados[9]	1 (existe)
		0 (não existe)
	Possibilidade de download das informações	1 (disponível)
		0 (não disponível)
	Mecanismos de busca	1 (existe)
		0 (não existe)
	Possibilidade de download da íntegra do contrato	1 (disponível em formatos abertos)

[9] Possíveis formatos são .csv.json, .ods.

		0,5 (disponível apenas em PDF) 0 (não disponível)
	[10]Dicionário de dados[11]	1 (existe)
		0 (não existe)
Dimensão de análise: legislação (peso 2)		
Categoria	**Item**	**Pontuação**
Legislação específica	Há legislação específica tratando de contratações emergenciais?	1 (existe) 0 (não existe)
Divulgação de legislação	A legislação aplicável às contratações emergenciais está disponível no mesmo portal?	1 (disponível) 0 (não disponível)
Controle	Há previsão legal de que as contratações sejam acompanhadas pelos órgãos de controle competentes?[12]	1 (existe)
		0 (não existe)
Informações aos gestores	São fornecidas informações práticas e orientações aos gestores públicos responsáveis por contratações?	1 (disponível em formatos abertos)
		0,5 (disponível apenas em PDF)
		0 (não disponível)
Repositório de legislação	Há um repositório com a legislação dedicada ao enfrentamento da COVID-19?	1 (existe)
		0 (não existe)
Dimensão de análise: Controle Social		
Categoria	**Item**	**Pontuação**
Destaque para o portal/ informações sobre as contratações Emergenciais no:	Portal oficial do governo	1 (existe) 0 (não existe)
	Portal de informação sobre a COVID-19 ou do órgão de saúde responsável	1 (disponível) 0 (não disponível)
		1 (existe)

[11] É um documento que explica os conceitos usados em casa linha e coluna de uma planilha. Normalmente, vem com bases de dados publicadas em formato aberto.

[12] A verificação sobre este acompanhamento será realizada por meio da verificação de atos oficiais que prevejam esse acompanhamento (legislação, convênios etc.) e da prática noticiada pelos órgãos competentes.

	Portal de transparência ou do órgão de controle	0 (não existe)
	Redes sociais do governo (perfis oficiais dos governos municipais/estaduais no *Facebook* e *Twitter*)	1 (existe entre as publicações dos sete dias anteriores à avaliação, no *Facebook* e *Twitter*)
		0,5 (existe entre as publicações dos sete dias anteriores à avaliação, no *Facebook* ou *Twitter*)
		0 (não existe ou publicação anterior ao período considerado)
Ouvidoria	Link para Ouvidoria no portal onde estão as contratações emergenciais	1 (existe)
		0 (não existe)
	Possibilidade de se realizar denúncia anônima	1 (existe)
		0 (não existe)
Transparência Passiva	Tag específica em assunto para 'COVID-19'	1 (existe)
		0 (não existe)
	Link para o E-sic no portal onde estão as contratações emergenciais	1 (existe)
		0 (não existe)
	Possibilidade de se realizar pedido de acesso à informação de forma sigilosa	1 (existe)
		0 (não existe)
	Tag específica em assunto para 'COVID-19'	1 (existe)
		0 (não existe)
Órgão coletivo	Acompanhamento das contratações por conselho, comissão ou outro órgão coletivo com participação de organizações da sociedade civil[13]	1 (existe)
		0 (não existe)

Fonte: Transparência Internacional Brasil (2020).

[13] A verificação sobre este acompanhamento será realizada por meio da verificação de atos oficiais que o prevejam (lei, decreto etc.) e da prática noticiada pelos órgãos competentes.

Para a elaboração do *ranking* da transparência, foi considerada a seguinte classificação dos resultados: os municípios que obtiveram pontuação entre 0 e 19 pontos foram classificados como péssimos; os que obtiveram pontuação entre 20 e 39 pontos foram classificados como ruins; os que obtiveram pontuação entre 40 e 59 pontos foram classificados como regulares; entre 60 e 79 pontos foram classificados como bons; e, por fim, os que pontuaram entre 80 e 100 pontos foram classificados como ótimos.

Em consonância com a metodologia elaborada pela Transparência Internacional Brasil, os 26 municípios do território litoral sul da Bahia foram avaliados, o que permitiu a elaboração do primeiro *ranking* de transparência nas contratações emergências da região sob estudo.

Com o intuito de atribuir o exercício do direito de defesa e contraditório aos municípios, antes da publicação dos resultados nos veículos de comunicação, os resultados preliminares foram submetidos aos gestores responsáveis pelos órgãos de controle interno de todos os municípios avaliados, com o intuito de oportunizar a implementação de melhorias, apresentação de eventual pedido de esclarecimento ou de correção em relação às conclusões inicialmente alcançadas. Por fim, as comunicações recebidas, juntamente com as evidências apresentadas, foram analisadas pela equipe de trabalho e os resultados foram consolidados e publicados na imprensa local.

Para a elaboração do primeiro *ranking* de transparência nas contratações emergenciais dos municípios do litoral sul do estado da Bahia, foi realizada a coleta e processamento de dados entre os dias 01 e 03 de junho de 2020, com divulgação dos resultados no dia 18 de junho de 2020. A coleta de dados para o segundo ranking ocorreu entre os dias 01 e 03 de julho de 2020, com publicação dos resultados no dia 06 de julho de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os meses de junho e julho foram feitas três avaliações nos portais destinados às informações da COVID-19, sendo a primeira entre os dias 01 e 03 de junho, com divulgação nas redes sociais no dia 18 de junho, a segunda entre os dias 01 a 03 de julho e divulgação dia 06 de julho de 2020.

Tabela 1 – Resultado das avaliações da Transparência das Contratações no Combate à COVID-19 executadas pelos municípios do Território de Identidade Litoral Sul, Bahia

	MUNICÍPIO	NOTA	NÍVEL
1	Ilhéus	78,48	BOM
2	Coaraci	77,22	BOM
3	Una	70,89	BOM
4	Itapé	68,35	BOM
5	Itacaré	60,76	BOM
6	Itajuípe	49,37	REGULAR
7	Canavieiras	46,84	REGULAR
8	Maraú	45,57	REGULAR
9	Itabuna	40,51	REGULAR
10	Buerarema	30,38	RUIM
11	Ibicaraí	21,52	RUIM
12	Camacã	18,99	PÉSSIMO
13	Itapitanga	16,46	PÉSSIMO
14	Santa Luzia	16,46	PÉSSIMO
15	Jussari	11,39	PÉSSIMO
16	Uruçuca	8,86	PÉSSIMO
17	Mascote	6,33	PÉSSIMO
18	Ubaitaba	6,33	PÉSSIMO
19	Barro Preto	5,06	PÉSSIMO
20	Itaju do Colonia	5,06	PÉSSIMO
21	Almadina	3,80	PÉSSIMO
22	Arataca	3,80	PÉSSIMO
23	Aurelino Leal	3,80	PÉSSIMO
24	Pau-Brasil	3,80	PÉSSIMO
25	São José da Vitória	3,80	PÉSSIMO
26	Floresta Azul	2,53	PÉSSIMO
	MÉDIA	27,17	

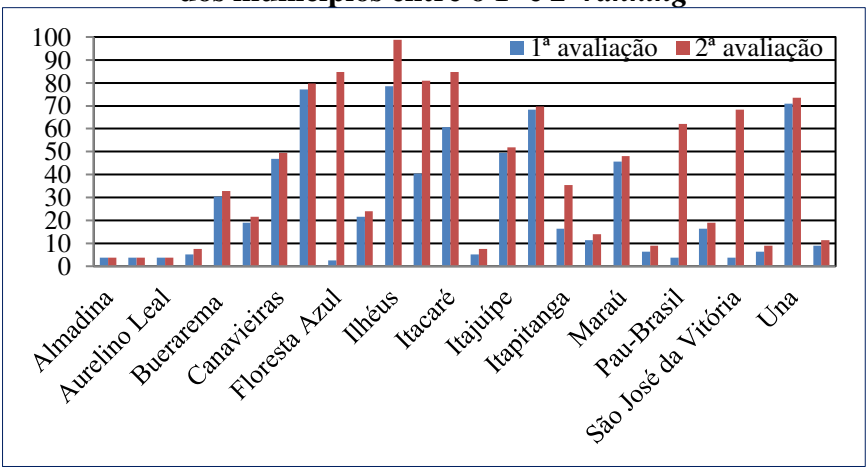
MUNICÍPIO	NOTA	NÍVEL
Ilhéus	98,7	Ótimo
Floresta Azul	84,8	Ótimo
Itacaré	84,8	Ótimo
Itabuna	81,0	Ótimo
Coaraci	79,75	Bom
Una	73,42	Bom
Itapé	69,62	Bom
São José da Vitória	68,35	Bom
Pau-Brasil	62,03	Bom
Itajuípe	51,90	Regular
Canavieiras	49,37	Regular
Maraú	48,10	Regular
Itapitanga	35,44	Ruim
Buerarema	32,91	Ruim
Ibicaraí	24,05	Ruim
Camacã	21,52	Ruim
Santa Luzia	18,99	Péssimo
Jussari	13,92	Péssimo
Uruçuca	11,39	Péssimo
Mascote	8,86	Péssimo
Ubaitaba	8,86	Péssimo
Barro Preto	7,59	Péssimo
Itaju do Colonia	7,59	Péssimo
Almadina	3,80	Péssimo
Arataca	3,80	Péssimo
Aurelino Leal	3,80	Péssimo
MÉDIA	40,56	

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 1 mostra o resultado de duas avaliações, por ordem decrescente da pontuação final recebida após a aplicação da metodologia, sendo 1 o município mais bem pontuado e 26 o município com a pior pontuação entre aqueles avaliados. É possível observar que na primeira avaliação nenhum município conseguiu atingir o nível "ótimo" e chama atenção para a quantidade de municípios que ficaram classificados como "péssimo".

Percebe-se que na segunda avaliação os municípios melhoraram suas práticas de transparência e forneceram à população mais informações referentes às despesas emergenciais. O Gráfico 1 demonstra como cada município se comportou ao longo do período avaliado, é possível ver a evolução da pontuação, 88% dos municípios apresentaram um aumento em sua pontuação, significando que os sites onde se concentram as informações foram atualizados e tornaram-se mais acessíveis aos cidadãos.

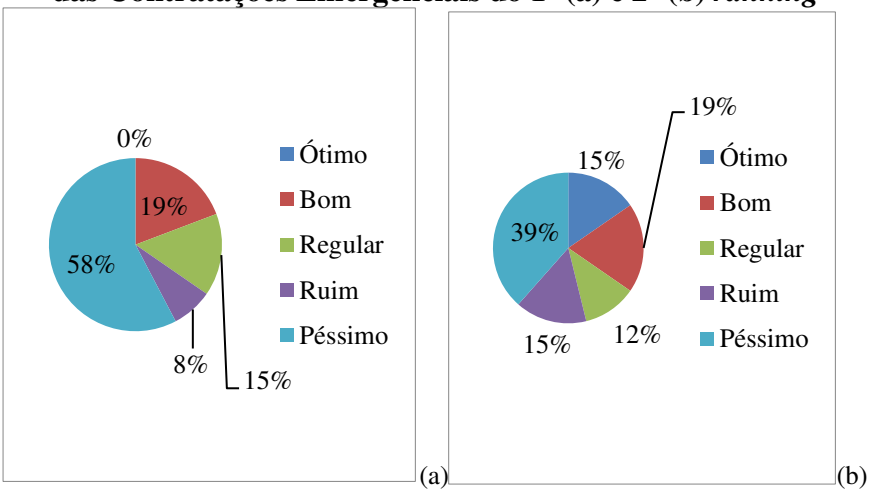
Gráfico 1 – Evolução da pontuação dos municípios entre o 1º e 2º *ranking*



Fonte: Elaboração própria.

Quantificando a classificação dos municípios pelo nível atingindo com a pontuação correspondente a avaliação, percebe-se que em junho, na primeira avaliação, quando ainda não havia divulgação de resultados da pesquisa, 8% dos municípios estavam classificados como "ruim" e 58% deles como "péssimo", o que significa que mais da metade das prefeituras não cumpriam os critérios básicos de transparência, segundo as orientações do TCU, como mostra o Gráfico 2. Ressalta-se que, de acordo com a metodologia da Transparência Internacional Brasil, antes da primeira divulgação pública dos resultados os municípios devem ser informados da avaliação prévia e um tempo de adequação e resposta é estipulado, só então a avaliação definitiva é feita e os resultados apresentados em forma de *ranking* nas mídias sociais.

Gráfico 2 – Distribuição percentual dos resultados dos municípios quanto à Transparência das Contratações Emergenciais do 1º (a) e 2º (b) *ranking*



Fonte: Elaboração própria.

Após a divulgação dos *rankings* em 18 de junho e 6 de julho de 2020, e a repercussão nas mídias sociais nos municípios envolvidos na pesquisa, o cenário mudou significativamente. Na Figura 3, observa-se que na segunda avaliação houve uma queda no percentual dos municípios classificados como "péssimo", que passou a ser representado por cerca de 38% dos municípios avaliados, mostrando o início de uma mobilização para atualizar as informações. Por outro lado, os municípios classificados como "ótimo" ou "bom" representavam 15% e 19%, respectivamente, uma mudança indicativa, que nos leva a refletir sobre o mérito de se expressar os resultados através de *ranking*, pois pode-se ter estimulado àqueles que se encontravam nas últimas posições a buscarem uma melhor colocação, como também pode ter incentivado os municípios que estavam nas primeiras posições a buscarem resultados ainda melhores. Isso reforça também a importância da fiscalização por parte da sociedade civil em relação aos gatos do poder público.

De acordo com Arruda e Teles (2010), quando cada cidadão ou entidades da sociedade civil organizada procuram conhecer as ações da administração pública, o exercício do controle social é fortalecido. A análise dessa mudança de comportamento por parte do poder público, frente à repercussão que pode ter sido gerada pelo estudo, demonstra na prática como o controle social é essencial no combate à corrupção e na propagação de ferramentas de apoio a uma gestão pública mais responsável com os gastos públicos.

O município de Floresta Azul, último colocado no primeiro *ranking* divulgado, com pontuação de 2,53, classificado como "péssimo", é um exemplo de como a metodologia aplicada nesta pesquisa é um instrumento que pode estar colaborando com ações de conscientização e ferramenta eficiente na publicitação das ideias de fomento à transparência. Logo após a divulgação do primeiro ranking o município buscou adequar-se às exigências estabelecidas

pela lei e conseguiu alcançar 84,8 pontos, classificando-se como "ótimo".

Outro destaque na avaliação é o município de Ilhéus, que apesar de na primeira avaliação liderar o *ranking* e estar classificado como "bom" continuou buscando melhorar a pontuação e atingir o máximo de pontos, através da disponibilização de mais informações. O município que inicialmente alcançou 78,48 pontos chegou a 97,8 pontos na segunda avaliação, com valor 0 (zero) apenas no item "Pedido de acesso sigiloso – ESIC", atendendo a todos os outros critérios avaliados.

Observando a dimensão de análise "Informações disponíveis" o item "site específico" desde a primeira avaliação foi bem atendido pelos municípios, mais de 80% deles destinaram uma página específica em seus sítios para tratar das informações relacionadas à COVID-19, porém, dados básicos de transparência ainda não eram atendidos. O item "quantidade" tem o menor percentual de atendimento por parte das prefeituras, sendo contemplado por apenas 27% dos municípios na última avaliação, como se vê na Tabela 2. Ou seja, apesar dos esforços para se adequarem aos requisitos, as prefeituras ainda têm dificuldade em expor em seus sites a quantidade exata de quantos produtos ou serviços estão adquirindo, sendo necessário que o cidadão busque e leia o contrato na íntegra para ter acesso a esta informação.

A segunda avaliação mostrou uma significativa melhora no cenário geral das informações disponíveis nos sites, como se observa no Quadro 2 houve um crescimento no percentual de atendimento dos critérios avaliados em 94% dos itens analisados. Demonstrando que após a primeira avaliação as prefeituras preocuparam-se em se adequar em todos os itens apontados pela avaliação, não priorizando apenas o ato de ter um site específico para tratar dos assuntos relacionados à COVID-19, mas, procuraram também usá-lo para prestar contas em relação às contratações

Tabela 2 – Percentual de atendimento aos critérios da Transparência Internacional Brasil no 1º e 2º *ranking*

ITEM	% ATENDIDO	
	jun/20	jul/20
Nº e íntegra do processo	35%	58%
Nome do/a contratado/a	38%	62%
Número do CPF ou CNPJ	35%	58%
Prazo contratual	31%	50%
Site específico	85%	88%
Valor total e unitário	35%	46%
Data de celebração	27%	50%
Descrição do bem ou serviço	35%	54%
Edital e fases da licitação	15%	31%
Forma/modalidade da contratação	35%	62%
Local da execução	19%	46%
Órgão contratante	35%	58%
Quantidade	19%	27%
Dados publicados em formato aberto	4%	27%
Dicionário de Dados	4%	12%
Download	31%	46%
Download da íntegra do contrato	27%	46%
Mecanismo de busca	27%	38%
Contratações acompanhadas por órgãos de controle	12%	23%
Informações e orientações aos gestores responsáveis por contratações	12%	23%
Legislação específica disponível no portal	15%	35%
Legislação específica no estado/município	15%	31%
Repositório com legislações de enfrentamento à Covid-19	54%	62%
Portal Covid-19 ou Portal da Sec. de Saúde	54%	58%
Portal da Transparência ou órgão de controle	65%	65%
Portal oficial do governo	54%	62%
Redes sociais	12%	19%
Assunto – Covid-19	4%	15%
Denúncia anônima	50%	62%
Link para Ouvidoria	77%	96%
Link para eSIC	81%	81%
Pedido de acesso sigiloso	0%	4%
Assunto - Covid19	4%	15%
Conselho ou comissão	4%	12%

Fonte: Elaboração própria.

O que se observava nesses portais destinados as informações do Coronavírus era seu uso apenas para informar dados epidemiológicos e transparência em relação ao uso de recursos públicos ficava em segundo plano. A metodologia estimula que esses dados fiquem mais acessíveis, ao tempo que engaja também a população a procurar por estas informações e cobrar os gestores por mais informações.

A média de pontuação entre os municípios é outro fator importante nessa avaliação. Verifica-se que na segunda avaliação a média de pontos cresce em relação à pontuação anterior. Nota-se que há um aumento de 49% na média de pontuação da primeira avaliação para segunda, aumentando de pouco mais de 27 pontos, para 40 pontos dos 100 pontos possíveis de serem alcançados na avaliação. Movimento importante a ser observado, indicativo de que as prefeituras procuraram adequar-se, o que fez a média geral crescer consideravelmente.

CONCLUSÃO

A crise instaurada pelo Coronavírus no Brasil a partir de março de 2020 evidencia a necessidade de uma atuação do poder público, em todas as suas esferas, voltada para o desenvolvimento de ações estratégicas, capazes de permitir a diminuição dos danos decorrentes do estado de calamidade pública, além de reestabelecer à ordem econômica e garantir o exercício dos direitos e garantias fundamentais pelos indivíduos, sobretudo, o direito à saúde, ao trabalho e à educação.

Ante o caráter emergencial das ações que necessitam ser implementadas, os procedimentos de contratações de bens e serviços normalmente utilizados pelo poder público, com fulcro na Lei Geral

de Licitações (Lei nº 8.666/93) e na lei que regulamenta o pregão (Lei nº 10.520/2020), apresentam-se demasiadamente morosos, o que justifica a flexibilização das regras para a contratação pela administração pública, de modo a permitir a realização de contratações por dispensas de licitação e pregões abreviados, para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública, nos termos da Lei 13.979/2020. Nesse contexto, ganha relevância a observância, pelos órgãos de fiscalização e pela população, das práticas de integridade e de transparência adotadas pelos entes federativos, em todas as suas esferas.

A análise das ações de transparência adotadas pelos municípios do território litoral sul da Bahia permitiu verificar que, a princípio, o território investigado não privilegiava o cumprimento das regras estabelecidas pela Lei 13.979/2020 e pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), de modo a dificultar o acesso pela população aos dados e informações a respeito das contratações realizadas em caráter emergencial, para viabilizar as ações de combate à COVID-19. A partir da publicação do Primeiro *Ranking* de Transparência das Contratações Emergenciais do Território Litoral Sul da Bahia, em junho de 2020, notou-se que a gestão de cada município investigado tratou com mais atenção à necessidade de atender às determinações legais e atribuir ampla publicidade, através de seus portais oficiais, dos gastos públicos realizados durante pandemia que assola o país.

A publicação dos *rankings* estimulou a competitividade entre os gestores dos municípios analisados, que passaram a inserir as informações das contratações exigidas por lei e recomendadas para Transparência Internacional Brasil nos seus respectivos portais oficiais, com o intuito de melhorar a posição no *ranking*, e concomitantemente, ampliar as práticas de integridade e publicidade em cada localidade avaliada. Assim, a pesquisa em apreço, além de

avaliar e promover a transparência das contratações emergenciais realizadas em resposta à COVID-19 dos municípios objeto de análise desempenhou função pedagógica para os gestores municipais, ao difundir as Recomendações para a Transparência de Contratações Emergenciais.

Por fim, é importante mencionar que enquanto perdurar o estado de calamidade pública, o grupo de pesquisa estará acompanhando o nível de transparência dos municípios do território litoral sul da Bahia, com atualização mensal do ranking da transparência do território em estudo, com o intuito de manter os dados de transparência atualizados, além incentivar a adoção de boas práticas de transparência pelos municípios que estão sendo avaliados e ainda não obtiveram boa pontuação no ranking de transparência. No mais, como sugestão de trabalhos futuros, acredita-se que o trabalho ora apresentado continue a desempenhar a função pedagógica identificada ao longo do processo para que, cada vez mais, os cidadãos tenham acesso, clareza e confiança na gestão do erário público.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Administrativo Descomplicado**. Rio de Janeiro: Método, 2009.

ANAMT – Associação Nacional de Medicina do Trabalho. “Coronavírus: Organização Mundial de Saúde declara pandemia”. **ABANT** [2020]. Disponível em: <https://www.anamt.org.br>. Acesso em: 22/02/2022.

ARANHA, M. I. **Manual de Direito Regulatório**. Londres: Laccademia, 2014.

ARRUDA, A. F.; TELES, J. S. “A importância do controle social na fiscalização dos gastos públicos”. **Revista Razão Contábil e Finanças**, vol. 1, n. 1, 2010.

BAHIA. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. **Decreto nº 19.586, de 27 de março de 2020**. Salvador: ALEBA, 2020. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 05/01/2022.

BAHIA. Secretaria da Saúde. “Contratações e Aquisições COVID-19 (art. 4 da lei Federal 13.979/20)”. **Secretaria da Saúde** [2020]. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br>. Acesso em: 05/01/2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.089, de 25 de abril de 2018**. Brasília: CGU, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu>. Acesso em: 10/10/2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/10/2021.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Brasília: Planalto, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/10/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/10/2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul**. Brasília: SDT, 2010. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br>. Acesso em: 05/01/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Série Documentos Institucionais, n. 3**. Brasília: SDT, 2015. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br>. Acesso em: 05/01/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Destinação dos Recursos do Piso de Atenção Básica (PAB) e Média e Alta Complexidade (MAC)**. Brasília: MS, 2020. Disponível em: <http://www.saude.gov.br>. Acesso em: 10/10/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. "Estados e municípios terão R$ 4 bilhões extras para combater o coronavírus". **Ministério da Saúde** [2020]. Disponível em: <https://www.saude.gov.br>. Acesso em: 05/01/2022.

CERQUEIRA, C. A. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial rural**: uma análise de delimitação dos territórios rurais do Estado da Bahia, segundo a tipologia municipal (Tese de Doutorado em Economia). Uberlândia: UFU, 2015

CERQUEIRA, C. A.; JESUS, C. M. "O território litoral sul". *In*: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. S. (orgs.). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual**: um estudo de caso da Bahia. Brasília: IPEA, 2016

COGLIANESE, C.; LAZER, D. "Management-Based Regulation: Prescribing Private Management to Achieve Public Goals". **Law and Society Review**, vol. 37, n. 4, 2003.

DIAS, J. "Relatório atualiza a previsão de disseminação da Covid-19". **Agência Fio Cruz de Notícia** [06/04/2020]. Disponível: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em: 05/01/2022.

G1 BAHIA. “Ministério da Saúde libera mais de R$100 milhões para combate ao coronavírus na Bahia”. **G1 Bahia** [10/04/2020]. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 05/01/2022.

GASPARINI, D. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, M. “Os impactos da pandemia na vida das pessoas”. **Unisinos** [26/04/2020]. Disponível em: <http://www.unisinos.br>. Acesso em: 05/01/2022.

MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2004.

MEDEIROS, D. “Coronavírus: impactos históricos e sociais provocados pela pandemia da Covid-19”. **Saúde Debate** [05/05/2020]. Disponível em: <https://saudedebate.com.br>. Acesso em: 05/01/2022.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1998.

MENDONÇA, G. M. F. “Protocolos de compliance na administração pública e a necessária descorrupção”. **Consultor Jurídico** [20/02/2019]. Disponível em: <https://www.conjur.com.br>. Acesso em: 05/01/2022.

MESQUITA, C. B. C. “O que é compliance público? Partindo para uma Teoria Jurídica da Regulação a partir da Portaria nº 1.089 (25

de abril de 2018) da Controladoria-Geral da União (CGU)". **Revista de Direito**, vol. 5, n. 1, 2019.

MPF - Ministério Público Federal. **Contratações púbicas para o combate ao covid-19**: Regime excepcional de contratações públicas previsto na Lei nº 13. 979/20 para o enfrentamento da situação de calamidade pública causada pela pandemia do COVID-19. Brasília: MPF, 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br>. Acesso em: 05/01/2022.

NUNES, D. O. "Covid-19, compliance e controle dos contratos administrativos". **Revista Migalhas** [29/04/2020]. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br>. Acesso em: 05/01/2022.

OLIVEIRA, A. C. *et al*. "O que a pandemia do COVID-19 tem nos ensinado sobre a adoção de medidas de precaução?". **Texto & Contexto Enfermagem**, vol. 26, 2020.

ORTEGA, A. C. *et al*. "Coesão Territorial e Delimitação do Território Litoral Sul (Bahia): uma discussão a partir das condições de desenvolvimento rural". **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 49, n. 4, 2018.

PEREIRA, A. S. *et al*. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: UFSM, 2018.

PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2002.

POMINI, A. "Compliance sobre a perspectiva do governo: uma visão sobre a estrutura da Controladoria-Geral do Município de São Paulo e sua atuação no trabalho preventivo de combate à corrupção". *In*: CUEVA, R. V. B.; FRAZÃO, A. (orgs.). ***Compliance***: Perspectivas e desafios dos programas de conformidade. São Paulo: Fórum: 2018.

ROSA, M. F. E. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SALGADO, I. "A Pandemia e a pobreza: como proteger os mais pobres perante o colapso econômico e sanitário?". **Universidade Federal de Alfenas** [15/04/2020]. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br>. Acesso em: 05/01/2022.

SANTOS, G. "Secretário chama atenção para aumento de casos da covid-19 no Sul da Bahia". **Correio 24horas** [2020]. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br>. Acesso em: 05/01/2022.

SENADO NOTÍCIAS. "Saiba como fica a divisão do valor de R$ 60 bilhões entre estados e municípios". **Senado Notícias** [04/05/2020]. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 10/10/2021.

SENADO NOTÍCIAS. "Veja quanto cada estado e município receberá no Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus". **Senado Notícias** [04/05/2020]. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 10/10/2021.

SENHORAS, E. M. "O campo de poder das vacinas na pandemia da Covid-19". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 18, 2021.

SUN, P. *et al*. "Understanding of COVID-2019 based on current evidence". **Journal Medical Virology**, vol. 92, n. 6, 2020.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL. "O que fazemos?". **Transparência Internacional Brasil**. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br>. Acesso em: 20/01/2020.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. "Contratações públicas em situações de emergência: elementos mínimos que os governos devem considerar para reduzir riscos de corrupção e uso indevido de

recursos extraordinários". **Transparência Internacional** [2020]. Disponível: <https://www.transparency.org>. Acesso em: 20/01/2020.

UELZE, H.; FERENZINI, F. "Covid-19: O papel da Governança, Riscos e Compliance (GRC) na era do Coronavirus". **Trench Rossi Watanabe** [26/03/2020]. Disponível em: <https://www.trenchrossi.com>. Acesso em: 20/01/2020.

WHO - Word Health Organization. "Considerations for quarantine of individuals in the context of containment for coronavirus disease (COVID-19)**:** Interim guidance". **WHO** [2020]. Disponível: <https://apps.who.int>. Acesso em: 20/01/2020.

WU, F. *et al*. "A new coronavirus associated with human respiratory disease in China". **Nature**, vol. 579**,** February, 2020.

YIN, R. K. **O Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CAPÍTULO 5

Efeito da Pandemia Causada pela COVID-19 no Market Share Brasileiro: Um Enfoque Segundo os Tipos de Modal de Transporte

EFEITO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 NO *MARKET SHARE* BRASILEIRO: UM ENFOQUE SEGUNDO OS TIPOS DE MODAL DE TRANSPORTE

Fernando Andrade Guidorizzi

Gabriel Ribeiro Mendes

Com a crise sanitária vivenciada desde março de 2020, diversas medidas foram adotadas pelo governo com a finalidade de conter o avanço da doença no mundo, sendo uma das medidas o fechamento das fronteiras, cancelamento de voos e fechamento das atividades comerciais que causassem aglomeração. Esse cenário trouxe consigo muita incerteza sobre o futuro da economia, a eficácia das vacinas a curto prazo e a retomada da economia (BORCA; PUTZ; HOFBAUER, 2021; NOTTEBOOM; PALLIS; RODRIGUE, 2021; ASHWANI, 2020; SENHORAS, 2020; LOAIZA *et al*., 2020).

Nesse processo de adoção de medidas e o efeito substancial nas cadeias produtivas da economia, afetou contemporaneamente as atividades de transporte de todos os modais de transporte, quer seja marítimo, rodoviário ou aéreo (PEREIRA *et al*., 2021; NIMORAKIOTAKI; SAMBRACOS, 2020). No caso de cenário brasileiro, esses três modais são essenciais e responsáveis pela troca de comércio, tanto interno como externo, sendo o mais relevante o modal marítimo para o comércio exterior (MDIC, 2021).

De acordo com informações da ONU (2020), aproximadamente 80% do comércio global é realizado via o modal marítimo. Em vista da crise pandêmica e seus efeitos nas cadeias de produção, o organismo em tela prevê que um efeito substancial

do aumento das taxas de transporte marítimo nos preços dos produtos para o consumidor final, sinalizando ante tal, um efeito mundial de inflação (PINTO *et al*., 2021; BRESSER-PEREIRA, 2020).

No caso do Brasil, os modais mais representativos são o marítimo, aéreo e rodoviário, os quais representam aproximadamente 99% nas operações de comércio exterior (MDIC, 2021). Nesse ponto, e dado a rápida adoção de medidas sanitárias visando atender os protocolos de saúde, os portos para exportação operaram normalmente durante a crise, sendo que com menor fluxo. Essa adoção foi fundamental e determinante para que setores como o agronegócio, na qual o Brasil é um grande fornecedor ao mundo, obtivesse bons desempenhos em receita (MAPA, 2021).

Outro setor de destaque foi o minério. As empresas vinculadas ao setor obtiveram bons desempenhos, no período pandêmico. De acordo com informações do IBRAM (2021) a China é o principal mercado destino do total das exportações desse produto, sendo que, em 2019, esse país respondeu por 62% das exportações e em 2020 a participação foi de 72%, aproximadamente.

Em face ao discutido, este estudo se justifica por abordar de forma geral a relevância dos modais de transporte nas trocas de comércio em uma economia. Ao mesmo tempo, revelar mudanças comparativas por estados em um intervalo curto de tempo. Dessa forma, o estudo tem por objetivo verificar mudanças de participação no comércio exterior por modais de transporte, a qual no estudo é definido como *market share*. A saber, o estudo incorpora uma comparação entre os principais estados de origem das exportações em relação ao total exportado pelo país, bem como, os efeitos da crise entendido como uma mudança estrutural no sistema econômico.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Comércio brasileiro via tráfego aéreo

O Gráfico 1 trata do o comportamento mensal da série exportação via modal de transporte aéreo entre o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020. Nota-se uma quebra de estrutura em março de 2020, atrelado esse comportamento a crise sanitária causado pela COVID-19. Entende-se por quebra estrutural como uma mudança no nível da série, quer seja de dispersão ou inclinação, no caso em questão verifica-se uma mudança repentina da tendência.

Gráfico 1 - Gráfico sobre o comportamento da exportação via modal aéreo. Quantidade e valor FOB US$ (2019 a 2020)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MDIC (2021).

Com a queda dos voos internacionais e nacionais no período de *lockdown* as exportações nacionais via modal aéreo despencaram

67% aproximadamente, entre março e abril de 2020. Evidentemente, a queda de voos comerciais prejudicou muito as exportações porque em muitos casos esses voos destinam cerca de 30% do porão das aeronaves ao transporte de cargas (CBPCE, 2021).

Embora os efeitos da crise tenham sido relevantes para esse modal de transporte, verifica-se, conforme o gráfico 1, que até dezembro de 2021, o valor exportado tende a se aproximar aos patamares de dezembro de 2020, porém, com menor quantidade exportada. Esse comportamento pode indicar, entre outros, que o preço exportado em média ficou mais caro no período pandêmico.

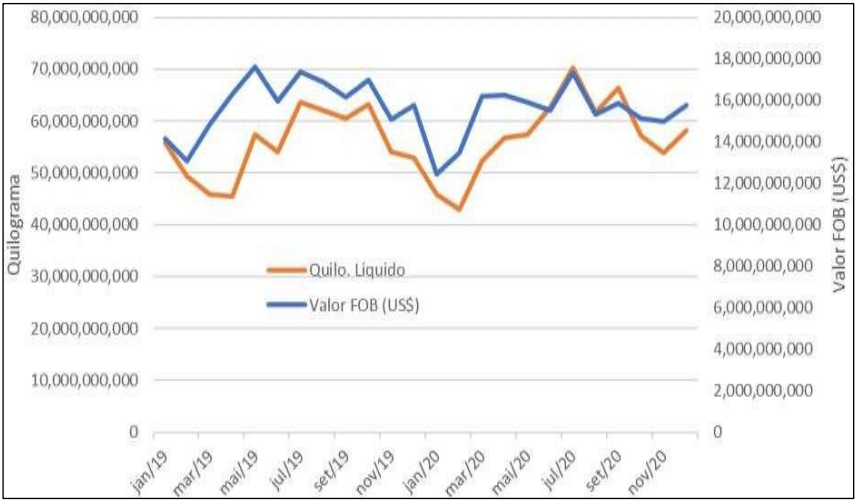
O Gráfico 2 versa sobre o comportamento da série exportação do Brasil via modal marítimo segundo valor FOB US$ e quantidade. A diferença entre o gráfico 1 e o gráfico 2 é o efeito menos substancial da crise, embora exista uma quebra de estrutura no mês de março de 2020, nos meses seguintes a série tende ao mesmo patamar do ano de 2019.

O transporte marítimo é responsável por aproximadamente 95% das trocas de comércio, contando exportação e importação e em 2020, foi responsável por aproximadamente 88,09% das exportações (MDIC, 2021) e, o modal de transporte também se viu afetado com a paralisação em razão da pandemia da COVID-19, porém em menor magnitude quando comparado ao modal aéreo e rodoviário. Para o primeiro trimestre, no ano de 2020 quando comparado com 2019, as trocas de comércio exterior tiveram uma redução de 20% (ANTAQ, 2021).

Com a expansão da doença no mundo, a preocupação dos agentes do mercado com os novos desafios impostos no comércio mundial atrelados à exigência sanitária, girava em torno da rápida operacionalização, para que os portos mantivessem as condições necessárias para manter o fluxo de comércio. As medidas de prevenção foram determinantes, para que no Brasil, os portos e

terminais portuários operassem com normalidade em 2020, o que facilitou o bom desempenho da exportação nesse período (ANTAQ, 2021). De acordo com o CNI (2021), no período pandêmico a utilização dos itinerários pré-definidos para o transporte de contêineres operava moralmente, embora em menor número quando comparados com o primeiro trimestre de 2019.

Gráfico 2 – Comportamento da exportação via modal marítimo. Quantidade e valor FOB US$ (2019 a 20020)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MDIC (2021).

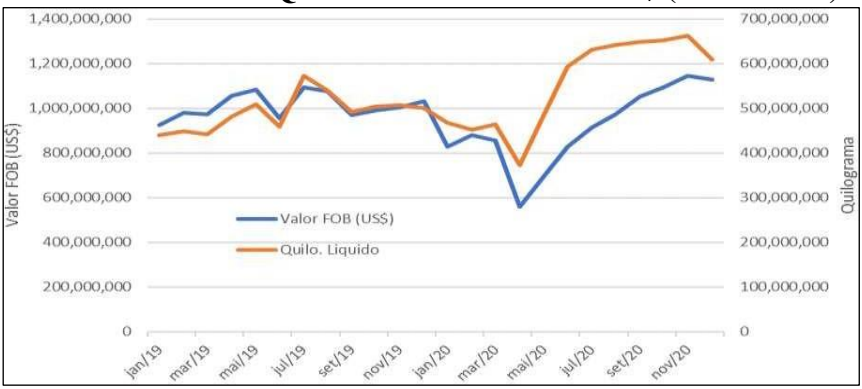
COMÉRCIO BRASILEIRO VIA TRÁFEGO RODOVIÁRIO

Existe, no ambiente acadêmico, um longo debate que ao mesmo se canaliza em um consenso, o qual denota ao transporte como um termômetro de toda economia. Em muitos casos, a greve dos caminhoneiros no Brasil é vista como um entrave para a

economia, já que o movimento de mercadorias e matérias primas é muito mais intenso via modal rodoviário, além disso, boa parte do escoamento das safras nacionais, utiliza essa logística para exportação.

Observa-se, no gráfico 3, que o comércio externo brasileiro, via modal rodoviário, se viu afetado com mais assiduidade entre os meses de março e abril de 2020, contexto similar aos verificados aos outros modais de transporte. Entretanto, desde o mês de maio as exportações em quantidade aumentaram substancialmente. Há um distanciamento da série valor exportado FOB, a saber, o preço de exportação em média ficou mais barato.

Gráfico 3 - Comportamento da exportação via modal rodoviário. Quantidade e valor FOB US$ (2019 a 2020)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MDIC (2021).

Dentre outros aspectos, um dos determinantes para esse desempenho foi a rápida implementação de protocolos de segurança, como a aferição de temperatura, o teletrabalho, higienização de cabines de caminhões e outras tantas orientações de higiene, com a finalidade de controlar a disseminação do vírus (ABTI, 2021). Em

geral, em 2020 o modal de transporte em tela foi responsável por aproximadamente 5,24% das exportações brasileiras (MDIC, 2021).

DESEMPENHO EXPORTADOR SEGUNDO MODAL DE TRANSPORTE: ESTADOS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO

Transporte marítimo - estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais

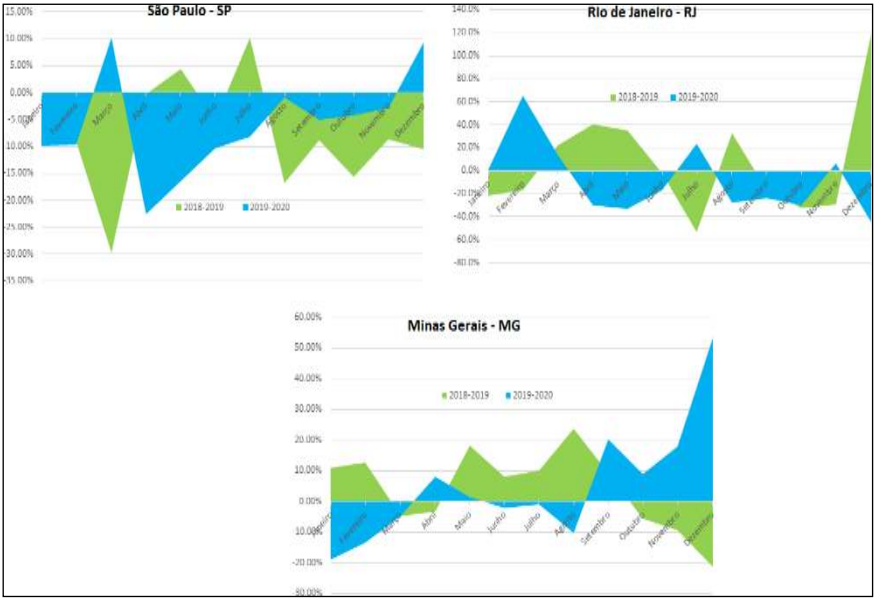
Trataremos da mudança percentual experimentada via transporte marítimo pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para esta discussão, previamente se realizou um levantamento dos dados por estados e via modal de exportação e, dessa forma, os estados em tela foram escolhidos no estudo.

A cor verde do Gráfico 4 retrata as mudanças mensais observadas em 2019 em relação a 2018. No caso do estado de São Paulo, a maior parte dos meses indicam que o percentual exportado, em 2019, via esse modal, foi menor em relação a 2018, verificando-se similar desempenho em 2020, em relação a 2019.

No caso do estado de Rio de Janeiro, no ano de 2020 em relação a 2019 verifica-se uma retração das exportações entre os meses de abril até dezembro, salvo no mês de julho uma variação positiva. Para esse mesmo período, até o mês de março as exportações possuíam um saldo positivo, chegando a uma variação de 60%, aproximadamente, no mês de fevereiro. No ano de 2019 em relação a 2018, chama a atenção a mudança observada no mês de dezembro, na qual a variação chegou até 100% aproximadamente. Mudanças positivas também se observa nos meses de março a junho.

No geral, não se observa um padrão de variação positiva constante, o desempenho tende a mudar em vários meses dos anos.

Gráfico 4 - Mudança percentual nas exportações via modal marítimo. Valor FOB US$ - Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (2018-2019, 2019-2020)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MDIC (2021).

As exportações, no período de 2020 em relação a 2019, via modal marítimo, que tem como origem o estado de Minas Gerais, revela um padrão de comportamento diferente aos outros estados ao verificar os meses de setembro a dezembro. Para o estado de Minas Gerais, os meses em tela significou a retomada das exportações, já que no geral, entre os meses de janeiro até agosto o desempenho ficou negativo. Também, no ano de 2019 respeito a 2018, verifica-

se nos últimos meses do ano uma retração da variação exportadora, algo que foi repassado paro o ano seguinte. Ainda no mesmo período, é notório observar uma variação positiva acumulada entre os meses de janeiro até agosto.

Transporte rodoviário: estados de SP, RJ e MG

A importância do transporte rodoviário radica no fato de ser o principal meio de transporte interno utilizado no país (MINFRA, 2021). O Gráfico 5 demonstra as mudanças no padrão de exportação dos estados, objeto de discussão para os anos de 2018 a 2020, considerando dois intervalos de tempo, tal como retratado na figura em tela.

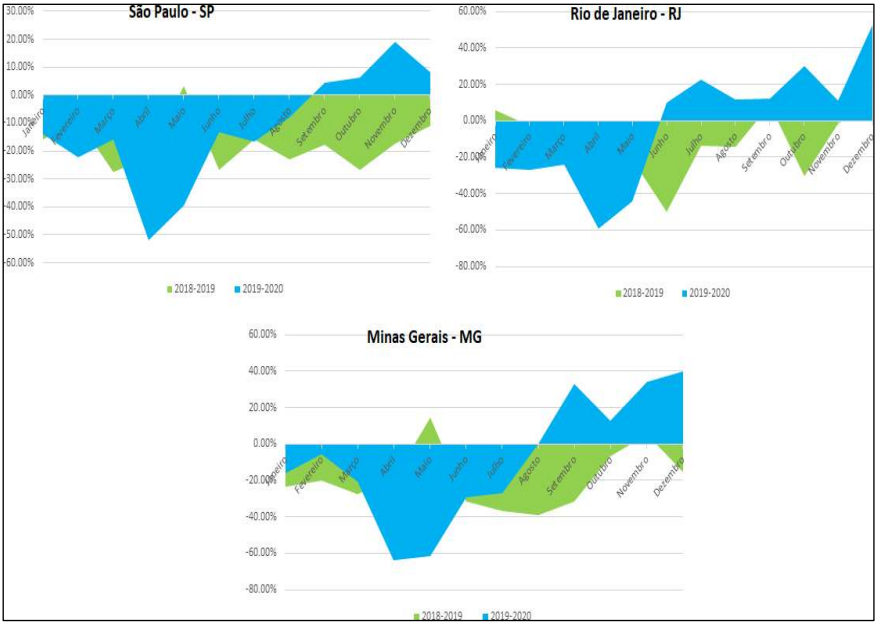
No caso do estado de São Paulo, no intervalo de 2019/2018 não se observa mudança positiva no padrão de exportação, via o modal rodoviário e, de forma similar, para 2020 em relação a 2019, para os meses de janeiro até agosto a situação é negativa. Somente, no intervalo dos meses de setembro a dezembro de 2020 em relação a 2019 se verifica uma mudança positiva.

No geral, para 2020 em relação a 2019, variações similares são observadas para os estados de Rio de Janeiro e Minas Gerais, com diminuição na pauta de exportação via esse modal no primeiro e aumento no segundo semestre. Esse comportamento denota que eventuais eventos que afetem o comportamento do modal de transporte são canalizados na mesma direção pelos três estados objeto de discussão.

Em informação publicada pelo CNT (2020), tal organismo ressaltou os efeitos da pandemia no transporte rodoviário, tanto no transporte de passageiros como de carga. Nesse ponto, se destaca que no comércio interno, as principais riquezas do país são

movimentadas via esse modal devido aos baixos custos em relação a outros modais. Ao mesmo tempo, a crise revelou fatores devem ser ponderados e considerados no sentido de evoluir como país visando analisar alternativas no uso de transporte que tenda minimizar os custos de transporte.

Gráfico 5 - Mudança percentual nas exportações via modal rodoviário. Valor FOB US$. Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (2018-2019, 2019-2020)



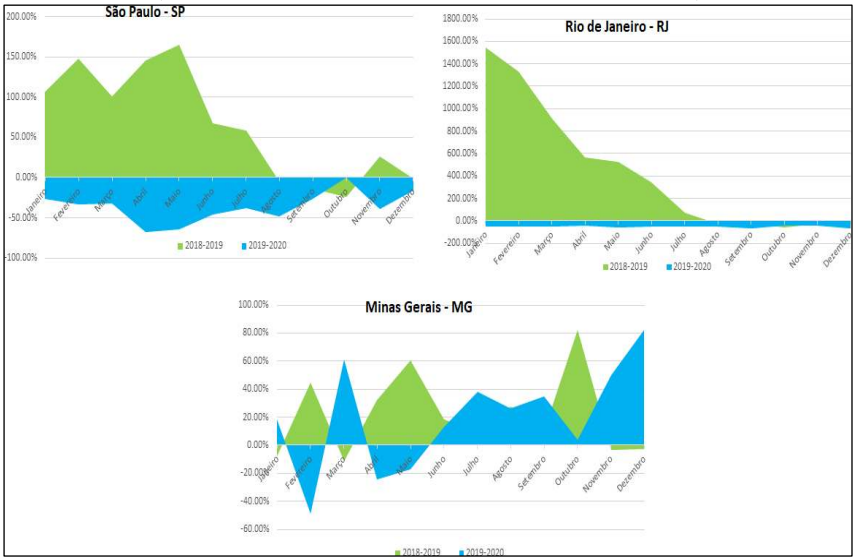
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MDIC (2021).

TRANSPORTE AÉREO - ESTADOS DE SP, RJ E MG

O transporte aéreo foi por sua vez o modal mais afetado. As medidas adotadas para a evitar a disseminação do vírus afetaram

significantemente esse setor, resultado disso pode ser verificado no gráfico 6. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram diminuição do uso desse modal em 2020 respeito a 2019. Nesse contexto, não somente o setor exportador sofreu os efeitos da pandemia, mas também, empresas vinculadas ao setor de turismo e lazer foram afetadas, em virtude da grande diminuição das receitas nesse período.

Gráfico 6 - Mudança percentual nas exportações via modal aéreo. Valor FOB US$ São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. 2018-2019, 2019-2020



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MDIC (2021).

Observa, no entanto, uma mudança positiva, em 2019 respeito a 2018, em determinados meses dos anos e, essa variação positiva decai posterior ao mês de agosto nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No caso do estado de Minas Gerais há diversas

variações ao longo dos meses, sendo que no geral, as mudanças são positivas, ou seja, existe um avanço no uso desse modal como meio de transporte para o comércio.

Aspecto importante a ser destacado, está relacionado aos tipos de produtos que são exportados via esse modal. De acordo com informações coletas na plataforma Comexstat do MDIC (20210), o modal é utilizado para transportar produtos de maior valor agregado, ante tal, as medidas adotadas para superar as barreiras ao comércio foram essenciais no sentido de não agravar dificuldades de embarques nas exportações.

ANÁLISE DO *MARKET SHARE* DA EXPORTAÇÃO SEGUNDO MODAL DE TRANSPORTE, PRINCIPAIS ESTADOS (2018 – 2020)

A metodologia usada para discutir as mudanças no padrão de exportação segundo tipo de modal foi o *Market share* na forma simplificada. Ao falarmos do modelo em tela, ligamos o procedimento ao modelo *Constant Market Share* (CMS), o pioneiro Tyszynski (1951) ao realizar um estudo voltado ao comércio internacional. Posteriormente, outros autores como Leamer e Stern (2008) desenvolveram versões a partir da ideia inicial, os quais são conhecidos como análise de segundo e de terceiro nível. No cenário brasileiro, essa metodologia foi utilizada em estudos voltados a analisar o comércio exterior brasileiro, bem como, verificar mudanças no nível de competitividade por produtos (AREVALO *et al.*, 2016; CHANG, 2011).

O modelo utilizado, no estudo em questão, em sua forma básica atende a proposta deste estudo. Para o estado de São Paulo (vide tabela 1) se verifica perda de *market share* via modal marítimo

e rodoviário para o período 2019/2020 e ganho de participação via modal aéreo. No geral, se verifica também, perda de competividade ao comparar a queda das exportações do estado em comparação a média do Brasil, a exemplo tem-se -2,97% para o Brasil via modal marítimo e -7,67% para o estado de São Paulo.

Tabela 1 – *Market share* das exportações brasileiras segundo modal de transporte, comparativo com o estado de São Paulo

Dados do comércio	Marítima 2018/201 a 2019/2020	Rodoviária 2018/2019 a 2019/2020	Aérea 2018/2019 a 2019/2020
(A) Exportação Exportação brasileira (em %)	-2,97%	-13,02%	-9,53%
Exportação brasileira (US$ FOB)	-5.728.584.836	-1.728.494.325	-1.565.840.252
Exportação SP (em %)	-7,67%	-15,70%	-5,74%
Exportação SP (US$ FOB)	-1.092.460.586	-898.775.136	-448.898.727
(B) *Market share* - SP	Queda de 18,47% para 17,57%	Queda de 43,11% para 41,78%	Aumentou de 47,62% Para 49,61%

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MDIC (2021).

Conforme a tabela 2, no estado do Rio de Janeiro, verifica-se perda de *market share*, via modal marítimo e aéreo, para o período 2019/2020, e ganho de participação, via modal rodoviário. No geral, verifica se também, perda de competividade ao comparar a queda das exportações do estado em comparação a média do Brasil, a exemplo tem-se -2,97% para o Brasil, via modal marítimo e -8,41%.

O valor do item B definido como *market share*, denota a participação de cada estado no total nacional. Assim, pode ser observar que somente no modal rodoviário teve mudança positiva. Entretanto, a participação do estado de RJ no total nacional é baixa quando comparamos com o grau de participação do estado de São Paulo.

Tabela 2 – *Market share* das exportações brasileiras segundo modal de transporte, comparativo com o estado do Rio de Janeiro

Dados do comércio	Marítima	Rodoviária	Aérea
	2018/2019 a 2019/2020	2018/2019 a 2019/2020	2018/2019 a 2019/2020
(A) Exportação Exportação brasileira (em %)	-2,97%	-13,02%	-9,53%
Exportação brasileira (US$ FOB)	-5.728.584.836	-1.728.494.325	-1.565.840.252
Exportação RJ (em %)	-8,41%	-8,74%	-11,61%
Exportação RJ (US$ FOB)	-830.542.623	-29.984.658	-272.360.588
(B) *Market share* - RJ	Queda de 12,80% para 12,08%	Aumentou de 2,58% para 2,71%	Queda de 14,28% para 13,96%

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MDIC (2021).

Conforme a tabela 3, o estado de Minas Gerais tem perda de *market share* via modal rodoviário, para o período 2019/2020, e ganho de participação via modal aéreo e marítimo. No geral, se verifica também, ganho de competividade ao comparar a alta das exportações do estado em comparação a média nacional para os modais marítimo e aéreo, a exemplo, tem-se -2,97% para o Brasil via modal marítimo e 3,79% para o estado de Minas Gerais.

O estado do Rio de Janeiro e o estado de Minas Gerais possuem baixa participação nas exportações via modal rodoviário, sendo destaque o estado de São Paulo com um percentual médio de aproximadamente 42%. Dos três estados analisados, o estado de Minas Gerais é o único que apresenta ganho de *market share* via modal marítimo, a saber, as exportações do estado de Minas Gerais tiveram melhor desempenho que a média nacional.

Tabela 3 – *Market Share* das exportações brasileiras segundo modal de transporte, comparativo com o estado de Minas Gerais

Dados do comércio	Marítima	Rodoviária	Aérea
	2018/2019 a 2019/2020	2018/2019 a 2019/2020	2018/2019 a 2019/2020
(A) Exportação Exportação brasileira (em %)	-2,97%	-13,02%	-9,53%
Exportação brasileira (US$ FOB)	-5.728.584.836	-1.728.494.325	-1.565.840.252
Exportação MG (em %)	3,79%	-16,94%	17,40%
Exportação MG (US$ FOB)	335.305.252	-124.090.712	298.596.651
(B) *Market share* - MG	Aumento de 11,46% para 12,26%	Queda de 5,52% para 5,27%	Aumento de 10,45% para 13,56%

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: MDIC (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por finalidade analisar mudanças no padrão de comércio no Brasil e principais estados que detém um maior percentual de participação na pauta exportadora. Prévio a definição dos estrados que são objeto de estudo, se realizou uma análise geral por estados com a finalidade de verificar os estados com maior

participação no nível de exportação brasileiro, os estados em questão são: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Constatou-se, que o Brasil experimentou um recuo considerável no padrão de exportação via modal rodoviário em maior percentual ao comparar com o aéreo e marítimo. Considerando o intervalo de tempo analisado nota-se uma queda de - 13,02% via modal rodoviário, sendo a principal causa a crise sanitária e as medidas restritivas para conter o avanço da pandemia. O fechamento das fronteiras e cidades, afetaram toda a cadeia produtiva da economia.

O resultado do *market share* por estados evidenciou a grande participação na pauta de exportação do estado de São Paulo. Além disso, a relevância do modal marítimo, já que mediante esse modal se destina a maior parte das exportações. No geral, e de forma complementar, o efeito China influenciou na quantidade exportada, fato resultante foi um choque de oferta experimentado pelo setor de minério e também no agronegócio.

Finalmente, cabe ressaltar algumas limitações da metodologia utilizada, das quais menciona-se ao *market share* como uma *proxy* da competitividade e, em muitos casos pode levar a diferentes conclusões. Outro fator a observar é o período estipulado em análise, a qual pode variar de acordo com o interesse do pesquisador, consequentemente, os resultados serão diferentes. Dado a matriz de competitividade brasileira, existe a possibilidade de dar continuidade a esse estudo analisando produtos por estados em função da desagregação do sistema harmonizado de comércio, o qual ajudaria a revelar o nível específico de competitividade.

REFERÊNCIAS

ABTI - Associação brasileira de transportes internacionais. "Revista Cenário do Transporte". **Cenário do Transporte**, vol. 14, n. 56, 2020.

ANTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaviários. "Movimentação portuária". **Portal Eletrônico ANTAQ**. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 17/08/2021.

AREVALO, J. L. S. *et.al*. "Competitividade no comércio internacional do café: um estudo comparativo entre Brasil, Colômbia e Peru". **Organizações Rurais e Agroindustriais**, vol. 18, n. 1, 2016.

ASHWANI, P. S. COVID-19 and Indian Economy: Impact on Growth, Manufacturing, Trade and MSME Sector. **Sage Journal**, vol. 21, n. 5, 2020.

BORCA, B. P. L.; HOFBAUER, F. "Crises and Their Effects on Freight Transport Modes: A Literature Review and Research Framework". **Revista Sustainability**, vol. 13, Março, 2021.

BRASIL - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Plataforma Agrostat. Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro". **Portal Eletrônico do MAPA** [2020]. Disponível em: <https://sistemasweb.agricultura.gov.br>. Acesso em: 15/08/2021.

BRASIL - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. "Plataforma Comexstat. Estatísticas do Comércio Exterior Brasileiro". **Portal Eletrônico do MDIC** [2020]. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: 15/08/2021.

BRASIL - Ministério da Infraestrutura. "Anuário Estatístico de Transportes". **Portal Eletrônico do MINFRA** [2021]. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 15/08/2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. "Financiamento da Covid-19, inflação e restrição fiscal". **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 40, n. 4, 2020.

CBPCE - Câmara de comércio e indústria, Brasil – Portugal. "Informações de comércio exterior". **CBPCE** [2021]. Disponível em: <https://cbpce.org.br>. Acesso em: 10/07/2021.

CHANG, M. S. **Exportações brasileiras para a China e o Japão**: padrões de especialização e competividade (Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada). Piracicaba: USP, 2011.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. "Publicações". **CNI** [2021]. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 25/07/2021.

CNT - Confederação Nacional de Transporte. "CNT lança painel com dados do transporte rodoviário no Brasil". **CNT** [16/12/2020]. Disponível em: <https://cnt.org.br>. Acesso em: 20/07/2021.

LEAMER, E. E.; STERN, R. M. **Quantitative international economics**. London: Routledge, 2006.

LOAIZA J. R. *et.al*. "COVID-19 pandemic in Panama: lessons of the unique risks and research opportunities for Latin America". **Revista Panamericana de Salud Publica**, n. 44, Junio, 2020.

NIMORAKIOTAKI, D.; SAMBRACOS, E. "Demand on Public Transportation during the Economic Crisis: The Greek Case". **European Research Studies Journal**, vol. 28, n. 2, 2020.

NOTTEBOOM, T. *et al*. “Disruptions and resilience in global container shipping and ports: the COVID-19 pandemic versus the 2008–2009 financial crisis”. **Maritime Economics and Logistics**, vol. 23, January, 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. “Transporte marítimo perfaz mais de 80% do comércio global”. **ONU News** [23/09/2020]. Disponível em: <https://news.un.org>. Acesso em: 27/07/2021

PEREIRA, R. H. M. *et al*. **Texto para Discussão 2673**: Tendências e desigualdades da mobilidade urbana no Brasil I: o uso do transporte coletivo e individual. Brasília: IPEA, 2021

PINTO. R. *et. al*. “Impactos da pandemia de COVID-19 sobre o empreendedorismo digital nas instituições bancárias brasileiras: uma análise à luz das forças isomórficas”.**Estudios Gerenciales**, vol. 37, n. 158, 2021.

SENHORAS, E. M. “Novo Coronavírus e seus impactos econômicos no mundo”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 2, 2020.

TYSZYNSKI, H. “World Trade in Manufactured Commodities, 1899-1950”. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, vol. 19, September, 1951.

CAPÍTULO 6

Perfil do Consumidor de Aplicativos de Comida Delivery no Município de Marabá-PA

PERFIL DO CONSUMIDOR DE APLICATIVOS DE COMIDA *DELIVERY* NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA

Maria Beatriz Martins Conde
Gisele Rodrigues de Sousa
Inês Clarissa Gomes Sousa
Antonia Caroline Pinho Vieira
Jaqueline Ferreira da Silva
Vitória Nazaré Costa Seixas

Nos últimos tempos, a mudança na rotina da população levou-se a prática do consumo de comida através do sistema delivery, devido a obtenção da alimentação sem sair de casa ou do ambiente onde esteja, é um ramo que vem crescendo muito e com isso é necessário que o serviço de alimentação ofereça qualidade no atendimento, agilidade, higiene e sabor da comida (SEBRAE, 2017).

Devido a acessibilidade à internet, os aplicativos de comida delivery estão ganhando espaço no mercado alimentício, em virtude da praticidade e comodidade que a ferramenta oferece, no qual o consumidor escolhe a comida de sua preferência, no conforto do seu lar, sem precisar enfrentar filas, além de apreciar diferentes tipos de culinária, entre outras vertentes que o aplicativo disponibiliza, também o mesmo possibilita ao cliente que os seus históricos de pedidos anteriores fiquem salvos (MONTY, 2018; MENIGHINI *et al*., 2021).

Durante a pandemia da COVID-19 o uso do delivery intensificou, pois muitos estabelecimentos, inclusive restaurantes, foram fechados para o atendimento presencial com a finalidade de

evitar a disseminação do vírus, e com isso o ambiente digital passou a ser a ferramenta utilizada para as vendas de alimentos (SANTANA *et al.,* 2021).

Diante do exposto, o intuito do presente trabalho é avaliar o perfil do consumidor de aplicativos de comida delivery no município de Marabá-PA.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo tratou-se de uma pesquisa descritiva, no qual a mesma tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, conforme explica Gil (1999).

A pesquisa foi desenvolvida no período de 23 de março a 12 de abril 2021 na cidade de Marabá-PA, realizou-se uma entrevista com 122 pessoas, um questionário online contendo 16 perguntas fechadas, conforme mostra o quadro 1, utilizando a plataforma *Google Forms*, foi disponibilizado para estes usuários de aplicativo de comida delivery em rede social via WhatsApp. Para a realização da entrevista foram selecionadas pessoas que residem no município de Marabá-PA que tenham o hábito de utilizar este serviço.

Realizou-se uma análise descritiva apresentada em forma de frequência das respostas e a porcentagem referente a cada uma das categorias. Os dados coletados dos questionários foram registrados e tabulados em planilhas eletrônicas elaboradas no Excel da Microsoft 2010.

Quadro 1- Questionário aplicado na avaliação dos aplicativos delivery. Marabá, 2021 (n=122)

1	Gênero
2	Faixa etária
3	Ocupação
4	Com quem os consumidores residem
5	Aplicativo de comida delivery mais utilizado
6	Frequência utilizada
7	Critério utilizado na hora de comprar
8	Motivos que leva o consumidor utilizar o aplicativo de comida muitas vezes durante a semana
9	Se o consumidor conhece as condições higiênico-sanitárias do estabelecimento alimentício
10	O interesse do consumidor em saber as condições de limpeza do estabelecimento
11	Se o consumidor tem hábito de ser exigente com a qualidade higiênica da comida
12	Quando a comida chega na sua residência se ele observar se está lacrada
13	Em relação à temperatura da comida que foi pedida como chegar na casa do consumidor
14	Tempo que demora para comida chegar
15	Tipo de comida mais pedida
16	O que o consumidor faz quando acontece algum problema com a comida

Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo em relação ao gênero do consumidor, sendo (60%) mulheres e (40%) homens, semelhante ao encontrado por França (2021), (60%) dos usuários do delivery são mulheres, sejam em capitais, assim como no recorte nacional e no interior de acordo com sua pesquisa sobre os números do delivery online no Brasil em 2020.

A faixa etária do consumidor neste estudo corresponde a (51%) são jovens de até 21 anos, (25%) pessoas de 22 a 30 anos, (17%) de 31 a 45 anos, (5%) de 46 a 55 anos, a minoria sendo (2%) dos consumidores. Ao contrário da pesquisa realizada por Tandon *et al*., (2021), no qual (28,7%) dos consumidores delivery, são adultos com idade entre 26 e 30 anos.

A ocupação do público entrevistado no município de Marabá, (27%) trabalham e estudam, (25%) estudam em período parcial, (13%) estudam em período integral, (17%) trabalham em período parcial, (13%) em período integral e (4%) têm outras ocupações, diferente da pesquisa realizada por McCarthy (2020), os principais clientes de entrega de comida geralmente são funcionários em tempo integral ou profissionais que trabalham em casa.

Questionados com quem os mesmos residem (56%) com os pais e irmãos, (19%) cônjuge e filhos, (10%) moram sozinhos, (9%) com um companheiro(a), (6%) parentes e amigos, estes resultados diferem do estudo de Clientesa (2016), no qual (41%) possui a companhia de cônjuge e filhos (41%), os que moram com amigos ou outros parentes (29%) e aqueles que moram somente com algum companheiro (18%), somente (8%) dos consumidores moram sozinhos, ficando na quarta posição.

Segundo Silva (2021), o avanço da pandemia da COVID-19 trouxe um avanço tecnológico para as empresas principalmente no que se refere ao ramo alimentício, muitas empresas tiveram crescimento na demanda de vendas por meio de aplicativos e redes sociais. Neste estudo em relação ao aplicativo de comida mais utilizado, (42%) deste público preferem as redes sociais para realizar seus pedidos, (41%) Ifood, (10%) utilizam outros aplicativos, (5%) Tô no Lucro, sendo (2%) 99 store, resultados expressos nestes estudos são convergentes com a pesquisa de Veríssimo *et al*., (2017), nos quais os autores demostram a totalização de 125 respondentes (91,9%) contra 11 respondentes (8,1%) que nunca usou algum tipo de aplicativo móvel.

As pessoas interrogadas neste estudo dentre as quais estão (47%) possuem o hábito de pedir comida aos finais de semana, assim cerca de (17%) uma vez na semana, bem como (17%), duas vezes na semana, (7%) três vezes na semana, (7%) durante a semana (5%) em outra frequência, resultados similares foi encontrado na pesquisa do Instituto QualiBest (2020), da qual os pesquisadores destacaram que a maior parte dos usuários costumam pedir delivery de comida aos finais de semana, sendo corresponde ao total de (67,3%). Teixeira e Mourão (2021) também relata que durante a pandemia da COVID-19 houve um aumento na frequência de pedidos 71,6% de pedidos delivery.

Quanto os critérios utilizados pelas pessoas entrevistadas na hora de efetuar a compra (36%) responderam que a qualidade dos alimentos é uma questão que sobressai, (20%) a vontade de comer o alimento, (18%) cupom/ promoção, (14%) preço, (10%) taxa de entrega, (2%) possui outros motivos, neste estudo os resultados encontrados verificaram que o fator qualidade é mais importante do que os estudos evidenciados por Israel e Velu (2019), em que indicaram (42,7%) dos consumidores escolhem o delivery de comida devido a entrega fácil.

Em relação aos consumidores entrevistados nesta pesquisa relataram os motivos que levam eles a utilizarem o delivery muitas vezes durante a semana, (42%) não precisar sair de casa, (24%) possibilidade de comer qualquer tipo de comida, (17%) praticidade por não ter que cozinhar, (6%) falta de tempo para pensar em algo para cozinhar, (6%) morar sozinho (a), os resultados desta pesquisa opõem o estudo realizado por Silva (2019), que ao analisar sobre o que influencia a escolher tais aplicativos o motivo primordial foi a facilidade no manuseio do total de (56%), assim pode-se evidenciar que nas outras respostas temos resultados díspares quando comparado a esse atual estudo (18%) alegaram a diversidade de estabelecimentos, (7%) escolhem o aplicativo pela qualidade, (5%) preferem pela confiabilidade, (6%) o que os influenciou foi a segurança, (4%) preferem pela rapidez e (4%) preferem por outros motivos.

Conforme os conhecimentos dos consumidores em relação às condições higiênico-sanitárias, (46%) relataram que não conhecem as condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos, (31%) afirmaram conhecer e (23%) talvez, os resultados evidenciados neste trabalho se assemelham com a pesquisa de Fonseca *et al.*, (2018), realizada em São Luís - MA a respeito do conhecimento dos consumidores de comida de rua sobre segurança dos alimentos, no qual os consumidores destes pontos de vendas demonstraram ter conhecimentos regulares sobre segurança dos alimentos.

Em relação ao saber sobre a limpeza dos estabelecimentos, (85%) responderam ter interesse em saber sobre as boas condições do ambiente e (15%) não tem interesse, a preocupação dos consumidores tende a ser cada vez mais evidente em relação à limpeza dos estabelecimentos resultados equivalentes foram encontrados no estudo feito pela Da Redação (2020), baseado em uma pesquisa do Instituto QualyBest, no qual relatam que a pandemia da COVID-19 mudou o comportamento do consumidor,

neste contexto, os critérios para a escolha de restaurantes mudaram, sendo a importância de o estabelecimento oferecer uma comida gostosa aparece em terceiro lugar, sendo indicada por (43%), dos respondentes. Assim, a preocupação com limpeza e higiene é campeã, citada por (78%).

Os consumidores, (84%) revelaram que são exigentes com a questão da qualidade higiênica da comida que compra, (9%) responderam que talvez, enquanto (7%) disseram não, resultados medianos foram encontrados na pesquisa de Pinheiro *et al*., (2011), sobre perfil de consumidores em relação à qualidade de alimentos e hábitos de compras a respeito da qualidade, o item higiene foi descrito como uns dos aspectos ligados à determinação de qualidade dos alimentos pelos entrevistados deste estudo, sendo (33,1%), predominando o item nutrição com (46,9%).

Em relação a observar se a embalagem está lacrada, (86%) das pessoas interrogadas verificam se estão em conformidade, os outros (7%) alegaram talvez e outros (7%) disseram que não observam. Os resultados indicados neste trabalho refletem a pesquisa de Viana & Muniz (2020), no seu estudo avaliou-se que os empresários do ramo alimentício devem garantir ao realizar a entrega, acomodação em embalagens adequadas, íntegras e limpas, inclusão de informações sobre o consumo do alimento (ex. rotulagem informando para consumir imediatamente ou orientação de aquecimento) e lacres de segurança.

No decorrer do momento pandêmico, devido ao coronavírus a atenção e cuidado com as embalagens de produtos alimentícios tiveram que ser redobrado, para evitar a contaminação pelo coronavírus, alguns aspectos importantes precisaram ser observados no recebimento da comida, como a asseio do entregador, bem como a higienização adequada da mercadoria recebida, (SOARES; LIMA; 2020).

Este estudo (52%) dos entrevistados, disseram que ao pedir, o alimento chega morno, (45%) alegaram que chega quente e (3%) fria, respostas equivalentes foram identificadas no trabalho desenvolvido por Beltrão (2019), em sua pesquisa sobre análise dos serviços de delivery de hambúrgueres artesanais, (90%) dos hambúrgueres foram entregues em uma temperatura ótima para o consumo.

Os resultados expressos sobre o tempo que demora a comida chegar à residência do consumidor (54%) disseram que o pedido demora em torno de 30 min há 1 hora para chegar, (22%) em média de 30 minutos, (12%) de 1 a 2 horas e os outros (12%) menos de 30 minutos, os resultados encontrados se assemelham com a pesquisa realizada pelo site Anota aí (2019), na qual o cliente não apenas quer o melhor produto, como também exige uma entrega rápida e eficiente.

Dos entrevistados (45%) tem o hábito de pedir pizza, (38%) hambúrgueres, (12%) churrasco, (2%) sobremesas, (3%) outros tipos de comidas. Os resultados comprovados nesta pesquisa contrariam a pesquisa de França (2021), entre as quais os lanches como sanduíches, calzones, esfihas e batatas fritas foram as refeições mais pedidas em 2020 pelo serviço delivery, devido à praticidade e à agilidade.

Os consumidores relatam qual atitude costuma tomar quando ocorre algum problema com a comida (55%) responderam que reclamam com os proprietários dos estabelecimentos, (29%) reclamam no aplicativo de comida, (10%) pedi o dinheiro de volta, (3%) expõe em redes sociais, (2%) toma outras medidas, (1%) fazem denúncia na vigilância sanitária, os resultados descobertos neste estudo, estão de acordo com o Mundo dos Advogados (2018), os clientes podem exigir seus direitos quando o serviço não é prestado de forma satisfatória, sendo assim o Código de Defesa do Consumidor ampara os clientes nesse sentido, impondo aos

estabelecimentos providências quando não cumprem com a qualidade do produto, exatidão do pedido e prazo de entrega.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações coletadas neste estudo, observou-se que possui pouca disponibilidade de informações para os consumidores com relação ao serviço delivery, principalmente em relação às condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos, deste modo é necessário que os aplicativos sejam mais minuciosos com a questão higiênica dos mesmos juntamente com os órgãos fiscalizadores, verificando a situação antes de introduzir na plataforma digital.

Para estudos futuros espera-se realizar pesquisa sobre as condições higiênico-sanitárias de estabelecimentos que utilizam os aplicativos de comida como comercialização, avaliando as boas práticas de manipulação.

REFERÊNCIAS

ANOTA AÍ. “Como reduzir o tempo de entrega do delivery”. **Anota Aí** [18/10/2019]. Disponível em: <https://anota.ai>. Acesso em: 06/09/2021.

BELTRÃO, L. B. A. **Análise dos serviços de delivery de hambúrgueres artesanais via aplicativo na Universidade Federal Rural de Pernambuco** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Gastronomia). Recife: UFPE, 2019.

CLIENTESA. “Quem é o comprador de delivery?”. **Clientesa** [04/07/2016]. Disponível em: <https://www.clientesa.com.br>. Acesso em: 06/09/2021.

CONTROLARE. “Cozinhas de delivery têm regularização própria?”. **Controlare** [2021]. Disponível em: <https://www.controlare.com.br>. Acesso em: 06/09/2021.

EXAME. “Higiene supera o sabor na hora de escolher um restaurante”. **Exame** [17/04Q2020]. Disponível em: <https://exame.com>. Acesso em: 07/09/2021.

FONSECA, W. C. *et al*. “Comida de rua: conhecimento dos consumidores sobre segurança dos alimentos e condições higiênicos sanitárias de pontos de venda em São Luís, MA”. **Higiene Alimentar**, vol. 32, setembro / outubro, 2018.

FRANÇA, I. “14 comidas mais pedidas em 2020 no Brasil”. **Delivery Much** [19/01/2021]. Disponível em: <https://blog.deliverymuch.com.br>. Acesso em: 07/092021.

FRANÇA, I. “Pesquisa: números do delivery online no Brasil em 2020”. **Delivery Much** [21/03/2021]. Disponível em: <https://blog.deliverymuch.com.br>. Acesso em: 31/08/2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

INSTITUTO QUALIBEST. “Conheça o perfil dos usuários de aplicativos de delivery de comida”. **Portal Eletrônico do Instituto Qualibest** [22/04/2020]. Disponível em: <https://www.institutoqualibest.com>. Acesso em: 31/08/2021.

ISRAEL, D. J.; VELU, D. R. “Consumer‘s Intention to Continuous Use of Mobile Food Delivery Aggregator App”. **Journal of Advanced Research in Dynamical and Control Systems**, vol. 11, n. 7, 2019.

MCCARTHY, A. “Rise in Food Delivery: Consumer Trends on Ordering in”. **Doordash for Merchants** [18/12/2020]. Disponível em: <https://get.doordash.com>. Acesso em: 07/092021.

MENIGHINI, G. V. *et al*. “Impacto da pandemia na demanda por aplicativo de food delivery em Piracicaba / SP”. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, vol. 10, n. 6, 2021.

MONTY, R. “Consumo de comida por aplicativos: os impactos das materialidades da comunicação em Uber Eats e iFood”. **Anais do XVII Encontro de GTs de Pós-Graduação do Congresso Internacional Comunicação e Consumo (Comunicon)**. Rio de Janeiro: ESPM, 2019.

MUNDO DOS ADVOGADOS. “Delivery: conheça os direitos do consumidor”. **Mundo dos Advogados** [07/08/2018]. Disponível em: <https://www.mundoadvogados.com.br>. Acesso em: 07/09/2021.

PINHEIRO, F. A. *et al*. “Perfil de consumidores em relação à qualidade de alimentos e hábitos de compras”. **UNOPAR Científica: Ciências Biológicas e da Saúde**, vol. 13, n. 2, 2011.

SANTANA, A. G. *et al.* “Feeding in times of pandemic Coronavirus: the resignification of an everyday and dietary practice”. **Research, Society and Development**, vol. 10, n. 3, 2021.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. “Delivery para restaurantes”. **SEBRAE** [18/09/2017].

Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 06/09/2021.

SILVA, L. N. *et al*. "Qualidade percebida nos serviços ofertados por aplicativos de alimentos e bebidas em Vitória da Conquista - BA". **Revista Diálogos Interdisciplinares**, vol. 8, n. 9, 2019.

SILVA, M. R. G. **O crescimento das empresas delivery no contexto da pandemia** (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão de Estratégia). Belo Horizonte: UFMG, 2021.

SOARES, A. C. N.; LIMA, M. R. S. "Serviços de delivery alimentício e suas precauções em tempos da pandemia de SARS-COV-2 (Covid-19)". **Brazilian Journal of Health Review**, vol. 3, n. 3, 2020.

TANDON, A. *et al*. "Why do people purchase from food delivery apps? A consumer value perspective". **Journal of Retailing and Consumer Services**, vol. 63, November, 2021.

TEIXEIRA, K. L; MOURÃO, F. V. "O descarte de embalagens de delivery em tempos de pandemia". **Interação**, vol. 21, n. 1, 2021.

VERISSIMO, P. *et al*. "O uso de aplicativos móveis no setor de alimentos e bebidas: uma análise do comportamento do usuário de novas tecnologias". **Perspectivas em Ciências Tecnológicas**, vol. 6, n. 6, 2017.

VIANA, M.; MUNIZ, K. "Segurança dos Alimentos: Dicas de cuidado para o delivery em meio a Covid-19". **SEBRAE** [08/04/2020]. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br>. Acesso em: 05/09/2021.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Andrea da Silva Gomes é professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em Economia. Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Instituto Nacional Agronômico Paris-Grignon (INA-PG). E-mail para contato: andreauesc@gmail.com

Antonia Caroline Pinho Vieira Graduanda em Tecnologia de Alimentos pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Áreas de interesse de pesquisa: Ciência de Alimentos; e, Engenharia de alimentos. E-mail para contato: antonia.vieira@aluno.uepa.br

Catrine Cadja Indio do Brasil da Mata é professora da Anima Educação (AGES). Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC) E-mail para contato: catrinedamata.adv@gmail.com

Drielle Santos Oliveira Fernandes é graduada em Educação Física. Mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail para contato: driellefernandes1@outlook.com

Elói Martins Senhoras é docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *think tank* IOLEs. Graduado em Economia, Política e em Geografia. Doutor em Ciências. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Érica Almeida Leal é analista no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia. Bacharel em Direito. Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail para contato: erica.eal@gmail.com

Ferlanda Luna é bacharel em Direito. Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas. Doutoranda em Economia Política pela Universidade de Coimbra (UC). E-mail para contato: ferlandaluna@hotmail.com

Fernando Andrade Guidorrizzi é graduado em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Áreas de interesse de pesquisa: Estratégia Empresarial; e, Estratégias de Marketing. E-mail para contato: fernandoguidorrizzi@gmail.com

Fernando Lima Mendes é bacharel em Administração, bem como em Agronegócio. Mestrando em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). E-mail para contato: admgrupoexpress@gmail.com

Gabriel Ribeiro Mendes é servidor público municipal, atuando como fiscal de tributos. Técnico em Logística. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail para contato: adm.gabrielrmendes@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Gisele Rodrigues de Sousa é graduanda em Tecnologia de Alimentos pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Áreas de interesse de pesquisa: Ciência de Alimentos; e, Engenharia de alimentos. E-mail para contato: gisele.sousa@aluno.uepa.br

Givaldo Correa dos Santos Neto é graduado em Administração. Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas. Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail para contato: givaldo.correa@hotmail.com

Inês Clarissa Gomes Sousa é graduanda em Tecnologia de Alimentos pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Áreas de interesse de pesquisa: Ciência de Alimentos e Engenharia de Alimentos. E-mail para contato: ines.sousa@aluno.uepa.br

Jaqueline Ferreira da Silva é graduanda em Tecnologia de Alimentos pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Áreas de interesse de pesquisa: Ciência de Alimentos e Engenharia de Alimentos. E-mail para contato: Jaqueline.fsilva@aluno.uepa.br

Kátia Barbosa Macêdo é professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Mestre em Educação. Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail para contato: katiabarbosamacedo@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Maria Beatriz Martins Conde é graduanda em Tecnologia de Alimentos pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Áreas de interesse de pesquisa: Ciência de Alimentos e Engenharia de Alimentos. E-mail para contato: maria.conde@aluno.uepa.br

Nathan Pereira Dourado é graduado em Gestão Ambiental. Mestre em Agroecossistemas. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (POSGEO/UFBA). E-mail para contato: npdourado@hotmail.com

Rafael Domenciano Silva é graduado em Psicologia. Especialista em Desenvolvimento Humano e Psicologia Positiva pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG). E-mail para contato: rafael_domenciano@hotmail.com

Rubenita da Silva é graduada em Psicologia. Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental: Aspectos Teóricos e Aplicações Práticas pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). E-mail para contato: rrubenita@gmail.com

Vitória Nazaré Costa Seixas é professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Mestre em Ciência Animal. Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail para contato: vitoria.seixas@uepa.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022